



Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

Projeto no âmbito do Plano Nacional de Saúde Escolar/
Escolas Europeias Promotoras da Saúde

maio 2016 - maio 2017

I. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças O PROJETO	pág. 4
1.1. Enquadramento do Projeto	pág. 4
1.2. Objetivos	pág. 9
1.3. Descrição do Projeto	pág. 10
1.4. Constituição da Equipa do Projeto	pág. 11
1.5. Cronograma do Projeto	pág. 11
II. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças ALCÁCER DO SAL	pág. 12
2.1. Ocupação do Espaço	pág. 12
2.2. Emprego	pág. 16
2.3. Habilitações e Estabelecimentos de Ensino	pág. 17
2.4. Cultura e Lazer	pág. 20
2.5. Saúde	pág. 21
2.6. Comissão de Proteção para Crianças e Jovens	pág. 24
2.7. Constrangimentos do Concelho	pág. 25
2.8. Visitas ao Concelho	pág. 25
III. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças GRÂNDOLA	pág. 30
3.1. Dados Gerais do Município	pág. 30
3.2. Saúde	pág. 33
3.3. Educação	pág. 38
3.4. Cultura e Lazer	pág. 46
3.5. Famílias	pág. 50
3.6. Sustentabilidade Ambiental	pág. 53
3.7. Cooperação ao Desenvolvimento	pág. 57
3.8. Participação Infantil	pág. 58
3.9. Visita à Sede do Concelho de Grândola	pág. 61
3.10. Bibliografia/Webgrafia	pág. 77
IV. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças SANTIAGO DO CACÉM	pág. 78
4.1. Dados Sociodemográficos	pág. 78
4.2. Dados Geográficos	pág. 79
4.3. Rede e Serviços	pág. 79
4.4. Visita ao Concelho de Santiago do Cacém	pág. 81

V. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças SINES	pág. 83
5.1. Dados Gerais do Município	pág. 83
5.2. Rede de Serviços	pág. 84
5.3. Organização do Município	pág. 85
5.4. Serviços da Responsabilidade do Município	pág. 86
5.5. Políticas, Programas e Projetos	pág. 87
5.6. As Crianças	pág. 87
5.7. Organizações, Associações e Serviços para Crianças	pág. 90
5.8. Problemas/Soluções - Concelho de Sines	pág. 92
VI. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças ODEMIRA	pág. 93
6.1. Dados Gerais do Município	pág. 93
6.2. Análise Sócio-Económica	pág. 97
6.3. Ação Social	pág. 98
6.4. Saúde	pág. 101
6.5. Educação	pág. 108
6.6. Habitação	pág. 116
6.7. Mobilidade	pág. 118
6.8. Cidadania e Participação	pág. 121
6.9. Grupos Sociais Prioritários	pág. 123
6.10. Cultura e Lazer	pág. 125
6.11. Prioridades Estratégicas do Diagnóstico Social de Odemira	pág. 128
6.12. Visita à Sede do Concelho de Odemira	pág. 130
VII. Conclusão	pág. 134

I. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

O Projeto

1.1. Enquadramento do Projeto

O projeto “Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças” visa promover a participação de jovens na construção do Plano Local de Saúde (PLS) 2017/2020 do Litoral Alentejano. Tendo em conta os seguintes pré-requisitos: frequentar o 8.º ou 9.º ano de escolaridade durante o ano letivo 2015/2016 num agrupamento de escolas ou escola não agrupada do Litoral Alentejano; ser bom aluno a Ciências Naturais e/ou a Cidadania/Formação para a Cidadania; demonstrar interesse em participar neste projeto; ter autorização do Encarregado de Educação; e ter a concordância da escola e o apoio dos(as) professores(as) do PES; fomos convidadas pela coordenadora das equipas de Saúde Escolar da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) e pelas professoras do Programa de Educação para a Saúde (PES) dos Agrupamentos de Escolas de Alcácer do Sal, Grândola, Santo André/Santiago do Cacém, Sines e Colégio N.ª Senhora da Graça de Vila Nova de Milfontes/Odemira para a elaboração deste projeto.

Porquê alunos(as) do 8.º ou 9.º ano de escolaridade? Nestes dois anos de escolaridade são abordados conceitos indispensáveis para a realização deste projeto.

No 8.º ano, definimos desenvolvimento sustentável como o «desenvolvimento sociopolítico e económico que tem em conta a qualidade ambiental e a preservação de condições para as gerações futuras».

Já no 9.º ano, estudámos vários conceitos definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como por exemplo:

- Saúde - «o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença»;
- Qualidade de vida - «perceção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação com os seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações»;
- Promoção de saúde - «processo que pretende tornar indivíduos e comunidades mais capazes de controlarem os determinantes da saúde, no sentido de a melhorarem»;

- Determinantes da saúde - «fatores que afetam ou determinam a saúde dos cidadãos e dos povos», podendo ser divididos em determinantes biológicos, determinantes sociais e económicos, determinantes ambientais, estilos de vida e acesso aos serviços. «Ao nível da saúde comunitária, as medidas de promoção da saúde podem passar por políticas locais, regionais e nacionais que assegurem as condições de paz, combatam situações de pobreza e exclusão social, nomeadamente no que se refere ao acesso a uma habitação condigna, a um emprego e a um rendimento mínimo, promovam o bom funcionamento dos sistemas de saúde, educação, justiça e segurança social, respeitem os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres, promovam o equilíbrio dos ecossistemas, o ordenamento do território e a utilização sustentável dos recursos naturais.»

Existem vários protocolos entre os Ministérios da Saúde e da Educação no que concerne à promoção da literacia para a saúde nas escolas. Assim, este projeto surge no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) e da construção do Plano Local de Saúde (PLS) 2017-2020 da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), conforme já foi referido.

O PNSE é um programa vertical do Ministério da Saúde, cuja atualização mais recente consta do Despacho (extrato) n.º 8815/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, de 10 de agosto de 2015/Circular Normativa da DGS n.º 015/2015 de 12/08/2015.

O PLS é um instrumento de gestão da intervenção em Saúde de importância vital para a melhoria do estado de saúde da população do Litoral Alentejano.

A Unidade de Saúde Pública do Alentejo Litoral, da ULSLA, é a unidade responsável pela gestão do PNSE e por dinamizar a elaboração do PLS, envolvendo toda a população. O PLS conta com a intervenção de diferentes entidades e parceiros da comunidade:

- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL);
- Redes sociais;
- Forças de Segurança.

A ULSLA tem como missão promover e prestar cuidados de saúde primários e hospitalares, diferenciados e continuados, e desenvolver atividades de saúde pública, investigação e formação, assegurando o acesso da população e a obtenção de ganhos em saúde. O PLS pretende apostar na promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados, melhorando o estado de saúde da população através da ação conjugada de utentes, profissionais e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento integrado da região.

O Alentejo Litoral é constituído por 5 concelhos, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines, ocupando uma área de 5309,04 km². A sua população residente é de aproximadamente 98 000 habitantes, dos quais cerca de 13% (12 791) são as crianças/jovens matriculadas nas nossas escolas, segundo a avaliação das equipas de saúde escolar da ULSLA no ano letivo 2015/2016.

O PLS pretende que a população do Alentejo Litoral desenvolva comportamentos e atitudes mais saudáveis, melhorando o seu nível de saúde, e que tenha acesso a cuidados de saúde com maior qualidade. Para os cuidados de saúde terem a melhor qualidade possível, o PLS também promove a maior satisfação dos profissionais de saúde, o que conduz à maior satisfação de todos os cidadãos, inclusivé as crianças e os jovens.

Relativamente à saúde das crianças e jovens do Litoral Alentejano, não conseguimos encontrar informação sobre os problemas de saúde que mais as afetam, pelo que resolvemos introduzir o quadro abaixo, retirado do novo PNSE 2015, sobre os principais problemas de saúde das crianças e jovens portugueses.

Tabela 1

Doenças não Transmissíveis (DALY)	5-14 anos	15-19 anos
Perturbações mentais e comportamentais	22%	26%
Doenças respiratórias crónicas	15%	7,5%
Doenças musculoesqueléticas	13,5%	20%
Doenças endócrinas e metabólicas	6%	3%
Doenças neurológicas	4%	6,5%
Acidentes	8,8%	18%

Tendo em conta o levantamento anual das necessidades de saúde especiais das crianças e jovens da nossa área geográfica, a enfermeira coordenadora da Saúde Escolar da ULSLA e as Sr.^{as} professoras do PES envolvidas no projeto concordam que este quadro reflete também os problemas de saúde das crianças e jovens do Litoral Alentejano.

A partir da análise da tabela, concluímos que os problemas que mais afetam as crianças e jovens são as perturbações mentais e comportamentais, logo seguidas das doenças musculoesqueléticas, comprometendo o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social e consequentemente o sucesso escolar e futuro.

Quanto ao nosso projeto propriamente dito, temos como principal objetivo responder à questão **«são as nossas sedes de concelho promotoras de saúde na ótica das crianças e jovens?»** e incluir a nossa visão no PLS, como jovens promotoras da literacia para a saúde e representantes das crianças e jovens do Litoral Alentejano.

Para tal, inspirámo-nos no documento *Construir Cidades Amigas das Crianças – Um quadro para a ação*, do Comité Português para a UNICEF.

«O conceito “Cidades Amigas das Crianças”, lançado pela UNICEF em 1996, surge com o objetivo de colocar “as crianças em primeiro lugar” tanto no mundo em desenvolvimento como no mundo industrializado, em contexto rural ou urbano.»

Este conceito surgiu no quadro de uma resolução da II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), a fim de tornar as cidades locais habitáveis para todos. «A Conferência declarou que o bem-estar das crianças é o indicador por excelência de um habitat saudável, de uma sociedade democrática e de boa governação.»

«A iniciativa “Cidades Amigas das Crianças” que o Comité Português para a UNICEF pretende promover em Portugal, tem como objetivo contribuir para a aplicação dos direitos da criança no contexto mais próximo da sua vida quotidiana – o município.»

Nesta ótica, a concretização dos direitos das crianças a nível local implica que todas as crianças e jovens cidadãos, tenham direito a:

- «Influenciar a tomada de decisões sobre a sua cidade;

- Expressar a sua opinião sobre a cidade que querem;
- Participar na vida familiar, comunitária e social;
- Usufruir de serviços básicos, tais como cuidados de saúde, educação e abrigo;
- Beber água potável e ter acesso a saneamento básico;
- Ser protegidos da exploração, violência e abuso;
- Passear nas ruas sozinhos e em segurança;
- Encontrar-se com amigos e brincar;
- Usufruir de espaços verdes para plantas e animais;
- Viver num meio ambiente não poluído;
- Participar em eventos sociais e culturais;»
- «Ter igualdade no acesso a todos os serviços, independentemente da sua origem étnica, religião ou crença, situação económica ou condição social, género ou idade.»

Ou seja, para uma cidade ser amiga das crianças, tem que assentar nos quatro princípios base da Convenção dos Direitos das Crianças:

- Não discriminação;
- Interesse superior da criança;
- Sobrevivência e desenvolvimento;
- Ouvir as crianças e respeitar as suas opiniões.

Mas porquê este «enfoque especial» nas crianças e jovens?

As crianças/adolescentes não têm tido grandes oportunidades de participarem nas decisões governamentais que lhes dizem respeito. São mais vulneráveis que os adultos à pobreza, à violência, à degradação da habitação ou do meio ambiente onde vivem. Têm o direito a ser ouvidas e a sua participação ativa «promove a cidadania, reforça a coesão social e os valores democráticos no território».

«A participação é um processo através do qual as crianças, juntamente com outras pessoas (pais, professores, educadores, polícias, técnicos, dirigentes políticos), debatem temas que afetam as suas vidas, tanto nas esferas privada como pública. Esta interação entre crianças e adultos, tendo por base o respeito pela dignidade dos outros, potencia o desenvolvimento de aptidões e competências de comunicação, reflexão, análise e negociação, com vista a alcançar objetivos comuns.»

O desenvolvimento integral e harmonioso de cada criança/jovem pode fazer a diferença entre o crescimento e desenvolvimento saudável ou a doença, com contributos ou custos para o próprio e a sociedade, ao longo da sua vida.

«Olhar para a criança numa perspetiva global, tendo em conta a interação dos múltiplos fatores que se refletem no seu bem-estar e desenvolvimento, é fundamental para o sucesso de políticas coerentes e sustentáveis.»

Pontos fundamentais para as administrações locais se tornarem «amigas das crianças»:

- Participação da criança em todas as etapas de planeamento e implementação;
- Legislação amiga das crianças;
- Uma estratégia que promova os direitos das crianças;
- Um serviço ou uma agência de coordenação de questões relacionadas com as crianças;
- Avaliação do impacto de políticas e programas sobre a criança;
- Orçamento adequado e recursos para as crianças;
- Relatórios regulares sobre a situação das crianças na cidade;
- Maior consciencialização e construção de capacidades relacionadas com os direitos das crianças;
- Advocacia independente a favor das crianças.

1.2. Objetivos

Como já referimos, o principal objetivo deste projeto é responder à questão **«são as nossas sedes de concelho promotoras de saúde na ótica das crianças e jovens?»**

Para averiguarmos se as sedes de concelho do Alentejo Litoral são promotoras de saúde do ponto de vista das crianças e jovens definimos as principais tarefas a levar a cabo:

1. Confirmar se as sedes de concelho do Alentejo Litoral têm boas condições (ofertas, equipamentos, projetos...) para as crianças e jovens;
2. Apresentar propostas para a resolução de alguns problemas encontrados nas sedes de concelho do Alentejo Litoral.

1.3. Descrição do Projeto

Nas férias de verão, participámos numa reunião com a Sr.^a Prof.^a Rosa Madeira da Universidade de Aveiro que nos apresentou o conceito das «Cidades Amigas das Crianças» e a sua evolução para «cidades amigas», tendo em conta que se uma cidade é amiga das crianças é amiga de toda a população, independentemente da faixa etária.

Posteriormente, visitámos as sedes de concelho do Litoral Alentejano, acompanhadas pelos interlocutores da saúde e apoiadas pelas autarquias, em busca de respostas à nossa questão inicial.

Orientámo-nos pelo documento elaborado pelo Comité Espanhol para a UNICEF e pelo IUNDA (Instituto Universitario de Necesidades y Derechos de la Infancia y la Adolescencia) denominado Indicadores Municipales de Aplicación de la Convención sobre los Derechos del Niño – Una herramienta para la elaboración de Informes de Situación de la Infancia en el ámbito local español; e posteriormente pelo Modelo de Caracterização do Município da Candidatura ao Programa Cidades Amigas das Criança português.

Os técnicos de saúde ambiental (TSA) da ULSLA ajudaram-nos aquando das visitas que efetuámos às nossas sedes de concelho.

As nossas professoras do PES, para além de serem as responsáveis pela nossa seleção, também deram um importante contributo na fase de elaboração do projeto.

As interlocutoras das autarquias providenciaram os transportes e os almoços nos dias das visitas e reuniões conjuntas e facilitaram os contactos com outros profissionais das autarquias, para a caracterização dos concelhos do Litoral Alentejano.

A coordenadora das equipas de Saúde Escolar dinamizou as reuniões e apoiou-nos sempre.

II. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

Alcácer do Sal

2.1. Ocupação do Espaço

Alcácer do Sal é o segundo maior concelho em dimensão geográfica de Portugal, com uma área de 1501,8 km² e uma ocupação geográfica semelhante à que se apresenta no seguinte mapa:



De acordo com dados do ano de 2011, no concelho residiam cerca de 13 046 indivíduos, apresentando no entanto uma baixa densidade populacional - de 8,7 habitantes por km².

2.1.1. Distribuição da População do Concelho

O concelho de Alcácer do Sal apresenta-se dividido pelas seguintes freguesias:

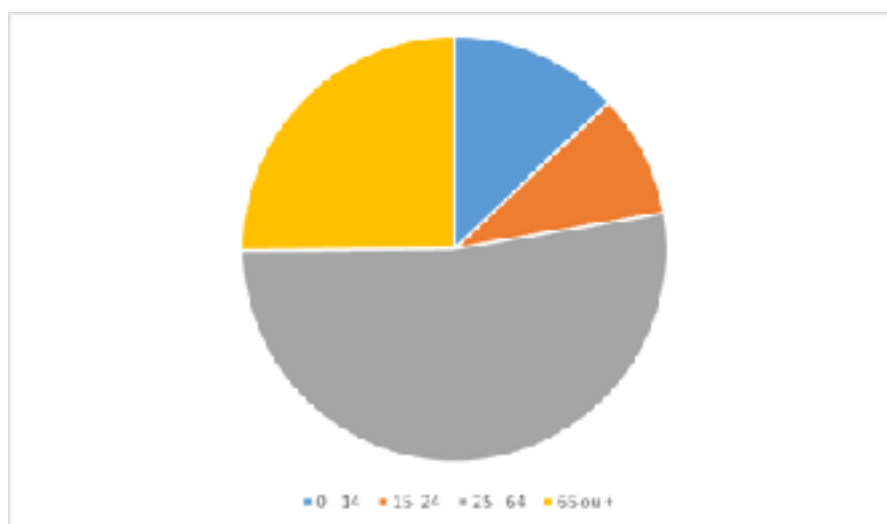
- Torrão;
- Comporta;
- São Martinho - Casebres;
- Santa Susana;
- Santa Maria do Castelo e Santiago - Alcácer do Sal.

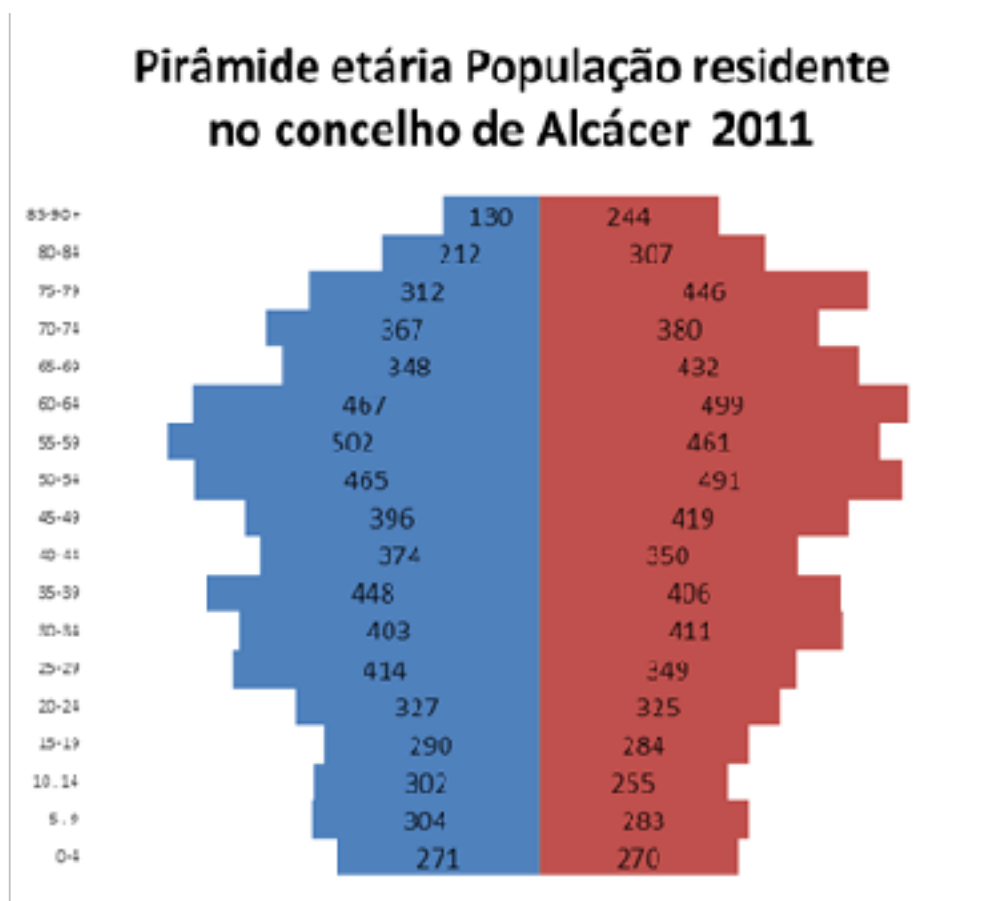
Por sua vez, esta era a população residente nas diferentes freguesias nesse mesmo ano:

Totais	Sta. M ^a do Castelo	Sta. Susana	Santiago	Torrão	São Martinho	Comporta
13 046	4 048	353	4 632	2 295	450	1 268

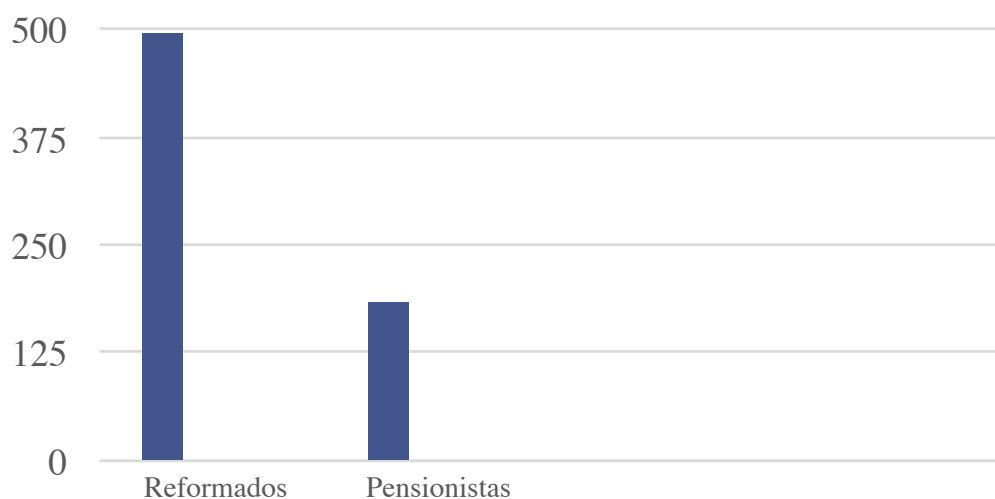
É também possível analisar a população do concelho mediante critérios de faixa etária e sexo, apresentados nos gráficos abaixo, respetivamente:

0-14	15-24	25-64	65 ou mais
1 685	1 226	6 855	3 280





Como podemos constatar, a população do concelho de Alcácer é maioritariamente envelhecida, pelo que há um maior número de reformados e pensionistas.

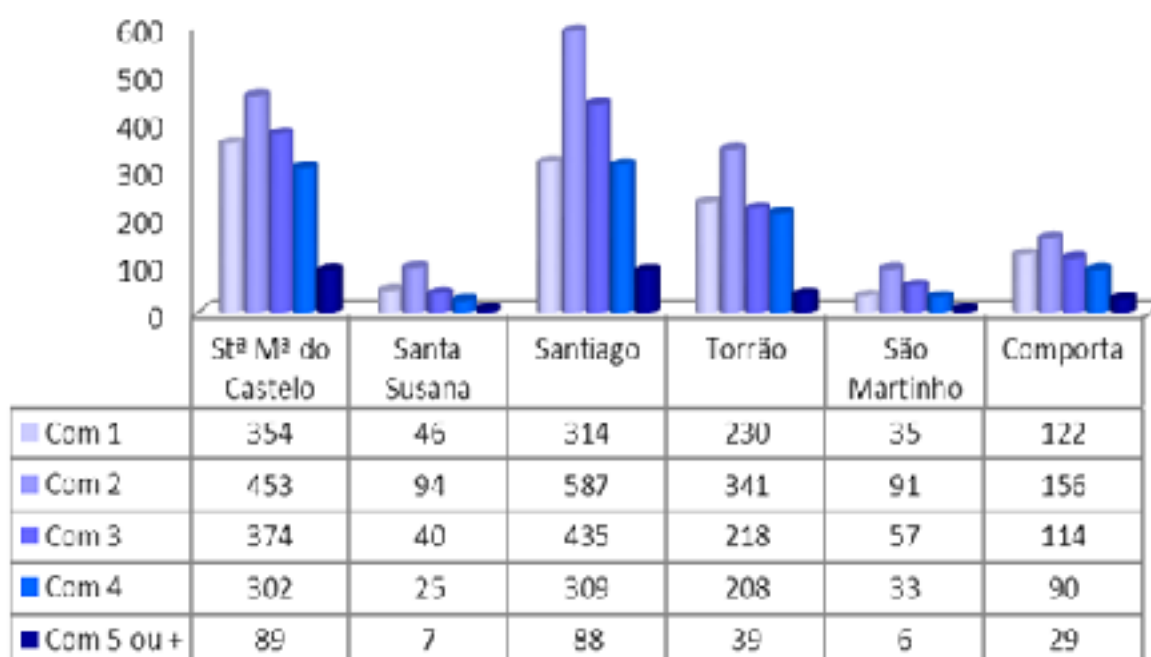


Reformados	495
Pensionistas	183

2.1.2. Famílias e Alojamento



**Famílias clássicas segundo a dimensão (nº elementos residentes)
2001**



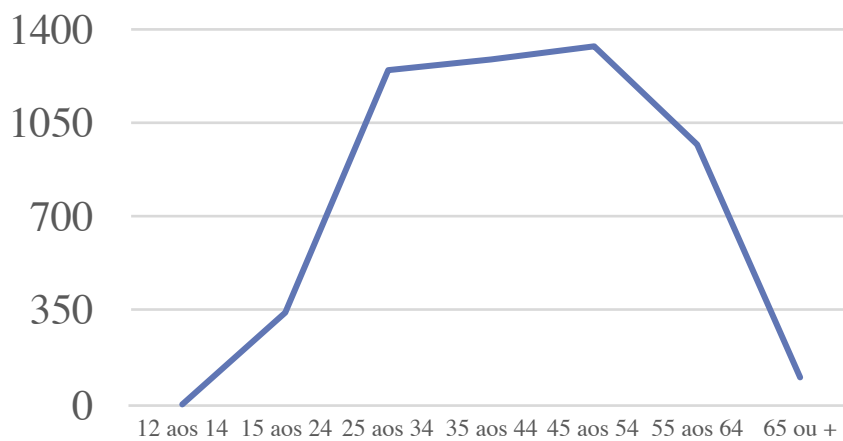
Podemos concluir dos gráficos anteriores, datados de 2001, que cada família é composta em média por aproximadamente 2,64 pessoas e que, no que diz respeito à cidade de Alcácer do Sal, o mais comum é cada família ter 2 filhos.

2.2. Emprego

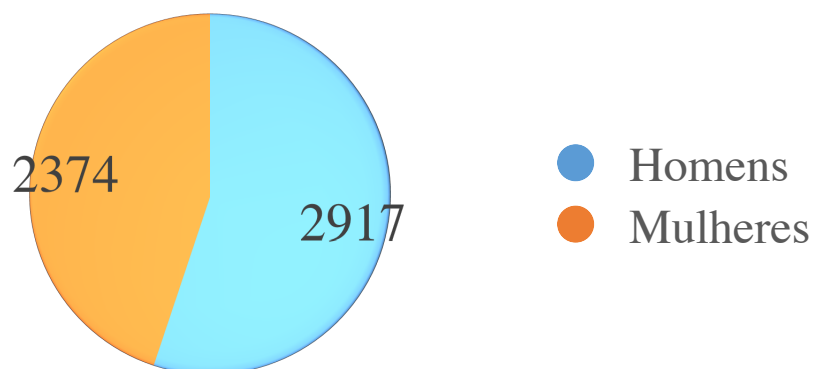
Baseando-nos na distribuição de setores e no diagnóstico social do concelho de Alcácer do Sal, foi-nos possível afirmar que:

- No setor primário predomina a agricultura;
- No setor secundário a maior parte da população está ligada à transformação de produtos do setor primário, como o pinhão, o arroz, o tomate e a madeira;
- No setor terciário predomina a indústria hoteleira.

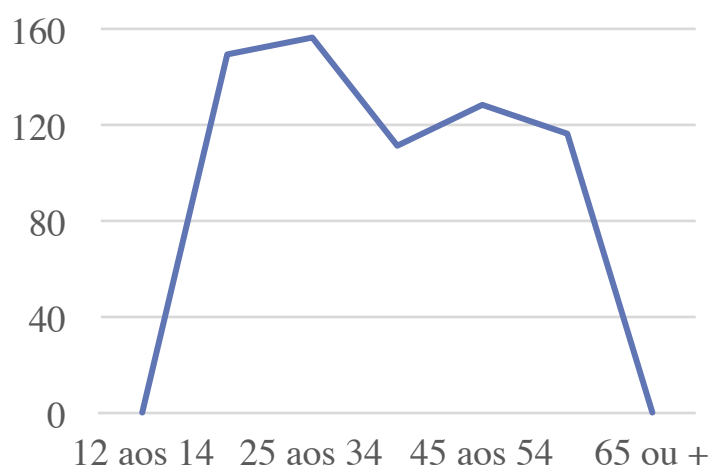
Podemos verificar no gráfico abaixo as faixas etárias onde predomina a população empregada:



Partindo então deste número de população empregada, é também possível estabelecer uma divisão entre o número de empregados por sexo:



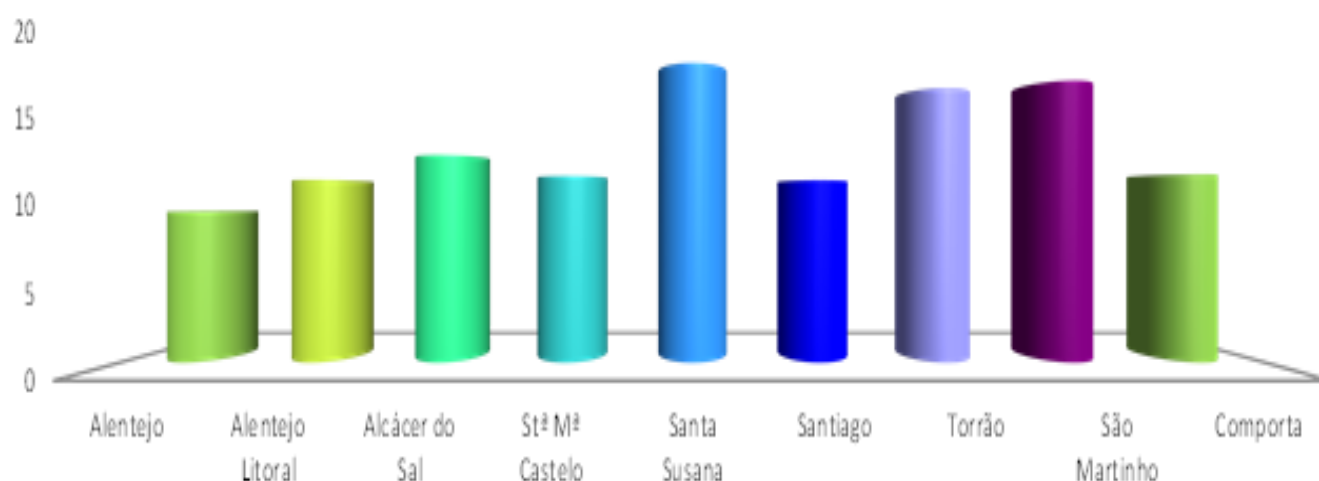
Por outro lado, podemos também observar no gráfico abaixo as faixas etárias onde predomina a população desempregada:



2.3. Habilitações e Estabelecimentos de Ensino

No concelho de Alcácer do Sal, em 2011, podemos verificar que a taxa de analfabetismo era elevada, com uma média de 14 analfabetos em cada 100 habitantes, como demonstra o seguinte gráfico:

Taxa de Analfabetismo Freguesias Alcácer 2011 (%)



	Alentejo	Alentejo Litoral	Alcácer do Sal	Stª Mª Castelo	Santa Susana	Santiago	Torrão	São Martinho	Comporta
%	9,57	11,6	13,17	11,84	19,01	11,57	17,42	17,9	11,95

Quanto aos estabelecimentos de ensino e ao número de alunos que os frequentavam, os dados relativos ao ano letivo 2015/2016 são os seguintes:

Pré-escolar:

- 5 estabelecimentos;
- 193 alunos.

1º ciclo:

- 7 estabelecimentos;
- 439 alunos.

2º ciclo:

- 2 estabelecimentos;
- 256 alunos.

3º ciclo:

- 2 estabelecimentos;
- 325 alunos.

Secundário:

- 1 estabelecimento;
- 234 alunos.

O 1º ciclo do Ensino Básico é aquele onde se verifica uma maior percentagem de alunos, enquanto por outro lado, é o Pré-escolar que detém a percentagem mais baixa registada.

Pode-se também afirmar que, de acordo com o Projeto Educativo trienal (2015-2018) do Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, desde o início deste século, a população escolar que frequenta o ensino secundário no concelho tem vindo a diminuir consideravelmente. Nas principais causas deste decréscimo, para além da quebra demográfica, podemos levantar a hipótese dos cursos existentes na escola muitas vezes não satisfazerem as necessidades dos alunos, fazendo com que os mesmos se desloquem para outras cidades e outras escolas.

De destacar também as elevadas percentagens de reprovação. Apesar das taxas serem variáveis elas têm vindo a ser constantes e mesmo a aumentar. De forma a contrariar esta tendência, a escola defende ser importante apelar à motivação e empenho da parte dos alunos, dos professores, e dos próprios pais e encarregados de educação apresentando, por exemplo, os benefícios e as vantagens que um nível de qualificação poderá permitir nos dias de hoje.

Neste mesmo projeto educativo, foi-nos ainda possível recolher uma série de pontos fracos no que diz respeito aos Relatórios de Avaliação Externa e Interna, elaborados com base no fundo documental do Agrupamento (atas, relatórios, entre outros documentos). Destacámos por isso os seguintes problemas:

- Resultados escolares abaixo da média regional e da média nacional;
- Comportamento desadequado e indisciplina de alguns alunos;
- Falta de diversidade na oferta educativa que a escola proporciona;
- Inexistência de metas claras e avaliáveis, comprometendo a monitorização das medidas para a melhoria dos resultados escolares;
- Pouca articulação entre as várias atividades do Plano Anual de Atividades;
- Pouca articulação curricular entre ciclos;
- Pouco trabalho colaborativo entre docentes do mesmo grupo/departamento.

Conseguimos também detetar vários constrangimentos, dos quais destacámos:

- Contexto socioeconómico desfavorecido com uma percentagem significativa de alunos que recebem apoio de ação social escolar;
- Alteração sistemática da oferta de Cursos;
- Quebra nos níveis da população estudantil do concelho;
- Baixa escolarização dos encarregados de educação;
- Incumprimento dos compromissos assumidos quer por alunos quer por encarregados de educação;
- Ocupação da componente do trabalho individual dos docentes, sistematicamente preterida em função da realização de tarefas administrativas;
- A escassez de equipamentos informáticos e outras tecnologias de informação e comunicação nas escolas do 1º ciclo e nos jardim-de-infância, não permitindo a diversificação de estratégias;
- Número insuficiente de Assistentes Operacionais face às necessidades crescentes de vigilância, apoio à prática docente, manutenção e limpeza dos espaços;
- A degradação do espaço físico de alguns estabelecimentos de ensino do Agrupamento, pouco adequados à prestação do serviço educativo;

- Tempo requerido para o necessário enraizamento do sentido de pertença ao agrupamento.

Espaço de Opinião:

Enquanto alunas do concelho de Alcácer do Sal, acreditamos que a **degradação do espaço físico** é um dos maiores problemas sentidos por nós. Existe uma grande diferença na qualidade dos equipamentos das diferentes escolas, sendo que, por exemplo, a Escola Secundária de Alcácer do Sal detém condições muito boas quando comparadas com as da Escola Básica Pedro Nunes. Pelo que pudemos observar na realização deste projeto, os alunos da EBPN têm falta de mobiliário, nomeadamente bancos, nos átrios interiores e no espaço exterior de recreio, e por isso sentam-se no chão ou nas janelas, locais estes que podem mesmo ser prejudiciais à saúde. Por outro lado, as salas de aula poderiam ter mobiliário e materiais mais adequados às necessidades de uma sala de aula do século XXI, evitando, por exemplo, quadros de giz e cadeiras e mesas degradadas.

Relativamente ao **desinteresse dos alunos**, especialmente no que diz respeito a terminar o Ensino Secundário, pensamos que a escola poderia oferecer uma maior ajuda. Muitos dos alunos que desistem do Ensino Secundário fazem-no por falta de motivação e informação. É difícil para nós, que regra geral iniciamos o Ensino Secundário com 14/15 anos, escolher um curso que possivelmente ditará todo o nosso futuro profissional. Mais difícil é ainda para alunos com dificuldades e falta de motivação para com a escola. Por conseguinte, pensamos que é aqui que a escola deveria desempenhar um papel muito mais ativo de ajuda, oferecendo por exemplo palestras aos alunos de 9º e 12º ano, dando informações relativas aos vários cursos, à faculdade e às saídas profissionais, ou levando por exemplo essas mesmas turmas a eventos nacionais que têm como principal objetivo oferecer informações sobre estes temas, como é o caso da *Futurália*.

Pensando neste assunto um pouco mais além, acreditamos que uma das formas de esclarecer os alunos sobre a área com a qual se identificam mais, seria criar uma semana de cursos. Por exemplo, na última semana de aulas cada turma teria um dia destinado a um curso diferente (segunda-feira Artes Visuais, terça-feira Ciências e Tecnologias, e por aí em diante) para que cada aluno do 9º ano experienciasse a rotina nas diferentes áreas e pudesse de facto ter a certeza de qual o curso que lhe despertou mais interesse para o seu futuro.

2.4. Cultura e Lazer

Os programas do Município dividem-se em duas vertentes, para idosos e crianças, e só o núcleo do Torrão (Escola Municipal de Natação) tem programas direcionados aos jovens.

Nos últimos anos tem-se verificado que a participação nos programas de cultura, lazer e desportos se tem mantido estável no concelho de Alcácer do Sal, não havendo uma maior procura por este tipo de programas.

Quanto às atividades promovidas pelas associações de cultura e recreio não existem dados oficiais, pelo que, para os obter, seria necessário um contacto direto com as instituições. No entanto, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal deu-nos a conhecer as seguintes atividades:

- Futebol de formação e patinagem artística promovidos pelo ACA (Atlético Clube Alcacerense);
- “Projeto Sempre em Forma” com Natação e Ginástica da responsabilidade do Centro Cultural do Bairro de S. João e Olival Queimado;
- E futsal promovido pela Sociedade 1º de Janeiro do Torrão.

Espaço de Opinião:

Enquanto adolescentes cremos que a **falta de oferta e diversidade de atividades** de cultura e lazer é uma das razões que leva à desmotivação dos estudantes para a prática de desporto, seja dentro ou fora da escola. Existe por isso muitos alunos(as) que se deslocam para outras cidades, em busca de desportos ou passatempos que o seu município não oferece. É no entanto importante pensar que nem todos têm essa possibilidade de deslocação e, para esses, a prática de desporto fica bastante limitada às atividades que se realizam dentro da escola, seja nas aulas de Educação Física, seja nas atividades extra-curriculares.

2.5. Saúde

O concelho de Alcácer do Sal não possui nenhum hospital na sua área geográfica, pelo que em toda a extensão existem apenas os seguintes serviços de saúde:

- Centro de Saúde de Alcácer do Sal - Sede;
- Extensão de Saúde do Torrão;
- Extensão de Saúde da Comporta;
- Extensão de Saúde de Montevil;
- Extensão de Saúde de Palma;
- Extensão de Saúde de Casebres;
- Extensão de Saúde de Santa Susana.

O Centro de Saúde de Alcácer do Sal está portanto incluído numa unidade de saúde - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), da qual fazem parte os Centros de Saúde de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Alcácer do Sal e o Hospital do Litoral Alentejano.

É exatamente o Hospital do Litoral Alentejano, com sede em Santiago do Cacém, que está associado ao concelho de Alcácer.

No que diz respeito ao Centro de Saúde de Alcácer do Sal, este possui os seguintes serviços:

- UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Primários;
- USP - Unidade de Saúde Pública;
- UCC - Unidade de Cuidados para a Comunidade;
- SUB - Serviço de Urgência Básica.

O Centro de Saúde possui ainda os seguintes Programas:

Consulta de Medicina Geral e Familiar	Serviço de Urgência Básica	Imagiologia - RX - Ecografia
Tratamentos	Terapia de Compressão	Estomaterapia
Podologia	Consulta de Doenças Cardiovasculares	Vacinação do Adulto
Visita Domiciliar	Serviço Social	Consulta de Saúde Materna/ Planeamento Familiar
ABC da Parentalidade	Rastreio do Cancro do Colo do Útero	Consulta de Saúde Infantil e Juvenil

O Centro de Saúde dispõe ainda de campanhas de sensibilização e de educação para a saúde que são realizadas essencialmente através da Saúde Escolar, ou seja, do Agrupamento de Escolas em parceria com a Saúde. Destacamos as seguintes campanhas:

- Sexualidade, Afetos e DST;
- Alimentação Saudável;
- Atividade Física;
- Diabetes;
- Saúde Oral;
- Campanhas Contra o Cancro;
- Acidentes e Incidentes em Meio Escolar;
- Saúde Ambiental e Sustentabilidade do Planeta;
- Toxicodependências e Consumos;
- Violência Doméstica, Violência de Género, Violência no Namoro, Bullying e Maus Tratos Infantis;
- Prevenção e Tratamento de Doenças de Evicção Escolar (Pediculose/Escabiose);
- Mês Maio/Mês Coração;
- Comemoração dos Dias Mundiais.

Quisemos ainda destacar as situações de gravidezes na adolescência. No ano letivo 2016/2017 já ocorreram 3 casos, pelo que em anos anteriores os números se mantiveram muito semelhantes.

Espaço de Opinião:

Relativamente ao Centro de Saúde de Alcácer do Sal parecem existir lacunas ao nível da recolha de dados estatísticos que permitam aferir, de entre as queixas mais frequentes dos utentes, aquelas que necessitam de uma intervenção mais urgente, com vista a melhorar o atendimento e/ou os serviços do Centro de Saúde.

Por outro lado, a existência de instituições de apoio à deficiência no concelho contribuiria para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

É de salientar a inclusão de um deficiente visual no serviço de atendimento telefónico do Centro de Saúde.

De registar os rastreios do cancro do colo do útero e da mama, entre outros, levados a cabo pelo Centro de Saúde, permitindo tratar estas doenças em fases iniciais.

2.6. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

“A CPCJ de Alcácer do Sal é uma instituição oficial não judiciária, baseada numa lógica de parceria local, com autonomia funcional, que tem como objetivo promover os direitos e a proteção das crianças e jovens do concelho de Alcácer do Sal e prevenir ou pôr termo a situações de perigo, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral.” (*in* site oficial da Câmara Municipal de Alcácer do Sal)

Esta instituição intervém na criança ou no jovem quando:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos, psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe cuidados ou afeição necessários à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a trabalhos ou atividades excessivas, inadequadas à sua idade, dignidade e situação pessoal ou que sejam prejudiciais à sua formação e/ou desenvolvimento;
- Está sujeita a comportamentos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais se lhe oponham de modo adequado a remover a situação.

A CPCJ intervém por iniciativa própria ou mediante sinalização verbal ou escrita de qualquer pessoa ou organismo público ou privado. A intervenção do consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso, e também da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos quando a CPCJ não tem legitimidade para intervir, por falta de consentimento ou por impossibilidade de atuação, comunica a situação ao Ministério Público.

Qualquer CPCJ funciona nas modalidades Restrita e Alargada. Na Modalidade Alargada atua na promoção dos direitos das crianças e na prevenção das situações de risco e perigo com base no conhecimento privilegiado que tem da realidade local, diagnosticando as necessidades específicas na área da infância e juventude, articulando com todas as estruturas locais para a sua solução. Na Modalidade Restrita intervém nas situações sinalizadas como sendo de perigo para a criança ou jovem, procedendo ao respetivo diagnóstico e instrução do processo de promoção e proteção, aplicação da medida de promoção e proteção da criança ou do jovem em perigo, sua execução, acompanhamento e revisão. A Comissão Restrita funciona em regime de permanência. O processo de promoção e proteção tem carácter reservado, como forma de garantir a privacidade e proteger a criança ou jovem e respetiva família.

Espaço de Opinião:

Realçamos assim a importância desta instituição que defende o superior interesse das crianças, evitando assim sobrecarregar quem tem por obrigação fazer cumprir as leis, os tribunais e o Ministério Público. Através da CPCJ, é possível permitir melhores condições de vida às crianças e jovens, possibilitando-lhes consequentemente uma vida mais saudável e com maiores oportunidades, algo bastante necessário numa cidade com as características de Alcácer do Sal.

2.7. Constrangimentos do Concelho

De acordo com o diagnóstico elaborado em 2007, os maiores constrangimentos do concelho eram o desemprego, o fraco setor empresarial, a baixa qualificação da população, a rede de transportes públicos insuficiente, a população envelhecida, o isolamento (resultante da área geográfica do concelho) e a inexistência de uma unidade de cuidados continuados. Pensamos no entanto que estes dados continuam a fazer-se sentir atualmente na população do concelho de Alcácer.

Sendo que o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal está inserido num concelho de grande dimensão física (maior do Alentejo Litoral) é indispensável a oferta de cursos que respondam às expectativas dos estudantes jovens. Esses cursos, por sua vez, devem dar garantias de empregabilidade na região promovendo e garantindo a qualificação dos jovens, bem como devem contribuir para um maior dinamismo de todo o tecido social local.

2.8. Visitas Realizadas pelo Concelho

De modo a complementar este trabalho com uma visão da juventude sobre os problemas e principais dificuldades que se fazem sentir na cidade de Alcácer do Sal, realizámos duas visitas para o levantamento de informação e recolha de fotografias ilustrativas. Uma primeira, com a presença do Técnico de Saúde Ambiental Diogo Gomes, e uma segunda, com a presença do Técnico de Saúde Ambiental e da Enfermeira Maria Duarte Moreira.

Na primeira visita, começámos por percorrer a baixa da cidade de Alcácer do Sal, passando por diversos estabelecimentos públicos, tais como a Biblioteca Municipal, as duas Farmácias (Farmácia da Misericórdia e Farmácia Alcacerense) e o Posto de Turismo.

Na Biblioteca Municipal fizemos um levantamento sobre os vários constrangimentos existentes. É de destacar o facto dos visitantes que possuem deficiências motoras, principalmente aqueles cuja deslocação é assegurada pelas cadeiras de rodas, terem o acesso restrito, uma vez que não existem rampas de acesso ao pátio de entrada e o elevador que liga ao piso superior está fora de serviço já há vários anos. Por outro lado, as casas de banho são extremamente pequenas, não permitindo que essas mesmas pessoas com cadeiras de rodas as utilizem.



Na Farmácia Alcacerense os utentes com cadeiras de rodas não têm mais uma vez possibilidade de acesso, pela inexistência de uma rampa.



Já na Farmácia da Misericórdia existe uma rampa mas, no entanto, a sua inclinação é elevada comprometendo mais uma vez o acesso e a autonomia de um deficiente motor em cadeira de rodas.



No Posto de Turismo começámos por observar o mapa do concelho de Alcácer do Sal, verificando mais uma vez que a área geográfica tem vindo a contribuir para o isolamento da população das várias freguesias. Por outro lado, a inclinação das ruas cria dificuldades no quotidiano da população, especialmente na mais envelhecida, que relata ter dificuldade de acesso a estabelecimentos de regular utilização, como é o caso do Centro de Saúde.

Já numa segunda visita, deslocámo-nos aos dois principais Jardins Públicos da cidade (Jardim Municipal de Alcácer do Sal e Jardim das Piscinas Municipais), bem como percorremos toda a avenida da margem sul que liga ao skate park da cidade.

Quanto ao Jardim Municipal, constatámos que o mesmo se encontra mal aproveitado e degradado, sendo por vezes perigosa a sua utilização por parte de crianças não acompanhadas. Verificámos ainda que em determinadas épocas do ano o repuxo se encontra inativo, impossibilitando os seus utentes de matar a sede.





Relativamente ao Jardim das Piscinas Municipais verificámos que existe uma manutenção regular do espaço. No entanto, o tamanho do bebedouro impossibilita a utilização por parte dos mais novos, que são os maiores frequentadores do espaço.



No percurso pela margem sul da cidade concluímos que todo o espaço tem sido bem aproveitado e possui uma manutenção regular. O Skate Park foi renovado à pouco tempo. Ao longo do percurso foram colocados vários aparelhos de manutenção para a prática de desporto, estimulando assim a atividade física. O piso possui condições favoráveis.



Durante as mesmas visitas, mesmo não nos deslocando aos locais, retirámos ainda outras conclusões. Destacámos o facto das piscinas cobertas estarem fechadas na época de calor, pelo que as pessoas que praticam natação ou realizam hidroterapia ficam impossibilitadas de o fazer nos meses de verão, já que as piscinas descobertas têm fins estritamente lúdicos e de lazer.

III. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

Grândola

3.1. Dados Gerais do Município

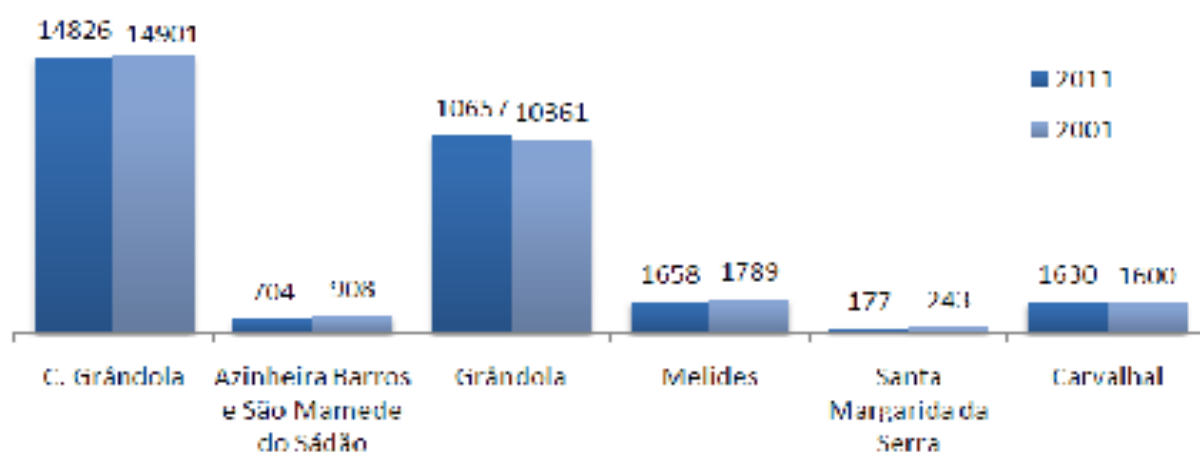
A Câmara Municipal de Grândola tem 5 divisões: Recursos Humanos, Administração e Finanças; Planeamento e Urbanismo; Saneamento, Obras e Ambiente; Cultura e Desenvolvimento Social; e Educação, Desporto e Juventude.

3.1.1. Dados Sociodemográficos

Nome do município: Grândola

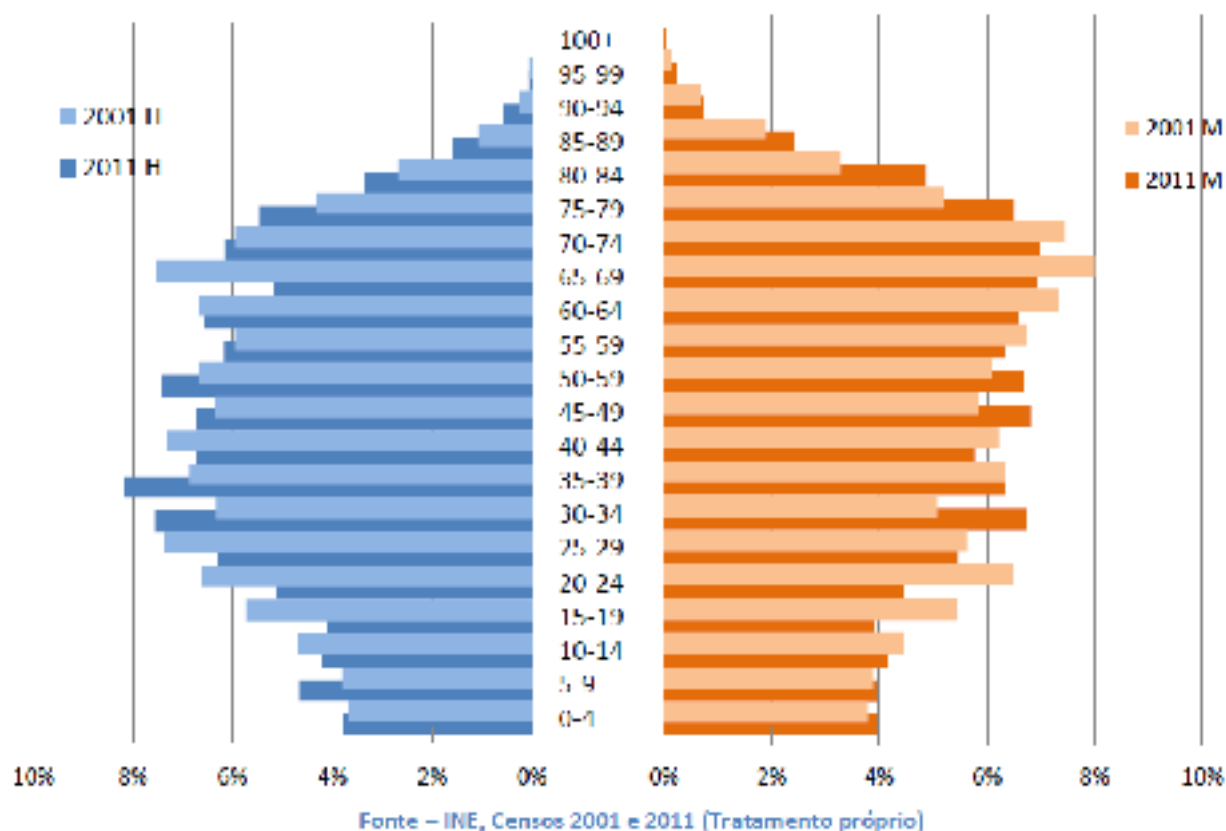
Habitantes: 14 826 no concelho em 2011

Gráfico 1 – Evolução da População Residente, Grândola 2001 - 2011



Fonte - INE, Censos 2001 e 2011

Gráfico 6 – Estrutura Etária da População Do Concelho de Grândola, por Sexo, 2001 e 2011



População infantil e juvenil: cerca de 12% da população do concelho, em 2011, ou seja, cerca de 1 779 crianças e jovens (cerca de 1 399 na freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra).

Tabela 7 – Evolução da % de Jovens e % de Idosos, 2001 e 2011

	% Jovens		% Idosos	
	2011	2001	2011	2001
Grândola	12%	12%	26%	24%
Azinhelra Barros e São Mamede do Sado	9%	12%	28%	27%
Grândola	14%	13%	26%	25%
Melides	10%	10%	33%	28%
Santa Margarida da Serra	7%	8%	36%	37%
Curvalhal	9%	11%	15%	13%

Fonte – INE, Censos 2001 e 2011 (Tratamento próprio)

Como podemos observar, o envelhecimento da população tem vindo a agravar-se. Em 2011, por cada 100 jovens havia 207 idosos. Em Portugal, esse valor era de 128.

População estrangeira: representa cerca de 3,7% da população do concelho de Grândola. As três nacionalidades estrangeiras mais presentes em Grândola são a romena, a brasileira e a chinesa.

Tabela 12 População Estrangeira residente e Nacionalidade, 2012 e 2015

Nacionalidade	2012		2015		Δ% 2012 2015
	Nº	%	Nº	%	%
Total	573	100%	550	100%	-4,0%
África	34	5,9%	26	4,7%	-23,5%
América	171	29,8%	126	22,9%	-26,3%
Ásia	18	3,1%	96	17,5%	487,5%
Europa	349	60,9%	302	54,9%	-13,4%
Oceânia	1	0,2%	0	0%	-100%

Fonte - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Taxas da população:

Tabela 3 – Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório e Taxas brutas de natalidade e mortalidade, Portugal e Grândola, 2001, 2011 e 2014

	Taxa de crescimento efetivo (%)			Taxa de crescimento natural (%)			Taxa bruta de natalidade (‰)			Taxa bruta de mortalidade (‰)			Taxa de crescimento migratório (%)		
	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014
Portugal	0,62	0,29	0,5	0,07	0,06	0,22	11,00	9,2	7,9	10,10	9,7	10,1	0,63	0,23	0,29
Grândola	0,40	0,26	-1,01	-0,17	-0,75	-0,66	8,00	7,9	6,1	13,10	15,3	12,7	0,92	1,01	-0,34

Fonte – INE, Indicadores Demográficos¹

3.1.2. Dados geográficos

Área da superfície do concelho: 826 km²

Freguesias: Grândola e Santa Margarida da Serra (união), Melides, Carvalhal e Azinheira dos Barros

Distrito: Setúbal

Ilustração 1 – Mapa do Concelho de Grândola e freguesias limítrofes



Fonte – Instituto Geográfico Português, CAOP e Google Earth (tratamento próprio USIG)

3.2. Saúde

No concelho de Grândola não existe hospital, sendo o hospital de referência o HLA (Hospital do Litoral Alentejano), situado no concelho de Santiago do Cacém a mais de 20 km. Este hospital oferece serviços de Medicina Interna, Cirurgia Geral, Pediatria, Ortopedia, Anestesiologia, Cardiologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Oncologia, Medicina Física e Reabilitação, Ginecologia, Urologia, Otorrino, Oftalmologia, Neurologia, Endocrinologia e Psiquiatria; o Internamento contempla Medicina Interna e especialidades médicas, Cirurgia e especialidades Cirúrgicas, Ortopedia, Unidade de Cuidados Intensivos, Unidade de Cuidados Intermédios e Unidade de Cuidados Paliativos; tem Urgência Geral e Pediátrica, Consulta Externa e Hospital de Dia. Infelizmente, este hospital não possui Maternidade!

«Ao nível das instalações do HLA, o serviço de urgência é considerado subdimensionado para as necessidades e identificam-se algumas insuficiências ao nível dos equipamentos, nomeadamente na climatização de alguns serviços e na vertente da ventilação e tratamento de ar de alguns espaços.» (informação retirada do documento *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola 2013*).

Também ao nível dos recursos humanos é considerado haver alguma insuficiência relativamente a pessoal médico e de enfermagem. No ano de 2014, existiam 1,8 médicos e 4,1 enfermeiros por 1000 habitantes da sub-região do Alentejo Litoral, valores muito abaixo da média nacional, designadamente de 4,5 médicos e de 6,4 enfermeiros.

Sendo assim, em Grândola, os cuidados de saúde são prestados pelo Centro de Saúde de Grândola (CSG), que integra a Unidade de Cuidados na Comunidade Serra e Mar (UCC), a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e o Núcleo da Unidade de Saúde Pública (USP) do Alentejo Litoral (unidade comum aos 5 concelhos). O Centro de Saúde de Grândola integra a ULSLA e tem cinco extensões de saúde: Grândola, Melides, Azinheira dos Barros, Carvalhal e Lousal.

No início de 2016 ocorreu a abertura da extensão de saúde do Canal Caveira que, numa fase inicial, funciona apenas uma vez por semana com médico e assistente técnico.

O Centro de Saúde dispõe de serviços de Cuidados de Saúde Primários, Secundários e Terciários, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 77 Respostas do Centro de Saúde de Grândola, 2015

População alvo	Respostas	Grupo etário	Nº pessoas abrangidas
Mulheres em idade fértil	Planeamento Familiar	15-49	1257
	Rastreio cancro colo útero/mama	25-65	3540
		45-60	2205 c)
	Saúde materna	15-49	106
	Preparação para o nascimento	15-49	62
Crianças e Jovens	Saúde infanto-juvenil	0-18	2440
	Competências parentais	15-49	78
	Intervenção precoce	0-6	70
	Saúde Escolar / Oral	3-18	2000/494
	CPCI	0-18	75
	NACIR	0-18	25
Saúde do adulto e do idoso	Medicina familiar	+18	14132 c)
	Diabetes	+18	1563
	HTA	+18	1974
	Terapia compressiva em úlceras de perna	+18	44
	Terapêutica anti coagulante oral	+18	121
	Cessação tabágica	+18	0
	Cuidados Podológicos		200
	Envelhecimento ativo	+50	281

Toda a população	Vacinação	Todos	3540
	Medicina familiar	Todos	14132 a)
	Serviço de Atendimento Prolongado	Todos	1928
	Atendimento Complementar	Todos	*
	Tratamentos	Todos	7101
	Visitação domiciliária	Todos	501
	Equipa de Cuidados Continuados Integrados	Todos	43
	Voluntariado em saúde	Todos	b)
	Comemoração de dias mundiais	Todos	2520
	Eventos comunitários	Todos	2/80

Fonte - Planos de Ação 2016

* Informação não disponível

a) População Alun

b) Utilizadores da UCSF - Informação não disponível

Tabela 76 - Consultas médicas no Centro de Saúde Grândola por Especialidade da consulta, 2010-2014

Grândola	Total	Medicina geral e familiar/Clinica geral - saúde de adultos	Planeamento Familiar	Saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente	Saúde materna	Outras especialidades
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2014	39609	19916	1577	1539	749	15728
2013	40127	20718	1555	1520	743	15490
2012	25809	21514	1311	3223	758	0
2011	45206	39797	1569	4086	754	0
2010	52065	44755	1022	5524	764	0

Fonte - Planos de Ação do CSG

Como se pode observar nas tabelas, o CSG tem vários programas, nomeadamente: Saúde de Adultos, Saúde Sexual e Reprodutiva (Planeamento Familiar), Saúde Infantil, Saúde Materna, entre outros.

Um dos projetos do CSG é o de Preparação para o Nascimento, dirigido às grávidas, que pretende promover o bem-estar materno-fetal e o desenvolvimento de competências parentais aquando da vigilância da gravidez. A intervenção comporta diversas ações: sessões de preparação para o nascimento, sessões de recuperação pós parto, visitas domiciliárias, entre outras. No entanto, este projeto também tem alguns constrangimentos, como a insuficiente valorização da atividade por parte de alguns elementos da equipa de saúde, a deficitária adesão a comportamentos de saúde por parte do público-alvo e/ou a difícil acessibilidade ao projeto para as mulheres de fora da freguesia de Grândola.

Em 2015, foram identificados dois casos de gravidezes de menores no município.

Após o projeto de Preparação para o Nascimento, o CSG, através das orientações do Programa de Saúde Infantil, continua a promover as competências parentais, personalizadas até aos 18 anos, tendo também um projeto dirigido a grupos de pais com a mesma finalidade, capacitando para a introdução saudável de alimentos, prevenção de acidentes, entre outros, sobretudo na primeira infância.

Conforme se observa na tabela, houve um decréscimo de consultas de Saúde Infantil nos últimos anos, o qual não conseguimos explicar.

Para a comunidade educativa, é o Programa de Saúde Escolar que promove a adesão a comportamentos de saúde junto desta. Visa contribuir para a cidadania, solidariedade e respeito pelas diferenças, ajudando as crianças e jovens a fazer escolhas mais saudáveis. Dispõe de uma equipa nuclear, multiprofissional e pluridisciplinar, que integra médicos, enfermeiros, assistente social, fisioterapeuta, psicóloga, higienista oral, técnico de saúde ambiental e terapeuta da fala. São efetuadas muitas intervenções ao longo do ano, intervenções essas que se debruçam globalmente sobre higiene pessoal e do meio, alimentação (ex.: comemorações do Dia Mundial da Alimentação e do Dia Nacional da Obesidade; Projeto «A Minha Lancheira»; etc), promoção do sono, consumo de substâncias psicoativas, bullying, afetos, violência no namoro, racismo, educação sexual, etc.

No município são também realizadas campanhas de sensibilização para a saúde de crianças com deficiências e com risco psicossocial.

Em colaboração com as escolas, o Centro de Saúde supervisiona as ementas escolares e as condições de higiene e segurança das escolas.

As principais insuficiências apontadas pelos utentes do CSG são a escassez de profissionais de saúde e a existência de uma rede de transportes insuficiente que dificulta o acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente o acesso aos cuidados do hospital de referência. A rede de transportes públicos deficitária de acesso ao HLA é, aliás, uma dificuldade sentida por toda a população do Alentejo Litoral.

Como podemos observar na seguinte tabela, entre 2010 e 2014, o número de profissionais de saúde tem vindo a decrescer. Esse decréscimo afeta toda a população, que dispõe de menos pessoas para lhes prestar cuidados, e sobrecarrega os profissionais de saúde, que não conseguem assegurar todos os cuidados que têm de ser prestados.

Tabela 75 – Evolução do Pessoal ao serviço no Centro de Saúde de Grândola, 2010-2014

Grândola	Total	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de Diagnóstico	Outro pessoal
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2014	42	9	12	3	18
2013	44	10	12	3	19
2012	44	9	13	2	20
2011	46	9	13	3	21
2010	53	9	13	3	28

Fonte - Planos de Ação do CSG

A especialidade de Psiquiatria é uma necessidade há muito sentida em todo o Alentejo Litoral, até então uma região muito carenciada deste tipo de resposta, sendo que Odemira é o concelho com a mais elevada taxa de suicídio do país.

Antes, a região do Alentejo Litoral tinha como unidade de referência para a Saúde Mental apenas o Hospital de S. Bernardo de Setúbal. No final de 2015, o serviço de consulta na valência de psiquiatria passou a ser também disponibilizado pelo Hospital do Litoral Alentejano para os concelhos de Odemira, Sines e Santiago do Cacém. Para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, a resposta continua a ser assegurada pelo Centro Hospitalar de Setúbal.

A Cercigrândola mantém-se como única instituição de apoio à deficiência no concelho, através das respostas sociais de CAO (Centro de Atividades Ocupacionais), Lar Residencial e Intervenção Precoce (PAIP - Projecto Articulado de Intervenção Precoce).

O CAO promove atividades para jovens e adultos, a partir dos 18 anos, com deficiência grave, visando a sua valorização pessoal, integração social e o desenvolvimento de autoestima e de autonomia pessoal e social.

O Lar Residencial destina-se igualmente a adultos com deficiência, com 18 ou mais anos de idade, que se encontram impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Possui alojamento permanente ou temporário garantindo condições de bem-estar e qualidade de vida adequadas às necessidades dos utentes. «Desenvolve atividades e estratégias de reforço da autoestima e da autonomia pessoal e social, privilegiando a relação com a família e com a comunidade.»

«O PAIP tem por finalidade assegurar condições de desenvolvimento das crianças até aos 6 anos de idade com risco grave de atraso de desenvolvimento ou com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal e social e a sua participação nas atividades típicas para a idade. Garante a estas crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de intervenção precoce na infância, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento, envolvendo as famílias, a saúde, a educação e outras estruturas da comunidade na criação de mecanismos articulados de suporte social.»

Tabela 79 – Distribuição dos utilizadores segundo Respostas Sociais, por Capacidade e Taxa de Utilização

Respostas	Utilizadores	Capacidade	Taxa de Utilização
CAO	42	40	105%
Lar Residencial	15	14	107%
PAIP	70	64	109%
Total	127	118	108%

Fonte – Carta Social e Cercigrândola (tratamento próprio) Janeiro 2016

A Cercigrândola é a única instituição no concelho a apoiar este público (no CAO e o Lar residencial acolhe também utentes de Alcácer do Sal), logo a sua capacidade encontra-se totalmente esgotada, registando uma taxa de utilização de 108% e 50 pessoas em lista de espera para o CAO e 51 para o Lar Residencial. O alargamento destas respostas é uma necessidade urgente, quer seja pela construção de novos equipamentos ou adaptação do espaço existente.

«Importa referir ainda que a Cercigrândola é a primeira instituição do concelho, na área social, com “Certificação de Qualidade”. Em janeiro de 2011 viu o seu trabalho reconhecido a nível europeu através de Certificado de Qualidade “EQUASS Assurance in Social Services”.»

3.3. Educação

No concelho de Grândola existem 8 jardins de infância públicos e 4 centros infantis semiprivados (IPSS), 8 escolas públicas do 1.º ciclo, uma escola pública de 2.º e 3.º ciclos, uma escola secundária e uma escola profissional.

Tabela 89 - Respostas Sociais 1ª Infância e Capacidade, Utentes e Taxa de Utilização, janeiro 2016

Freguesia	Creche				Intervenção Precoce			
	Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa Utilização	Equipamento	Capacidade	Utentes	Taxa Utilização
Azinhara Barros	Centro Infantil do Trusal Creche	12	6	50%	Cercigrandola	64	70	109%
Carvalhal	Centro Social do Carvalhal Creche	30	19	63%				
Moldes								
U.F. de Grândola e Sta. Margarida da Serra	AIBGIRA Creche Creche e Jardim de Infância de Grândola Creche	76 70	103 80	43% 114%				
Total	4	188	198	73%	1	64	70	109%

Fonte – Carta Social (Tratamento próprio)

Tabela 88 - Evolução do Nº Alunos Matriculados no concelho de Grândola nos Equipamentos Educativos (público e privado), segundo Nível de Ensino

		Ano Letivo									
Edu. Pré-Escolar	Rede Pública	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
	IPSS	86	87	86	90	87	68	75	80	80	75
Ensino Básico		1257	1271	1370	1378	1868	1464	1435	1304	1341	1212
1º Ciclo		542	530	636	604	594	595	611	573	524	514
2º Ciclo		275	307	294	260	275	310	313	286	344	688 ¹⁵
3º Ciclo		440	434	440	514	999	559	511	443	473	
Ensino Secundário		321	279	217	350	392	242	325	295	196	168
Ensino Profissional		112	131	171	150	180	155	191	193	171	191
Total		2127	2029	2102	2264	2815	2223	2292	2148	2067	1917

Fonte – DGEEC e Divisão de Educação, Desporto e Juventude da CMG

No quadro anterior pode-se observar o número de alunos matriculados desde o pré-escolar até ao ensino secundário no período de 2005 a 2015. No presente ano letivo 2016/2017 matricularam-se 365 crianças no pré-escolar, 497 no 1.º ciclo, 266 no 2.º ciclo, 441 no 3.º ciclo e 247 no ensino secundário.

Uma grande parte das escolas possui cantina escolar. As instituições que não dispõe deste equipamento têm fornecimento de refeições (cozinhadas nas instituições que possuem cantina).

Ao nível de pátios e instalações desportivas, todas têm pelo menos um pátio, mas menos de metade possui instalações desportivas. Todas as instituições dispõem de recursos tecnológicos.

Atualmente, as escolas sofreram todas alterações para serem removidas barreiras arquitetónicas, obrigação prevista por lei, à exceção das escolas de ensino secundário, Escola Secundária António Inácio da Cruz (ESAIC) e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural (EPDR).

Todas as escolas de ensino obrigatório possuem transporte escolar. Ao nível das creches e jardins de infância, o transporte não é obrigatório por lei, logo, apenas algumas instituições o têm. Em certos casos, não se mostrou necessário transporte. A CMG disponibiliza transporte para crianças que sejam sinalizadas pelas instituições.

Não existem programas educativos que potenciem a integração e o intercâmbio cultural das crianças e adolescentes imigrantes.

O «Programa de Apoio às Famílias» tem como objetivo prioritário possibilitar que o jardim de infância possa cumprir, para além da componente educativa, uma importante função social, permitindo que as crianças possam ter direito à refeição, a permanecerem no jardim de infância até à hora a que os pais saem dos empregos e durante os períodos de faltas das educadoras e interrupções letivas. A maioria das crianças que frequentam os jardins de infância da rede pública estão inseridas neste programa: 75,3% em 2012/2013; 97,4% em 2013/2014; e 98,8% em 2014/2015.

Tabela 90 - Programa de Apoio às Famílias

Jardins de Infância	Nº Crianças abrangidas - Programa de Apoio às Famílias		
	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Grândola nº1	64	96	95
Grândola nº2	30	42	45
Carvalhal	29	25	25
Melides	31	34	28
Amelas de Cima	15	21	20
Água Derramada	15	15	23
Alceta do Futuro	19	25	25
Alceta Novo S. Lourenço	11	7	7
Total	215	268	268

Fonte – Divisão de Educação, Desporto e Juventude da CMG

Na disciplina de Cidadania desenvolvem-se atividades sobre a educação para a vida, a paz, os direitos humanos, entre outros conteúdos.

O Projeto de Educação Para a Saúde, integrado no Programa de Saúde Escolar, é dirigido a toda a comunidade educativa e pretende melhorar o estado de saúde global dos jovens, dando ênfase à atividade física, à alimentação saudável e à tomada de decisões responsáveis na área da sexualidade. Este projeto tem tido algumas dificuldades de implementação, devido à difícil articulação dos horários dos intervenientes e ao número de horas reduzido atribuído aos parceiros para o desenvolvimento do projeto.

Este projeto é desenvolvido em parceria com o Centro de Saúde de Grândola, GNR – Escola Segura, INEM, CPCJ, Bombeiros locais e CMG.

Faz parte do currículo escolar a realização de atividades sobre os direitos humanos e a Convenção dos Direitos da Criança, atividades propostas pelo município e pela DGS (Direção Geral de Saúde).

No ano letivo 2015/2016 foi realizado um projeto de informação e orientação sobre itinerários educativos e saídas profissionais para alunos do ensino secundário. Esses alunos responderam a um questionário sobre o curso e universidade que pretendiam frequentar e, posteriormente, o município possibilitou que esses alunos visitassem essas faculdades. O SPOV (Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional) é também responsável por informar e orientar os jovens para diferentes itinerários educativos e saídas profissionais.

Destinado a alunos, professores e comunidade escolar, o projeto Eco-escola é desenvolvido em parceria pela EPDR, CMG e Ambilital, com o objetivo de desenvolver e encorajar na escola e na comunidade ações no âmbito da Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

A CMG atribui anualmente Bolsas de Estudo a alunos residentes no concelho que desejam prosseguir os estudos após o 12º ano. No ano letivo 2015/2016 foram renovadas 4 bolsas de estudo e atribuídas 3 novas.

O seguinte quadro apresenta a evolução de determinadas ofertas educativas.

Tabela 40 – Evolução da Oferta Educativa/Formativa e Número de Alunos/os, AEG e EPDRG

Grupos-alvo	Oferta educativa/formativa	Nº de Alunos								
		2012/2013			2013/2014			2014/2015		
		H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Jovens	Ensino Secundário	71	99	170	71	103	175	74	103	177
	Cursos Profissionais	28	14	42	18	7	25	8	6	14
	Cursos Vocacionais	—	—	—	22	10	32	23	18	41
Adultos	EFA Escolar – Nível Secundário	5	8	13	0	0	0	14	16	30
	RVCC	71	58	129	0	0	0	28	14	42
EB 2/3 D. Jorge de Lencastre										
Jovens	PIEF	—	—	—	0	0	0	0	0	0
	PCA	—	—	—	0	0	0	9	0	9
EPDRG										
Jovens	Técnico de Turismo	19	31	50	Total de alunos 199			Total de alunos 199		
	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	17	31	48						
	Técnico de Produção Agrária	45	10	55						

Fonte – AEG e EPDRG

Tabela 34 – Taxas de Retenção/Desistência, Transição/Conclusão e Participação, Continente e Grândola

Anos letivos	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)		Taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular (%)		Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%)	
	Continente	Grândola	Continente	Grândola	Continente	Grândola
2013/2014	9,8	14,4	81,8	82,2	x	x
2012/2013	10,2	14,8	81,2	88,2	x	x
2011/2012	9,5	10,1	80,3	81,5	x	x
2010/2011	7,3	11,1	79,5	84,4	25,1	40,5
2009/2010	7,6	9,1	81,1	85,1	22,2	31,5

X - Dado não disponível

Fonte – INE e DGEEC

Como podemos observar na tabela acima, entre 2009 e 2014, a taxa de retenção e desistência no ensino básico regular tem vindo a aumentar, sendo essa taxa muito superior à nacional. Têm-se observado bastantes situações de abandono escolar por parte dos jovens, algumas devido a problemas económicos das famílias. Os alunos mais jovens têm demonstrado problemas de indisciplina e desmotivação e também falta de hábitos de estudo e organização. Um estudo lançado há pouco tempo sobre a indisciplina nas aulas confirma que esta tem vindo a aumentar. A Tutoria e os Contratos Sociais são algumas das medidas implementadas pelo Ministério para tentar reverter estas situações. Relativamente às taxas de transição/conclusão e participação em cursos profissionais

no ensino secundário regular, registaram-se algumas oscilações, sendo que os valores foram sempre superiores à taxa nacional.

As atividades de enriquecimento curricular (AEC), de caráter facultativo são, desde 2014, da responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Grândola. Estas atividades estão implementadas em todos os estabelecimentos do primeiro ciclo do Ensino Básico, incidindo em áreas como o Inglês, Iniciação à Programação, Atividades de caráter lúdico e desportivo.

Tabela 91 – Atividades de Enriquecimento Curricular 2012/2013

Escolas 1º Ciclo	Nº Crianças abrangidas	Disciplinas
	2012/2013	2012/2013
Grândola	351	- Apoio ao estudo - Ensino de Inglês - Ensino Música - Atividade Física e Desportiva - Atividades Lúdico-Expressivas
Carvalhal	47	
Melides	40	
Ameiras de Cima	40	
Água Derramada	17	
Cadoços	13	
Adeia do Futuro	15	
Adeia Nova S. Lourenço	24	
Lousal	23	
Total	566	

Fonte - Divisão de Educação, Desporto e Juventude da CMG

O Agrupamento de Escolas de Grândola, em conjunto com a CMG, promove ainda o projeto EPIS (Empresários Pela Inclusão Social), que tem por objetivo combater o insucesso e o abandono escolar dos alunos do 2.º e 3.º ciclos de escolaridade. Este projeto contempla um leque variado de oportunidades dirigidas a esses alunos e também a jovens que tenham atingido os 18 anos, não tenham concluído o 3.º ou mesmo o 2.º ciclo de escolaridade, e pretendam apostar na inserção no mercado de trabalho, através de estágios profissionais.

No âmbito destas respostas são identificadas algumas dificuldades, nomeadamente o fraco investimento das famílias no acompanhamento escolar dos seus filhos e a escassez de recursos financeiros para o desenvolvimento de outras respostas. Das potencialidades identificadas, destacam-se a melhoria dos resultados escolares e a diminuição do número de situações de carência.

A seguinte tabela, retirada do documento *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola* (2013), apresenta variados problemas dos equipamentos educativos de Grândola. Alguns desses problemas já foram resolvidos ou estão em processo de resolução, sendo alguns cada vez mais urgentes, como é o caso da ESAIC.

Tabela 35 – Equipamentos educativos concelhios – Identificação das principais insuficiências

Principais Insuficiências - Instalações	Principais Insuficiências Equipamentos
Escolas do Agrupamento	
EB1 de Grândola – instalações desadequadas às atuais exigências educativas em todas as valências.	
EB23 D. Jorge de Lencastre – necessidade de intervenção profunda a nível dos espaços interiores e exteriores.	
LB1 de Cadoços e LB1 de Lousal – instalações desadequadas às atuais exigências educativas (já não existem, legalmente, escolas de um só lugar e de um só ciclo).	
LB1 de Aldeia do Futuro – as instalações para o 1º ciclo são insuficientes e não respondem à procura, obrigando o 4º ano a ser deslocado para outro espaço educativo.	
Escola Secundária	
Salas de aula desadequadas	Computadores,
Balneários exíguos	Quadros Interativos
Sanitários em mau estado e insuficientes	Projetores
Bar/Bufete reduzidos dimensões	Equipamento laboratorial
Sala de convívio alunos	Equipamento desportivo
Inexistência Refeitório	Mobiliário de salas de aula, de áreas de trabalho e de pausa e da área administrativa
Escola Profissional	
Biblioteca que necessita de intervenção	Equipamento informático a necessitar de substituição

Fonte – Inquérito às Entidades Parceiras do CLASG

Constatou-se ainda que a oferta para os jovens, ao nível do ensino secundário e dos cursos profissionais, é reduzida e, em algumas situações, dificultada pela inexistência de equipamentos tecnológicos.

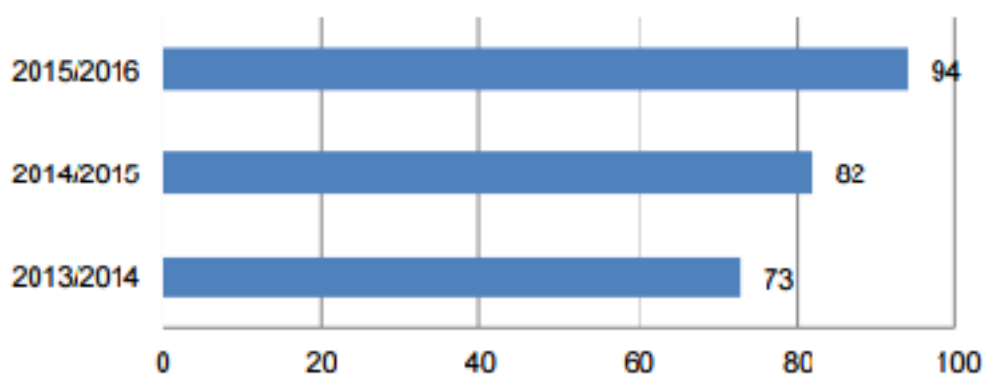
No entanto, a existência de parcerias e protocolos com entidades e empresas tem potenciado a formação em contexto de trabalho e a integração na vida ativa dos alunos que frequentam os cursos profissionais.

«De acordo com a DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) entende-se por necessidades educativas especiais (NEE) o conjunto de limitações significativas, ao nível da atividade e da participação, em um ou vários domínios de vida, que decorrem de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente e resultam em dificuldades continuadas de comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social.»

Neste ano letivo, no 1.º ciclo existem 20 alunos com NEE e 6 alunos com CEI (Currículo Específico Individual), sendo que 2 desses alunos se encontram na UEAM (Unidade Especializada de Apoio à Multideficiência). No 2.º ciclo existem 10 alunos com NEE e 8 com CEI, estando 1 na UEAM. No 3.º ciclo estão registados 16 alunos com NEE e 8 alunos com CEI, estando 1 na UEAM. Por fim, no ensino secundário existem 6 alunos com NEE e 9 alunos com CEI, estando 1 na UEAM.

O seguinte gráfico mostra a evolução do número de alunos apoiados pela Educação Especial entre 2013 e 2016:

Gráfico 27 - Evolução Nº de Alunos do AEG Apoiados pela Educação Especial, 2013/2014 - 2015/2016



Fonte – AEG

A seguinte tabela apresenta o número de recursos humanos em Educação Especial entre 2013 e 2016:

Tabela 47 - Evolução do Nº de Recursos Humanos em Educação Especial no AEG, 2013/2014 - 2015/2016

	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Docentes de Educação Especial	7	6	8
Assistentes Operacionais*	2	2	2
Psicóloga**	1	1	1
Terapeuta da Fala**	1	1	1
Terapeuta Ocupacional**	-	-	1
Fisioterapeuta**	1	1	1

*UEAM

**colocados no âmbito do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI-Cerregândola)

Fonte – AEG

A próxima tabela apresenta a evolução do número de alunos subsidiados:

Tabela 48 - Evolução do Número de Alunos Subsidiados e do Número de Alunos Matriculados, segundo o Nível de Escolaridade, Anos Letivos 2012/13 - 2014/15

Ano Letivo	1ºciclo EB			2ºciclo EB			3ºciclo EB			Secundário			Total		
	Alunos com Escalão		Total de Alunos Matriculados	Alunos com Escalão		Total de Alunos Matriculados	Alunos com Escalão		Total de Alunos Matriculados	Alunos com Escalão		Total de Alunos Matriculados	Alunos com Escalão		Total de Alunos Matriculados
	Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%	
2012/2013	277	47,8	580	120	41,2	291	135	32,5	415	60	30,2	190	592	39,9	1485
2013/2014	248	47,4	523	126	40,6	310	135	33,6	407	50	25,3	198	559	39,0	1433
2014/2015	271	51,9	522	160	48,5	330	103	27,0	387	41	21,7	189	575	40,4	1423

Fonte – Divisão de Educação, Desporto e Juventude da CMG e AEG

3.4. Cultura, Lazer e Tempos Livres

Em Grândola existem instalações municipais direcionadas para programas e atividades culturais, entre as quais se encontram o Cinegranadeiro, o Cineteatro, a Biblioteca Municipal e o Estúdio Jovem.

O Cineteatro e o Cinegranadeiro são espaços utilizados para a realização de espetáculos (musicais, teatrais, etc), reuniões e exposições de cinema, entre outros.

A Biblioteca Municipal, a única biblioteca pública do concelho, tem uma secção dedicada especificamente à literatura infantil e juvenil. Para a adoção de novos exemplares são tidos em conta não só os critérios dos técnicos responsáveis, como também os pedidos das crianças e jovens. Cerca de 35% do orçamento específico da Biblioteca Municipal é dirigido para a secção de literatura infantil e juvenil.

«O Programa de Animação do Livro e da Leitura da Biblioteca Municipal de Grândola desenvolve regularmente um conjunto de iniciativas destinadas a públicos de diferentes idades: sessões de animação do livro e da leitura; sessões de contadores; oficinas; biblioteca móvel; exposições; comemorações; encontros; exibição de filmes, etc. Neste âmbito, são exemplos de iniciativas destinadas a crianças e jovens: Animação do Livro e da Leitura para o Pré-escolar e 1.º Ciclo; Animação do Livro e da Leitura para Todos; Troca de Baús; Sessões com Contadores; Oficinas de Animação nos tempos livres; Biblioteca no Jardim e Biblioteca na Praia...»

A Biblioteca Móvel é um serviço disponibilizado pelo Município de Grândola para toda a população do concelho. Consiste em fazer chegar a um maior número de cidadãos o mesmo serviço que é oferecido pela Biblioteca Municipal de Grândola: o livre acesso, consulta local e empréstimo domiciliário de livros, jornais e revistas, acesso à internet, ações de promoção do livro e da leitura. Especificamente para as crianças, a Biblioteca Móvel desloca-se periodicamente às escolas rurais para atividades com alunos e professores.

O município de Grândola tem também uma Ludoteca. «A Ludoteca de Grândola foi criada em 1988 pela Junta de Freguesia de Grândola, com o objetivo de proporcionar o encontro de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos, constituindo um espaço onde estas possam brincar e aprender durante os doze meses do ano.» A Ludoteca conta com sala de jogos, biblioteca/videoteca, atelier plástico, sala polivalente, sala de computadores, cozinha e atelier exterior.

Através do projeto Percurso Seguro, a Ludoteca assume a responsabilidade de trazer das escolas para o seu espaço cerca de 90 crianças que encontram diariamente à sua disposição um leque variado de atividades: dança, hora do conto, clube de jornalistas, oficina de expressões, atividades recicladas, teatro, música, natação, entre outras. Sendo uma resposta gratuita, a Ludoteca tem registado um aumento significativo de procura, situando-se numa média de cerca de 100 crianças que frequentam diariamente o espaço em época letiva, número que cresce acima dos 120 nas pausas letivas. Aumentou também o número de crianças que vai para a Ludoteca sem levar lanche, indiciando um acréscimo das dificuldades de muitas famílias.

A Ludoteca de Grândola colabora também com todos os jardins de infância no projeto «Crescer a Brincar», em que cada sala dos jardins de infância tem um projeto que desenvolve em visitas semanais ou quinzenais no espaço da Ludoteca, durante o período letivo.

Durante as férias escolares, principalmente no verão, a Ludoteca procura desenvolver uma programação abrangente, acrescentando muitas atividades no exterior, como passeios à praia e à piscina, canoagem, caminhadas no campo, jogos no jardim, entre outras.

O concelho também dispõe de uma escola de música, pertencente à SMFOG (Sociedade Musical Filarmónica Operária Grandolense). Para além da escola de música, a SMFOG tem também uma Banda Juvenil e uma Banda Sénior, sendo que recentemente a Biblioteca da SMFOG foi reaberta.

Em Grândola, o município organiza programações culturais para a população infantil e juvenil, tais como teatro, visitas culturais, atividades ao ar livre, turismo jovem, campanhas de consciencialização social, acampamentos, entre outras. Habitualmente, a programação cultural tem em conta apenas a população infantil e juvenil em geral, não sendo direcionada para um grupo

específico. Geralmente, a população infantil e juvenil não participa na conceção e na organização das atividades.

Na vila de Grândola existe ainda o Estúdio Jovem (EJ), um espaço de educação não formal, que visa promover a ocupação dos tempos livres dos jovens com idades superiores a 10 anos. Neste espaço, das 10h às 18h, os jovens podem usufruir de várias atividades organizadas diariamente pelos 3 técnicos responsáveis, bem como utilizar todos os equipamentos ali disponíveis (internet, TV, consolas, jogos, etc), durante o tempo de aulas e nas férias letivas. Este serviço também informa sobre bolsas de estudo, programações culturais, contratação jovem, entre outras.

O EJ proporciona ainda aos jovens um conjunto de atividades de interesse histórico, cultural, lúdico, didático e de entretenimento durante todo o ano: visitas a parques temáticos; realização de workshops; colónia de férias; torneios de futebol, de matraquilhos e de consola; feira da ladra; passeios pedestres e de bicicleta; atividades de sensibilização ambiental sobre o racismo, violência no namoro e outros; realização do Programa Vivam as Férias (durante os períodos de férias letivas).

Um dos programas de ocupação de tempos livres realizado pelo EJ é o «Bora Lá Bulir», que tem como principal objetivo ocupar os tempos livres dos jovens proporcionando-lhes um primeiro contacto com o mundo do trabalho. Destina-se a todos os jovens residentes no concelho de Grândola, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, decorrendo nos meses de julho e agosto, com direito a uma bolsa de participação. Em 2016 foram integrados no “Bora Lá Bulir” 95 jovens, mais 30 relativamente a 2015, sendo que cada um participou durante 10 dias úteis, 4 horas diárias. Os jovens foram colocados nos diversos setores da CMG, bem como por todas as Juntas de Freguesia do concelho. A Biblioteca na Praia, a Biblioteca no Jardim, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal, a Piscina Municipal, os Jardins de Infância, os Centros Escolares, o Posto de Turismo, o Desporto e o Gabinete de Produção Gráfica do Município foram alguns dos locais onde os jovens trabalharam.

O EJ também disponibiliza quinzenalmente, a um grupo de 12 a 15 clientes da Cercigrândola, atividades adequadas às características do grupo, de acordo com as indicações das técnicas da instituição que os acompanham, contando com cerca de 85 frequências durante o ano de 2015.

No EJ pode fazer-se o Cartão Jovem Municipal, que oferece diferentes descontos a nível local em lojas, escolas de condução, entre outros.

As atividades diárias do EJ registam maior afluência às quartas-feiras à tarde (sem aulas), sendo as consolas e os computadores muito procurados diariamente principalmente pelos jovens do sexo masculino.

«Em 2015 surgiu um novo projeto da Câmara Municipal de Grândola denominado Experimenta - Workshop e Oficinas. É um projeto dirigido a pessoas com mais de 15 anos, funciona em horário pós laboral, e tem como principal objetivo o enriquecimento individual, a aprendizagem de novos conhecimentos e a troca de experiências nas mais diversas áreas, entre as quais a gastronomia, a música, a fotografia, o artesanato, o património, etc. Durante o ano realizaram-se vários workshops nas referidas áreas, envolvendo dinamizadores e formadores do concelho, nos quais participaram 72 municípios.»

Em Grândola é desenvolvido o programa Intercâmbio Internacional de Jovens desde 1995, com o intuito de criar acesso a oportunidades de aprendizagem, formação, empreendedorismo, ocupação de tempos livres, dinâmicas culturais, recreativas e desportivas. Este programa não se realiza desde 2014, sendo que é intenção do município retomar este intercâmbio através do programa Erasmus+.

Durante o mês de março, com o intuito de comemorar o Dia Nacional da Juventude e o Dia Nacional do Estudante, o Sector de Juventude da CMG desenvolve há já alguns anos o Fórum da Juventude, um projeto que procura oferecer aos jovens uma grande diversidade de atividades, do teatro à música (concertos, concursos de DJ's), exposições, ciclos de cinema, visitas culturais, atividades desportivas, entre outras.

Segundo algumas entidades do concelho de Grândola, a resposta pública de ocupação de tempos livres nas férias letivas é insuficiente, especialmente nas freguesias periféricas. Estas entidades identificaram os principais problemas relativos às crianças e aos jovens do concelho, que se encontram no quadro abaixo.

CRIANÇAS E JOVENS (5/18)	
PRINCIPAIS PROBLEMAS	PROJETOS / SOLUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de resposta (pública) de ocupação de tempos livres nas férias letivas • Desemprego / Saídas Profissionais • Aumento das situações de risco / Dependências • Comportamentos desviantes • Falta de expectativas e desvalorização da escola • Falta de acompanhamento familiar • Desvalorização da escola por parte das famílias 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de ocupação de tempos livres de âmbito cultural (música, fotografia, rádio...) • Projetos no âmbito da proteção do meio ambiente • Criação de um "Projeto Educativo Municipal" que envolva todos os agentes da comunidade na resposta aos problemas das crianças e jovens em idade escolar

3.5. Famílias

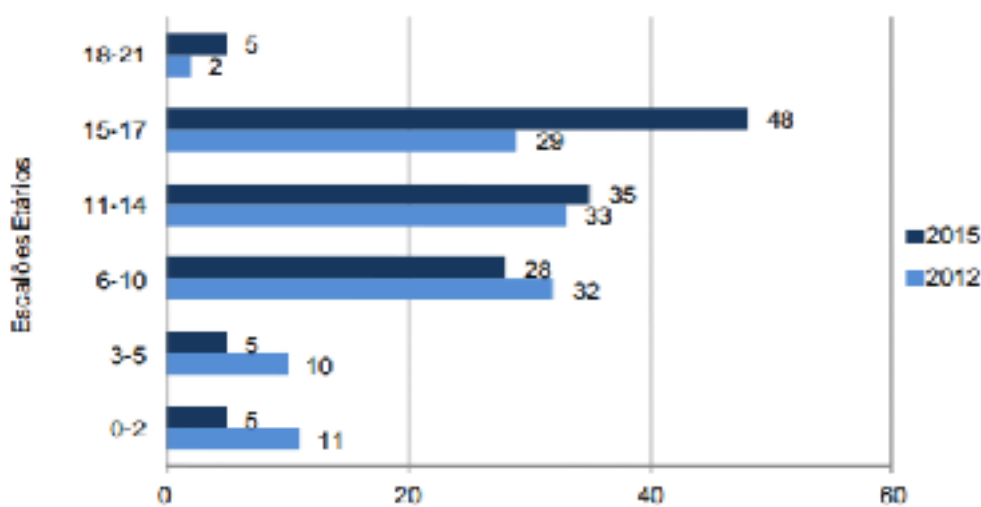
Em Grândola não existe uma delegação direcionada às famílias.

A CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) é uma «instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.» (lei n.º 147/99 de 1 de setembro, artigo 12.º, n.º 1).

A CPCJ organiza algumas sessões de orientação, aconselhamento e formação para os pais (maioritariamente para as famílias que acompanha), mas o município propriamente dito promove apenas reuniões com os pais e encarregados de educação, em parceria com o agrupamento.

O seguinte gráfico apresenta a evolução dos casos da CPCJ entre 2012 e 2015.

Gráfico 82 – Crianças e Jovens Acompanhados por Escalão Etário, CPCJ Grândola - 2012 e 2015



Fonte – CPCJ de Grândola

Entre 2013 e 2015 assistiu-se a um aumento de sinalizações, sobretudo nos casos de «Criança ou Jovem que Assume Comportamentos que Comprometem o seu Bem-estar e Desenvolvimento» e de «Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-estar e Desenvolvimento da Criança» (violência doméstica, consumo de álcool ou de estupefacientes).

Registam-se ainda outras problemáticas significativas, relacionadas principalmente com negligência e situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação.

A CMG não possui recursos ou serviços específicos para a primeira infância, sendo que a Segurança Social é que tem esse encargo. A Segurança Social disponibiliza um serviço de amas que são coordenadas por uma educadora da Segurança Social de Alcácer do Sal.

O município não tem programas específicos para famílias de imigrantes.

Em Grândola não existe casa de acolhimento, sendo que, quando necessário, é utilizada a casa de acolhimento de Alcácer do Sal.

O Gabinete de Psicologia da Câmara Municipal de Grândola, criado em 2010 e constituído por dois Psicólogos do Município, tem como objetivo proporcionar serviços gratuitos de psicologia a crianças e adolescentes do concelho com necessidade de apoio psicólogo que, por falta de recursos financeiros das famílias, não podem recorrer ao sector privado. No ano de 2015, foram realizadas 313 consultas de Psicologia e 47 consultas de Acolhimento de Pedopsiquiatria (abrangendo os cinco concelhos do Alentejo Litoral). As situações em análise têm-se centrado em problemas de desenvolvimento e aprendizagem, perturbações do comportamento, perturbações da ansiedade e necessidade de promoção de competências e métodos de estudo.

De salientar a descentralização do Gabinete de Psicologia a outros pontos do concelho: Canal Caveira, Freguesia de Azinheira dos Barros (Lousal) e Freguesia do Carvalhal.

«Do conjunto de atividades desenvolvidas, ao longo de 2015, de referir a parceria com a EUTIMIA - Aliança Europeia Contra a Depressão em Portugal no Projeto WhySchool, junto do Agrupamento de Escolas de Grândola, cujo objetivo visa desenvolver vias de acesso aos cuidados de saúde mental para os jovens, recorrendo a uma abordagem de diferentes níveis de cuidados, desde a escola até aos cuidados hospitalares. O projeto operacionaliza-se através de ações de formação em saúde mental da criança e do adolescente dirigidas a professores e outros profissionais da educação e dos cuidados de saúde primários.»

No município são realizados programas de prevenção da violência doméstica, tais como campanhas de prevenção da violência de género, campanhas contra o castigo físico e psicológico, programas educativos e campanhas contra os maus-tratos a menores.

O município não dispõe de meios próprios de assistência psicossocial ou educativa para as famílias com crianças incapacitadas ou doentes.

Tabela 14 – Distribuição das Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão, Grândola 1991, 2001 e 2011

	Total	Com 1		Com 2		Com 3		Com 4		Com 5 ou +	
1991	4989	838	16,8%	1642	32,9%	1204	24,1%	873	17,5%	432	8,7%
2001	5638	1218	21,6%	1954	34,7%	1281	22,8%	823	14,6%	359	6,4%
2011	5974	1535	25,7%	2129	35,6%	1311	21,9%	734	12,3%	265	4,4%

Fonte – INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Tabela 16 – Núcleos Familiares de Casais com Filhos e Núcleos Familiares Monoparentais

	Proporção de Núcleos Familiares de Casais com Filhos (%)		Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais (%)	
	2011	2001	2011	2001
Grândola	49,55	52,77	14,23	10,10
Azinhelra dos Barros	43,86	54,55	20,83	11,80
Grândola	51,01	52,89	13,78	10,10
Melides	41,70	48,18	13,15	10,10
Santa Margarida	26,53	31,43	15,52	11,10
Corvalhal	55,36	63,30	15,99	7,60

Fonte – INE, Censos 2001 e 2011

Como pudemos observar nas tabelas anteriores, a dimensão média das famílias tem vindo a decrescer. O número de famílias de casais com filhos diminuiu, porém o número de famílias monoparentais aumentou, predominando as mães solteiras.

Tabela 18 - Número de Famílias, segundo o nº de pessoas a cargo, e condição perante a atividade económica

Grândola 2011	Nenhuma pessoa a cargo	1 Pessoa a cargo	2 Pessoas a cargo	3 Pessoas a cargo	4 ou mais pessoas a cargo	Total
Nenhuma pessoa ativa	1984	218	27	16	1	2246
1 Pessoa ativa	952	396	189	60	13	1610
2 Pessoas ativas	561	682	413	76	15	1747
3 ou + pessoas ativas	158	119	66	15	13	371
Total	3655	1415	695	167	42	5974

Fonte – INE, Censos 2011

São consideradas pessoas a cargo os indivíduos cujo principal meio de subsistência provém dos familiares com que residem, por exemplo os(as) filhos(as) menores que não trabalhem e pessoas idosas que não recebam pensão nem têm outra fonte de rendimento.

Tabela 21 - Alojamentos familiares de residência habitual e Existência de Água Canalizada, Grândola 2001 e 2011

	Com água canalizada no alojamento		De rede pública		Da rede privada		Sem água canalizada no alojamento mas existente no edifício		Sem água canalizada no alojamento	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
Grândola	5794	5243	5165	4567	629	676	10	104	98	243
Azinheira Barros	308	344	283	310	25	34	0	5	6	19
Grândola	4275	3856	4013	3583	262	273	7	46	49	123
Melides	703	614	446	396	257	218	2	39	24	58
St Margarida da Serra	72	70	36	35	36	35	0	11	15	36
Carvalhal	436	359	387	243	49	116	1	3	4	7

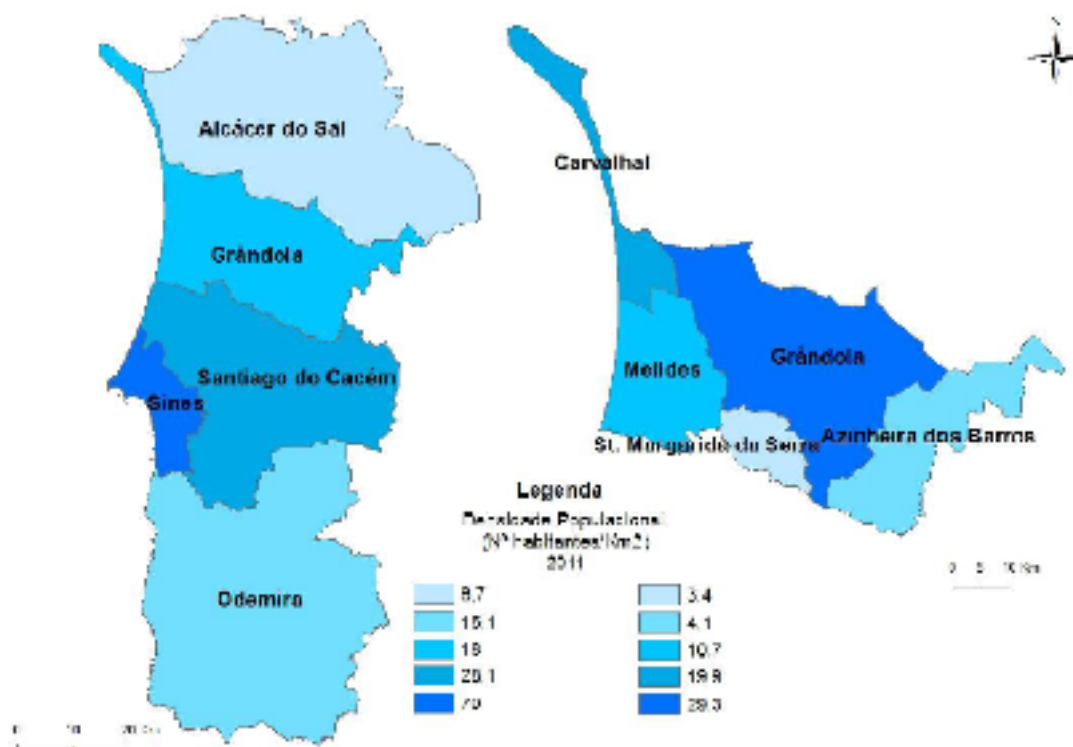
Fonte – INE, Censos 2001 e 2011

As condições de habitabilidade e conforto das habitações têm vindo a melhorar, particularmente no que diz respeito à existência de infraestruturas básicas e instalações, como água canalizada e casa de banho com banheira ou duche.

3.6. Sustentabilidade Ambiental

Densidade populacional: 18 hab/km², de acordo com o Censos 2011. Esta densidade é muito baixa quando comparada com a de Portugal Continental (112,8 hab/km²).

Ilustração 2 – Densidade Popacional 2011, Municípios do Alentejo Litoral, Concelho e Freguesias de Grândola



Fonte – INE, Censos 2011 (Tratamento próprio – USIG)

Nº de ruas para pedestres: 5

Ciclovias: 4 ciclovias no concelho de Grândola - 2 na vila de Grândola, 1 em Tróia e 1 no Carvalhal.

O abastecimento público de água em Grândola é da responsabilidade da CMG, sendo este serviço essencial para todos.

No ano de 2015, a rede de abastecimento de água sofreu um aumento de 462m, perfazendo agora um total de 128,462 km de rede para gerir.

Estima-se que 96% da população do concelho de Grândola é servida pelo sistema de abastecimento de água. Com o objetivo de garantir o abastecimento de água a mais cidadãos, a CMG pretende em 2017 colocar em funcionamento um novo sistema de abastecimento de água - SAA de Brejinho de Água, passando este a ser responsável pela Muda e pelo Brejinho de Água.

Os dados revelam que entre 2005 e 2014, Grândola tinha cerca de 98,92% de água controlada e de boa qualidade.

Tabela 68 - Indicadores de Consumo de Água, Grândola 2005-2014

	Consumo de água por habitante	Água Segura
	m ³ /hab	%
2014	X	98,92
2009	57	98,73
2005	40,2	92,85

X: Dados Indisponíveis

Fonte - INE

Relativamente a estações de tratamento e sistemas de drenagem de água estima-se que a percentagem de população que usufrui deste serviço não ultrapasse os 85%.

Tabela 69 - Indicadores de Tratamento de Águas Residuais, Grândola 2005-2009

	Proporção de águas residuais tratadas	Águas residuais drenadas dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais por Sector de origem		
		m ³ (milhares)		
	%	Total	Doméstico	Industrial
2009	100	694	694	X
2005	100	547	547	X

X: Dados Indisponíveis

Fonte - INE

No concelho de Grândola é a Câmara Municipal que tem a responsabilidade pela recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos. A Câmara Municipal delegou este serviço a duas empresas:

- a Infratróia – Infraestruturas de Tróia EM, responsável pela recolha e transporte dos resíduos urbanos produzidos na área de desenvolvimento turístico de Tróia;
- a Ambital – Investimentos Ambientais no Alentejo EIM, que tem a seu cargo a recolha seletiva, triagem, valorização e eliminação de resíduos recicláveis e é responsável pela gestão do aterro sanitário (Santiago do Cacém) e pelas estações de transferência dos resíduos indiferenciados.

A CMG recolhe, diariamente, os resíduos sólidos urbanos produzidos pela população, encaminhando-os posteriormente.

«Em 2015, a recolha de resíduos assentava na disponibilização de 1.058 equipamentos enterrados e de superfície, tendo os serviços recolhido um total de 430.240 kg de resíduos sólidos urbanos. Da recolha de monos e outros resíduos volumosos resultaram 23.432 kg.»

Tabela 70 Resíduos urbanos recolhidos, Grândola 2009-2014

	Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de recolha e Tipo de destino			Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)
	Total	Recolha Indiferenciada	Recolha Seletiva	Total
		/terro	Valorização multimaterial	
2014	9270	8548	722	622
2011	12517	11015	1502	810
2004	10278	10221	55	685

Fonte - INE

Existem planos de poupança de energia e de promoção da energia alternativa, tal como a substituição da iluminação pública por LEDs.

Em Grândola, podemos encontrar rampas e estacionamento reservados para as pessoas com deficiências mas, infelizmente, muitos sítios não dispõem destas facilidades, como por exemplo a Biblioteca Municipal e a Escola Básica D. Jorge de Lencastre. Existem também casos como o do tribunal, que dispõe de rampa, mas o passeio não tem os lances rampeados, logo um deficiente motor numa cadeira de rodas acaba por não conseguir aceder à rampa para o tribunal.

Na sede de concelho de Grândola existem dois espaços para os cães nos parques municipais e são efetuadas campanhas de informação para educar/alertar os proprietários de animais de estimação, através de folhetos e da Agenda Municipal. Estas medidas são insuficientes, uma vez que ao caminhar pela sede de concelho podemos encontrar dejetos de animais em quase todas as ruas, situação essa que deveria ser contrariada mais vezes, uma vez que afeta a saúde de todos.

Todas as praias do concelho de Grândola (10) têm uma classificação de água como excelente. Existem diversas campanhas de limpeza das praias grandolenses, tais como a Brigada do Mar.

Na sede de concelho de Grândola existem 7 parques com instalações infantojuvenis, sendo que estas instalações são maioritariamente direcionadas para os mais jovens. O mobiliário urbano que existe adaptado para as crianças é muito reduzido. São efetuadas diversas campanhas com as crianças sobre o meio ambiente.

Relativamente a problemas ambientais, na *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola* (2016) encontram-se as seguintes frases: «Com mais de 90% da superfície do concelho ocupada por espaços naturais, de uso silvestre e agrícola, e não havendo a assinalar indústrias poluentes, quase se pode concluir que não existem problemas ambientais graves. No entanto, há que melhorar os sistemas de tratamento de águas residuais domésticas, e controlar as adubações na agricultura mais intensiva, a atividade pecuária, e ter em conta as áreas de exploração de minérios.»

A produção agrícola no concelho de Grândola não é muito intensiva, no entanto, a utilização excessiva de produtos químicos traz riscos acrescidos de contaminação dos aquíferos, dos solos e das águas superficiais. «As áreas de produção de arroz, pela sua localização e volume de água que acondicionam, estão geralmente associadas a áreas de grande concentração de mosquitos.»

«A pecuária, em particular a suinicultura, é uma atividade com alguma expressão no sistema económico concelhio que importa desenvolver e incentivar. Do ponto de vista ambiental, o controlo e tratamento dos resíduos resultantes da exploração representam uma preocupação acrescida face à existência de explorações que se encontram a funcionar de forma não regulamentar, próximas de linhas de água e aglomerados urbanos.»

O concelho de Grândola é particularmente rico em recursos minerais. «A existência de grande número de explorações e pedidos de exploração de inertes, em particular areias, levanta problemas na sua gestão e controlo, existindo explorações já abandonadas cuja recuperação não foi efetuada. A sobre-exploração deste recurso poderá conduzir à degradação do coberto vegetal, sendo particularmente importante o controlo da sua recuperação no final da exploração.»

3.7. Cooperação ao Desenvolvimento

Em Grândola não existe departamento de cooperação, mas existe um Serviço de Cooperação que pertence ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas. Grândola participa também na Rede Intermunicipal para a Cooperação e colabora com algumas ONGs.

O município dispõe de orçamento destinado à Ajuda em Emergências e à Educação para o Desenvolvimento, sendo que para a primeira dispõe de cerca de 50 000 euros e para a segunda, cerca de 100 000 euros.

Atualmente, o Serviço de Cooperação tem um projeto com o Tarrafal, em Cabo Verde, para ajudar na criação de Jardins de Infância. O Serviço de Cooperação dispõe também de um projeto com Timor Leste, estando a prestar auxílio na criação de municípios.

As prioridades deste serviço são a educação, a participação e desenvolvimento social, a infância, o saneamento e as infraestruturas.

3.8. Participação Infantil

Em Grândola não existe nenhum Departamento de Participação Infantil, existindo apenas algumas instituições que promovem a participação infantil em algumas das suas atividades, tais como a Biblioteca Municipal, a Ludoteca e o Estúdio Jovem.

Existem alguns programas de promoção da associação e participação para os jovens, mas não existe nenhum para as crianças.

A CPCJ realiza diferentes programas e ações para promover o respeito pelos pontos de vista das crianças, principalmente junto dos pais, mas observámos diferentes casos em que ou os pais não querem saber dos filhos ou controlam todos os parâmetros da vida das suas crianças, não lhes permitindo ter ideias próprias.

Na *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola* (2016), o associativismo é descrito como um «apelo à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constitui um importante meio de exercer a cidadania. De facto, o associativismo representa um peso importante no desenvolvimento de uma determinada comunidade e assume um papel determinante na promoção da inserção, da integração e da participação de todos.» Ao nível de associações juvenis existem apenas a Associação de Jovens Nova Onda do Carvalhal, a Associação de Jovens das Minas do Lousal e o Agrupamento de Escuteiros 670 Grândola, não existindo nenhuma associação infantil. Estas associações são auxiliadas pela Câmara Municipal de Grândola.

Na Escola Básica D. Jorge de Lencastre é organizada por vezes a rádio escolar, dirigida por jovens. A Biblioteca Municipal de Grândola tem programas de rádio especificamente dirigidos para as crianças.

No Agrupamento de Escolas de Grândola as crianças estão representadas por um aluno no Conselho Geral, sendo que este aluno participa aproximadamente numa reunião por ano letivo.

O Agrupamento de Escolas de Grândola não dispõe de Associação de Estudantes, mas a atual Direção já iniciou as diligências para a criação dessa associação.

O «i-agora?» é um gabinete do Setor de Apoio à Infância e Juventude do Município de Grândola, situado no centro da vila de Grândola, que tem como objetivo esclarecer dúvidas e fornecer informação aos jovens, através da disponibilização de material informativo, de ajuda ou de encaminhamento para os respetivos serviços. Este serviço foca-se em diversos temas, como Orientação Vocacional, Saúde, Questões Sociais (habitação, ambiente, proteção civil, direitos humanos, associativismo) e Ocupação de Tempos Livres.

Em conclusão, os jovens participam um pouco na sociedade em que vivem, mas a opinião das crianças não é levada em conta na generalidade da sociedade.

Nas tabelas abaixo, retiradas da *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola* (2016), estão identificadas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que afetam as crianças e jovens do concelho de Grândola.

PESSOAS COM DOENÇA MENTAL		
Dinâmicas Internas	FORÇAS (pontos fortes/vantagens internas do concelho)	FRAQUEZAS (pontos fracos/desvantagens internas do concelho)
	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Consultas de pediatria de adu-les - Departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar de Setúbal; - Existência de Consultas de Psiquiatria - Hospital de Évora - Funcionamento do Gabinete de Psicologia da Câmara Municipal (crianças e jovens) - Funcionamento da Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social - Existência da Consulta de Psicologia - UCC Santa Maria - Funcionamento do SPD - Agrupamento de Escolas de Grândola 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de respostas na área da saúde mental (internamento de adultos...) - Insuficiência de respostas na área da saúde mental - consultas de psicologia - Ausência de estruturas de apoio adequadas (Fóruns Ocupacionais, Redes de Proteção...) - Ausência/Insuficiência de programas de intervenção - Insuficiente rede de profissionais de saúde
Dinâmicas Externas	OPORTUNIDADES (aspectos da envolvente que podem ser aproveitados e potenciados)	AMEAÇAS (aspectos da envolvente que podem vir a dificultar a prossecução dos objetivos)
	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de unidades/equipas de saúde mental na BNGO - Inclusão da temática nas prioridades de intervenção do Portugal 2020, PNRR e PNRR - Convergência com diversos estratégias da Plataforma Supraconcelhã do Alentejo Litoral (PSCAL) 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de investimento nas políticas públicas na área da Saúde Mental - Alteração na atuação de profissionais de saúde - Aumento de situações de desemprego/afordabilidade/stress associado ao desemprego e emprego precário

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
Dinâmicas Internas	FORÇAS (pontos fortes/vantagens internas do concelho)	FRAQUEZAS (pontos fracos/desvantagens internas do concelho)
	<ul style="list-style-type: none"> - Condição de respostas de CACE e em Residência Intermédia para o alargamento das respostas; - Unidade de Multideficiência - Agrupamento de Escolas - Associação Pais em Rede - Alentejo de Grândola - Integração em CCI para pessoas com deficiência (algumas organizações, nomeadamente Câmara Municipal e empresas locais) - Projeto BAMP4 - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (elaboração em curso) 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de capacidade em CACE e em Residência Intermédia - Dependência / Isolamento / Marginalização - Temáticas negligenciadas em emprego e habitação - Insuficiente articulação entre os agentes intervenientes na resposta de formação e integração profissional (escolas, CACE, CACE, CACE, CACE...) - Insuficiência da proximidade na integração profissional (não utilização da Medida Emprego Apoiado em mercado normal de trabalho) - Ausência de respostas de ocupação de tempo livres para as crianças da Unidade de Multideficiência
Dinâmicas Externas	OPORTUNIDADES (aspectos da envolvente que podem ser aproveitados e potenciados)	AMEAÇAS (aspectos da envolvente que podem vir a dificultar a prossecução dos objetivos)
	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização do projeto BAMP4 - Divulgação e efetivação da Medida Emprego Apoiado em mercado normal de trabalho - Inclusão da temática nas prioridades de intervenção do Portugal 2020, PNRR e PNRR 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de financiamento público para alargamento das respostas - Crise económica a condicionar a integração nas organizações e empresas

CRIANÇAS E JOVENS		
Dinâmicas Internas	FORÇAS (pontos fortes/vantagens internas do conselho)	FRAGUEZAS (pontos fracos/desvantagens internas do conselho)
	<ul style="list-style-type: none"> CJCI Gestione de pessoal da Câmara Municipal Núcleo Crianças em Risco – Centro da Saúde CATAP SPD – Agendamento de Crianças Intervenção Precoce – Camigráfolia IPSS com recursos sociais de apoio à infância Agrupamento de Escolas SEDES Ações de apoio recreativas das freguesias (Melides, Conselho, Amieira dos Bicos/Concelho) Escola Livre – Câmara Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo do número de crianças e jovens no conselho Aumento das situações de risco / perigo Aumento das dependências / comportamentos de risco (pobres, viciados no Conselho e Local) Falta de especialistas e desenvolvimento da rede a par parte dos serviços familiares Falta de acompanhamento familiar e de competências pessoais (relações partilhadas de famílias de Alentejo com famílias locais) Impossibilidade de acesso das crianças e jovens em situação de risco a equipamentos desportivos da sede do conselho, nas intervenções letivas (falta de transportes) Falta de formação e participação dos pais e mães Dificuldades no acesso ao primeiro emprego, desemprego, baixos salários
Dinâmicas Externas	OPORTUNIDADES (aspectos do ambiente que podem ser aproveitados e potenciados)	AMEAÇAS (aspectos do ambiente que podem vir a dificultar a prossecução dos objetivos)
	<ul style="list-style-type: none"> Indústria – Junta de Freguesia de Alentejo e Sta. Margarida da Serra Polícia Municipal para a Juventude, Centro Juvenil, Programa Músculos Azuis, Programa Tiro 18 Anos, Programa de Esportes de Verão Fundação Herdade da Campista Universidade Aberta Associação Hamúdos do Rio Programas de empreendedorismo jovem Medidas do IHR 	<ul style="list-style-type: none"> Salas profissionais Ausência de resposta de ocupação do tempo livre em intervenções letivas para as crianças da Unidade de Multi-Atividade Eliminação de jovens com deficiência com 18 anos, idade a partir da qual têm que deixar a escola Dificuldades de integração laboral dos jovens com deficiência Modificação dos modelos familiares (dificuldades de conciliação da vida familiar com a atividade profissional com consequências no acompanhamento dos filhos) Multiplicação das situações de violência, bullying, cyberbullying Comportamentos de risco associados a consumo de álcool e drogas
INDIVÍDUOS / FAMILÍAS (CATÓCADO)		
Dinâmicas Internas	FORÇAS (pontos fortes/vantagens internas do conselho)	FRAGUEZAS (pontos fracos/desvantagens internas do conselho)
	<ul style="list-style-type: none"> Segurança Social (ação Social/AS), ALIS Atendimento NCCS Movimento Pequena Alentejo 	<ul style="list-style-type: none"> Famílias desestruturadas/difuncionais Existência de maior de vulnerabilidade e/ou instabilidade económica Processos de desestruturação dos serviços de apoio social

	H&AC Banco Alimentar Loja Social - Caritas Social UCC Santa Maria - RIVDAI	Envolvimento das famílias Desemrego Diminuição / cessação das prestações sociais - Centros habitacionais Serviços de apoio à comunidade - Alojamentos domésticos
Dinâmicas Externas	OPORTUNIDADES (exemplos de emissor que podem ser aproveitados e potenciados) - Abordagem inovadora na intervenção com famílias - Programa 2020: PRR e PRR+ Medidas do IEF	AMEAÇAS (exemplos de emissor que podem vir a dificultar a prossecução dos objetivos) - Prevalência de emprego e oferta insuficiente ou de inadequada aos perfis dos desempregados - Aumento do número de situações de pobreza e exclusão social - Eliminação das prestações sociais e da rede de apoio em resultado de crise económica - Modificação dos modelos familiares (dificuldades de conciliação e da vida familiar com a atividade profissional) - Aumento da adoção de práticas assistencialistas por parte dos técnicos (em resultado do número crescente de famílias em situação de emergência social) em substituição da abordagem de intervenção centrada na família

3.9. Visita à Sede do Concelho de Grândola

Como já referido anteriormente, na realização deste projeto quisemos também incluir uma visita à nossa sede de concelho. Essa visita ocorreu no dia 1 de setembro de 2016 e contou com o acompanhamento da Enfermeira M.^a Duarte Alexandre e do Técnico de Saúde Ambiental, António Raposo.

Nesse dia, visitámos os seguintes espaços públicos: Ludoteca, Parque Desportivo, Complexo Desportivo Municipal José Afonso e Jardim 1.º de Maio.

Iniciámos a nossa visita no CSG e, enquanto percorríamos as ruas da nossa sede de concelho, deparámo-nos com o seguinte problema:





Das fotografias apresentadas anteriormente, três foram tiradas no passeio localizado em frente da Cercigrândola e ao pé do Centro de Saúde de Grândola. Os passeios desta sede de concelho necessitam urgentemente de manutenção! Existem ervas na grande maioria dos passeios grandolenses, ervas estas que dificultam a passagem das pessoas, principalmente daquelas que se encontram em cadeiras de rodas, e comprometem a sua saúde.

Durante o nosso trajeto, passámos também ao lado da EB1 de Grândola, que se encontra degradada. Ficámos a saber que esta instituição vai ser remodelada, sendo que as obras vão começar no presente ano de 2017.

O primeiro espaço público que visitámos foi o Jardim 1.º de maio. Este jardim é possui um espaço bastante agradável, mas necessita de alguma intervenção.

Neste jardim existe uma «WC para cães» e dois caixotes do lixo para dejetos de animais, que se encontram muito sujos e sem sacos.



O Jardim 1.º de Maio também tem alguns equipamentos que promovem a prática de exercício físico, um lago, um parque de merendas, uma casa de banho pública, um quiosque por vezes utilizado pela Biblioteca Municipal e dois parques infantis.





Na Feira de Agosto de Grândola foi apresentado um projeto para reabilitar o Jardim 1.º de Maio. Na mesma ocasião, foi também apresentado um projeto para reabilitar a Biblioteca Municipal.

Em seguida dirigimo-nos ao Complexo Desportivo Municipal José Afonso.



Este complexo tem vários equipamentos: a piscina municipal, um ginásio, um restaurante, um recinto de jogos (que é utilizado pelo hóquei em patins, pelo basquetebol, pela ginástica, entre outros). O Estúdio Jovem também se encontra neste edifício. Este complexo é um espaço bastante agradável que oferece atividades promotoras de saúde dirigidas a todas as idades.



Seguidamente visitámos o Parque Desportivo. Pelo caminho, passámos por alguns locais que também necessitam de intervenção.



As duas últimas fotos foram tiradas perto do Parque Desportivo e da Creche «Era uma vez». O edifício de tijolo apresentado na imagem é uma clínica de exames complementares de diagnóstico. O terreno que podemos observar está muito sujo, sendo que já foram encontrados animais mortos no local. Necessita urgentemente de intervenção!

Finalmente chegámos ao Parque Desportivo, um local muito agradável. Tem um circuito de manutenção, um pavilhão, campos de futebol, campos de basquetebol, pista de atletismo, entre outros. É um local que promove o desporto e a saúde da comunidade.





A caminho da Ludoteca deparámo-nos com dois jardins, cujos terrenos têm bastante sombra, mas poderiam ser melhor aproveitados e cuidados.





Por fim, visitámos a Ludoteca.



Como já referimos anteriormente, a Ludoteca é um excelente espaço para as crianças. Possui atividades variadas e promove a socialização, a responsabilidade, a amizade e outros conceitos importantes.





No decorrer da nossa visita constatámos que Grândola tem falta de bebedouros públicos. O consumo regular de água é essencial para a saúde de todos, pelo que deveriam existir mais bebedouros. Por outro lado, os bebedouros que existem são, maioritariamente, demasiado altos para as crianças e têm um repuxo muito forte, que dificulta o consumo de água.



Bebedouros públicos: o primeiro situado no Jardim 1.º de Maio (possui um repuxo demasiado forte) e o segundo localizado num jardim perto do Parque de Feiras e Exposições de Grândola (possui falta de condições para o normal funcionamento).



Bebedouro público situado no Parque Desportivo, adequado para crianças e adultos.

Como já referimos anteriormente, há também falta de acessos para deficientes motores em cadeiras de rodas em alguns espaços públicos, como averiguámos na realização da nossa visita pela sede de concelho de Grândola. A resolução de parte deste problema está prevista no Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020.

Tendo em conta a visita que realizámos em setembro de 2016, os dados que se encontram neste documento e o bem-estar das crianças e dos jovens, criámos o seguinte quadro, que apresenta alguns problemas e propostas de resolução para aplicar na sede de concelho de Grândola.

Aspetos a melhorar	Propostas de soluções
Maior divulgação das atividades e projetos existentes no município	Ecrã multimédia gigante, no centro da vila, que divulgue os eventos e os projetos existentes no concelho
Falta de ciclovias	Aproveitamento de espaços vazios para a construção de ciclovias
Falta de manutenção dos equipamentos existentes	Contratação de mais pessoas para realizar a limpeza e a manutenção dos equipamentos e/ou reorganização dos recursos humanos existentes
Equipamentos tão degradados que comprometem a saúde das crianças e dos jovens, tais como algumas escolas e alguns parques infantis	Recuperação/Reconstrução destes equipamentos
Falta de profissionais de saúde	Contratação de mais profissionais de saúde e/ou reorganização dos recursos humanos existentes
Falta de transportes das freguesias para a sede de concelho aquando da realização de certas atividades	Transporte ocasional com preço simbólico de pessoas residentes nas freguesias para a vila de Grândola, de modo a promover a participação nos eventos que ocorrem na sede
Poucos bebedouros públicos	Construção de mais bebedouros públicos adequados para as crianças e os adultos
Falta de acessos para cadeiras de rodas em alguns espaços públicos	Construção de acessos para cadeiras de rodas nos locais que não os têm
Poucos equipamentos para recolha dos dejetos dos cães	Construção de mais pontos de distribuição de sacos para a limpeza de dejetos de cães e campanha contra a vandalização destes equipamentos
Falta de um “Departamento da Infância”	Criação de um “Departamento da Infância”
Poucos espaços seguros para as crianças brincarem na rua	Criação de mais espaços seguros para as crianças brincarem ao ar livre
Pouca participação por parte das crianças na sociedade a que pertencem / Desvalorização da opinião das crianças	Realização de reuniões com as crianças para averiguar qual a sua opinião sobre o município; realização de oficinas de estimulação ao pensamento crítico para crianças

3.10. Bibliografia / Webgrafia

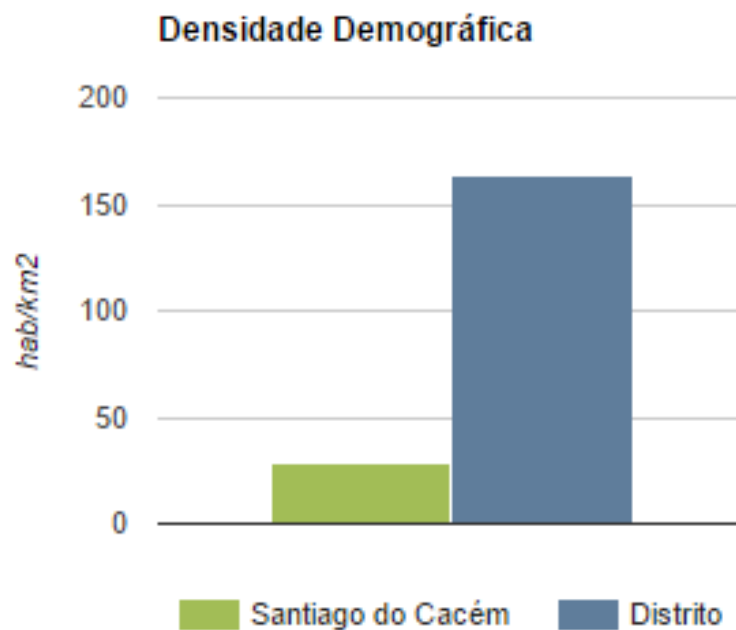
- ULSLA Plano Local de Saúde 2017-2020 – Apresentação da metodologia geral (setembro 2016);
- Manual - (Salsa e Cunha, 2015). Salsa, José e Cunha, Rui (2015) – CienTic, 1.^a Edição, Maia, Porto Editora;
- Manual - (Carrajola, Martin e Hilário, 2014). Carrajola, Cristina, Martin, Luísa e Hilário, Teresa (2014) – Ciências Naturais, 1.^a Edição, Santillana;
- Documento - *Indicadores Municipales de Aplicación de la Convención sobre los Derechos del Niño – Una herramienta para la elaboración de Informes de Situación de la Infancia en el ámbito local español* – elaborado pelo Comité Espanhol para a UNICEF e pelo IUNDA (*Instituto Universitario de Necesidades y Derechos de la Infancia y la Adolescencia*);
- Documento - *Construir Cidades Amigas das Crianças – Um quadro para a ação* – elaborado pelo Comité Português para a UNICEF;
- Documento – *Candidatura ao programa Cidades Amigas das Crianças – Modelo de Caracterização do Município* - elaborado pelo Comité Português para a UNICEF;
- Documento - *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola* (2013) – elaborado pela CMG;
- <http://www.comregras.com/2o-estudo-sobre-indisciplina-em-portugal-com-dados-das-escolas-2014-2016/>;
- Documento - *Atualização do Diagnóstico Social de Grândola* (2016) – elaborado pela CMG;
- Documento – *Programa Nacional Saúde Escolar 2015* – elaborado pela Direção Geral de Saúde.

IV. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

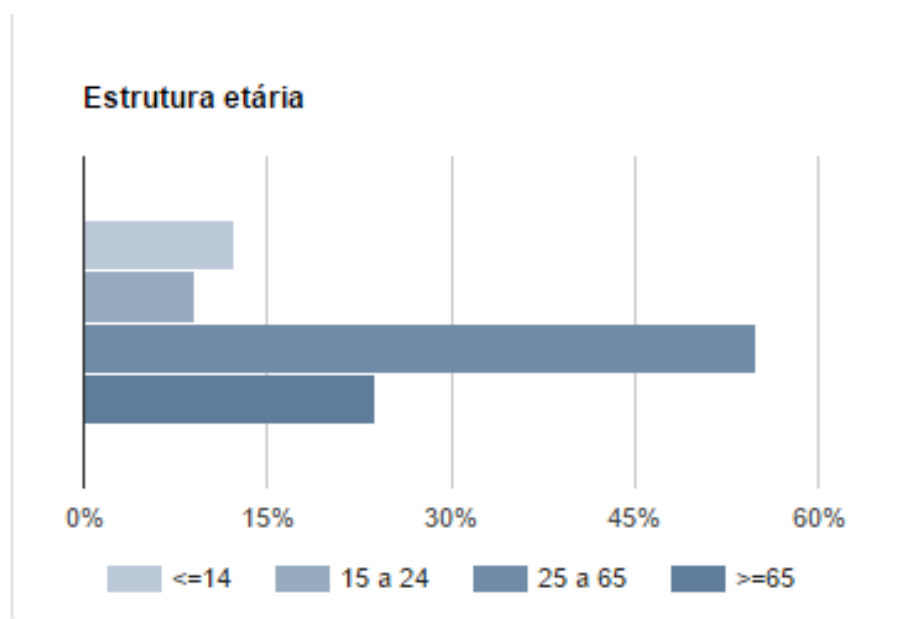
Santiago do Cacém

4.1. Dados Sociodemográficos

Santiago do Cacém é um concelho composto por 8 freguesias e habitado por 29 749 pessoas, das quais 23.80% têm mais de 65 anos e 12.31% são crianças ou adolescentes. A densidade populacional é de cerca de 27,5.



A população tem vindo a envelhecer ao longo dos anos, sendo que os idosos estão cada vez mais dependentes. Muitos deles vivem sozinhos e sem qualquer tipo de acompanhamento. A esperança de vida à nascença aumentou drasticamente.

População por idades (2015):

Fonte: INE

Taxa bruta de natalidade (2015): 7,2‰

Taxa de mortalidade infantil (2015): 4,7‰

O concelho promove programas de sensibilização e incentivo para as crianças como o “Mês da prevenção de maus tratos na infância” e a “Festa de desporto”.

4.2. Dados Geográficos

O concelho de Santiago do Cacém ocupa uma área de 1 059,77 km².

4.3. Rede e Serviços

4.3.1. Saúde

Santiago do Cacém possui um hospital público.

Pessoas com deficiência no concelho:

Tipos de deficiência	Número
Auditiva	248
Visual	405
Motora	495
Mental	170
Paralisia cerebral	39
Outros	360

Há um elevado número de cidadãos com doenças no sistema circulatório e respiratório. Têm vindo a aumentar os casos de utentes com tumores malignos. Existem cada vez mais portadores de doenças transmissíveis.

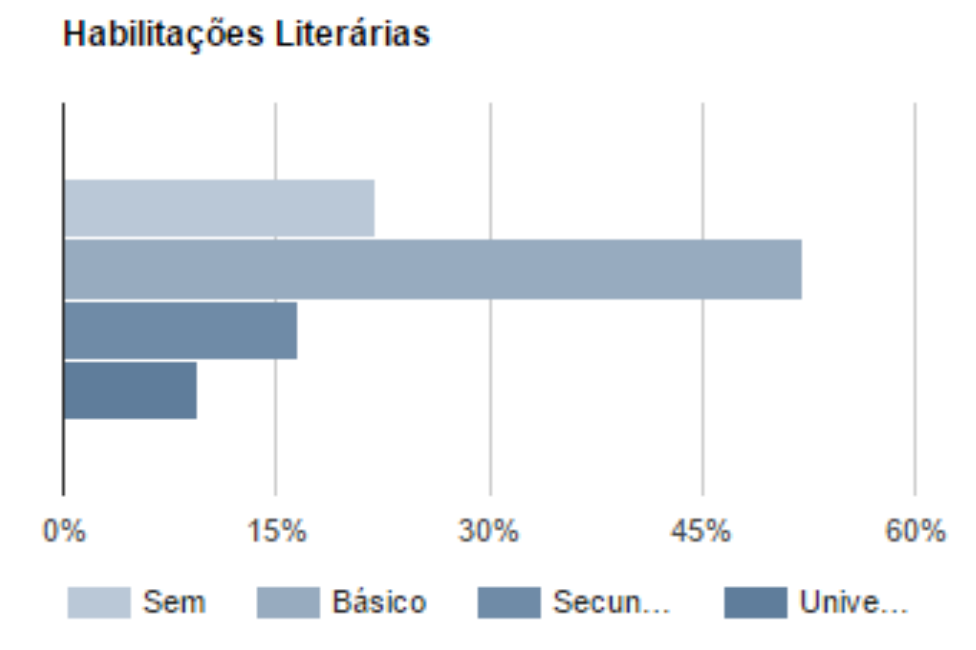
O consumo de álcool, drogas, tabaco, os maus hábitos alimentares e o excesso de peso tornaram-se comuns na população de Santiago do Cacém.

4.3.2. Educação

	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Número de estabelecimentos	20	18	4	5	2
Número de crianças por estabelecimento	536	974	599	1 022	800

Taxa de abandono escolar (2012/2013): 1,3%

Taxa de analfabetismo (2012/2013): 9,6%



4.4. Visita ao Concelho de Santiago do Cacém

Na visita feita a Santiago do Cacém pudemos observar alguns problemas e, sendo as crianças a nossa principal preocupação, focámos essencialmente problemas relacionados com falta de atividades de tempos livres (lúdicas ou desportivas) fora da escola, acessibilidades e má manutenção de alguns espaços verdes e parques infantis.

Local	Problemas		Sugestão de melhoria
Pavilhão	Falta de atividades em tempo de férias.		Professores de educação física e/ou funcionários do estabelecimento (ou qualquer outra entidade relacionada) criarem atividades para as crianças.
Biblioteca Municipal	Rede Wi-Fi indisponível em certas zonas da biblioteca.		Disponibilizar alguns recursos para melhorar a qualidade da rede.
Mercado	Não existem rampas nem corrimãos.		Colocar rampas e corrimãos nas entradas do mercado.
Jardim Municipal	Falta de atividades		Colocar áreas de recreio (baloços, escorregas, etc.).
	Bebedouros não funcionam nem se encontram ao alcance das crianças por serem demasiado altos.		Arranjar os bebedouros e construir bebedouros mais baixos ou então colocar um degrau para que as crianças cheguem lá.
	Piso degradado e irregular (consiste num perigo para as crianças).		Fazer a devida manutenção ao jardim.
Parque da Figueira	Falta de sombra no parque infantil.		Plantar árvores ou colocar toldes que cubram a área.
	Piscina exterior	Pouco espaço verde	Expandir o relvado para que haja mais espaço de lazer perto da piscina.
		Não existem corrimãos	Colocar corrimãos.
		Escadas muito altas	Colocar degraus entre cada dois degraus para diminuir a altura entre os mesmos e assim a dificuldade de os subir ou descer pelas crianças e outros.
		Piso muito escorregadio	Pôr um tipo de azulejo que, ao contrário do atual, quando molhado não se torne escorregadio nem perigoso para quem anda descalço perto da piscina.

V. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

Sines

5.1. Dados Gerais do Município

5.1.1. Dados Sociodemográficos

Sines é um município composto por duas freguesias (Sines e Pôrto Covo). Tem um número total de 14 238 habitantes, dos quais 2 843 são crianças.

Na seguinte tabela podemos verificar a distribuição do número de crianças e população jovem (por idades):

0/4	5/9	10/14	15/19
694	689	685	775

No último ano, verificou-se em Sines uma taxa de natalidade infantil de 9,8‰ e uma taxa de mortalidade infantil de 0,06‰.

Por outro lado, a seguinte tabela apresenta o número de pessoas de origem imigrante, discriminado por país de origem:

País de Origem	Número
Cabo Verde	208
Brasil	188
Roménia	172
Ucrânia	107
Espanha	40
China	33
Senegal	31
Outros	183

Quanto ao número de habitantes do município nos anos de 1998 a 2001, temos os seguintes dados:

	1998	1999	2000	2001
Pop. Total	12 075	—————	13 577	14 238
Pop. Total (até aos 19 anos)	3 809	—————	3 001	2 843

5.1.2. Dados Geográficos

Sines tem uma área geográfica de 203,3km².

5.2. Rede de Serviços

5.2.1. Saúde

No concelho de Sines existem os seguintes serviços de saúde:

	Hospital	Centro de Saúde
Público	0	1
Privado	0	0

Não existem quaisquer levantamentos do número de crianças com deficiência no concelho.

5.2.2. Educação

No que diz respeito à educação, é possível identificar os seguintes estabelecimentos escolares:

	Creche (0-4 anos)	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Público	0	4	4	1	2	1
Privado	4	4	0	0	0	0

5.2.3. Transportes Públicos

	Autocarro	Comboio	Outros
Urbano	X	_____	_____
Suburbano		_____	_____
Rural	X	_____	_____
Escolar	X	_____	_____

5.3. Organização do Município

A Câmara Municipal de Sines é composta por 4 divisões que se ocupam das seguintes áreas:

Área	Departamento/Divisão	Não se aplica
Ação Social	Divisão Desenvolvimento Social	
Ambiente	Divisão de Ornamento de Território	
Cidadania e participação		X
Crianças	Divisão Desenvolvimento Social	
Cultura	Unidade de Desenvolvimento Local	
Desenvolvimento local	Unidade de Desenvolvimento Local	
Desporto	Divisão Desenvolvimento Social	
Economia e finanças	Divisão de Administração e Finanças	
Educação	Divisão Desenvolvimento Social	
Habitação	Divisão Desenvolvimento Social	
Imigração		X
Juventude	Divisão Desenvolvimento Social	
Mobilidade e acessibilidade	Divisão de Ornamento de Território	
Saúde	Divisão Desenvolvimento Social	
Tempos-livres	Divisão Desenvolvimento Social	
Turismo	Unidade de Desenvolvimento Local	
Urbanismo	Divisão de Ornamento de Território	

5.4. Serviços da responsabilidade do Município

5.4.1. Educação

O município de Sines apresenta competências específicas na área da educação, tais como:

- Gestão da prestação de serviços de refeições escolares (pré-escola e 1º ciclo);
- Gestão dos transportes escolares;
- Gestão do pessoal não docente do pré-escolar, 1º ciclo e escola Vasco da Gama;
- Assegurar as atividades de enriquecimento curricular;
- Atribuição de bolsas de estudo ao ensino superior.

5.4.2. Ação Social

No âmbito da ação social escolar, concluímos que o município de Sines disponibiliza e apoia os serviços sociais destinados às crianças. Este apoio é realizado através da oferta de manuais escolares e material ao 1º ciclo e de refeições ao pré-escolar e 1º ciclo.

5.4.3. Desporto, Cultura e Lazer

Para explorar este tema procurámos responder à questão: “O Município de Sines tem recursos disponíveis para crianças e jovens nas áreas do desporto, cultura e lazer (como por exemplo, centros culturais, ludotecas, equipamentos para a prática de desporto, conservatório de música, teatro)?”

Concluimos então que a resposta é afirmativa, possuindo Sines as seguintes ofertas para desporto, cultura e lazer:

- Serviço educativo, Centro de Artes de Sines;
- Ensino articulado com a Escola de Artes de Sines;
- Piscina Municipal;
- Pavilhão Municipal;
- Mobiliário Urbano (parques infantis).

5.5. Políticas, Programas e Projetos

A Câmara Municipal de Sines oferece diversos programas e projetos às crianças do seu concelho, como podemos observar na seguinte tabela:

Nome do Programa e Projeto	Destinatários	Departamento Municipal Responsável	Outras Entidades Envolvidas
Férias Ativas	6-21 anos	Educação	_____
Mãos à Obra	15-25 anos	Juventude	_____

Ainda relativamente a estes programas e projetos, destacamos na seguinte tabela aqueles cujos têm lugar na área geográfica do município:

Nome do Programa e Projeto	Destinatários	Departamento Municipal Responsável	Outras Entidades Envolvidas
CLDS	Jovens	Santa Casa	Espiga, Segurança Social e Câmara Municipal de Sines
CAFAP	Crianças e Jovens	Espiga	Segurança Social, CPCJ e saúde
Nadadores Salvadores Juniores	5-17 anos	Resgate	Câmara Municipal de Sines

5.6. As Crianças

No âmbito deste tema, que diz respeito às várias vertentes que incluem ou deveriam incluir as crianças no concelho de Sines, procurámos responder a uma série de questões que no final do projeto nos facilitaram a resposta à pergunta: “São as nossas sedes de concelho promotoras de saúde para as crianças e jovens?”

5.6.1. Direitos das Crianças e Planos Locais

Assim, começámos primeiramente por observar dados relativos aos direitos das crianças e aos planos locais, que nos permitiram concluir que no concelho de Sines existe uma comissão que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento de políticas locais dirigidas às crianças e, que os planos estratégicos de intervenção (como o Plano Local de Desenvolvimento Social) incluem também componentes específicas para as crianças.

Por outro lado, constatámos que não existe nenhum plano de ação específico para as crianças e que o impacto das medidas/ações nas crianças também não é objeto de avaliação sistemática, pelo que estas nem sequer têm acesso a informações sobre as políticas e/ou programas nas áreas da infância e juventude, através de meios e conteúdos adequados para a sua faixa etária.

É também importante destacar que os vários técnicos têm acesso a informação e/ou formação sobre os direitos das crianças.

Por último, concluímos que existe um orçamento especificamente dedicado às crianças mas, no entanto, não é possível identificar a percentagem do orçamento municipal que é dirigido a áreas relacionadas com as crianças.

5.6.2. Dados sobre as Crianças

Em seguida observámos dados relativos às crianças, que nos levaram a concluir que não existem mecanismos de recolha e análise de dados regulares sobre as crianças do município e, que os dados recolhidos não permitem uma análise comparativa sobre as condições de vida das crianças em zonas ou territórios distintos do município. Estes dados não são tornados públicos.

5.6.3. Participação das Crianças

No que diz respeito à participação das crianças no seu município foi possível verificar que o mesmo promove ou apoia a criação e a dinamização de grupos de crianças e jovens mas, no entanto, não existe nenhum tipo de estrutura formal de participação das crianças promovida pelo Município.

5.6.4. Serviços da responsabilidade do Município

No âmbito deste tema observámos que as informações sobre os serviços existentes nas áreas da infância e juventude, sejam eles privados ou públicos, são divulgados publicamente pelo Município.

Por outro lado, não existem no Município de Sines programas específicos de apoio a famílias vulneráveis com crianças, e estão em curso programas de promoção da formação profissional e do emprego jovem.

5.6.5. Educação

Relativamente à educação no Município de Sines, concluímos que as condições dos estabelecimentos de ensino são controladas e são tomadas medidas adequadas às necessidades e prioridades identificadas. São exemplos disso mesmo o facto do Município disponibilizar um serviço de transporte escolar, de estarem disponíveis serviços adequados para o apoio a crianças com necessidades educativas especiais e do Município colaborar regularmente com a escola na resposta a situações de crianças em situação vulnerável ou em risco.

5.6.6. Desporto e Espaços Lúdicos

No que diz respeito ao desporto e à existência de espaços lúdicos, pudemos constatar que existem áreas de recreio e lazer na área geográfica do Município e, nesses espaços, existem equipamentos para a prática de desportos e jogos. Também de destaque, verificámos que o Município monitoriza regularmente as condições dos equipamentos destinados ao desporto, aos jogos e ao lazer.

5.6.7. Transportes e Mobilidade

Relativamente aos meios de transporte, o Município avalia e monitoriza a política de transportes relativamente às necessidades das crianças, pelo que esta política rodoviária e de mobilidade tem em conta as questões de segurança das crianças. O Município assegura e apoia ainda o transporte destinado a crianças com deficiência.

5.6.8. Saúde Ambiental

Do ponto de vista ambiental, concluímos que o Município de Sines não avalia os riscos existentes para as crianças. No entanto, o mesmo promove campanhas ou ações de sensibilização para a preservação do ambiente, bem como tem uma política de separação de lixos e respetiva reciclagem.

5.6.9. Saúde Pública

Quanto à saúde pública, pudemos verificar que as crianças com deficiência não possuem acesso facilitado aos serviços de saúde do Município de Sines. Por outro lado, são promovidas campanhas ou ações de sensibilização sobre estilos de vida saudáveis.

5.6.10. Planeamento e Urbanismo

Por último, estudámos os dados relativos ao planeamento do Município e às questões urbanísticas, o que nos levou a concluir que:

- As condições físicas das habitações sociais das crianças e suas famílias são regularmente avaliadas;
- Atualmente o Município de Sines está a procurar avaliar e considerar as necessidades das crianças no planeamento, construção, melhoria e manutenção dos espaços públicos;
- Atualmente o Município de Sines está a procurar avaliar e considerar as necessidades das crianças com deficiência no planeamento, construção, melhoria e manutenção dos espaços públicos;
- Sines promove campanhas ou ações de sensibilização para a preservação do espaço público.

5.7. Organizações, Associações e Serviços para as Crianças

Na seguinte tabela podemos observar as organizações, associações e/ou serviços que trabalham com ou para as crianças na área geográfica do Município de Sines:

Nº	Partes Interessadas	Área de Atuação	Setor Público	Setor Privado
1	Santa Casa da Misericórdia (Sines)	Lar dos Rapazes		X
2	Cercisiago	Deficiência		X
3	CLDS	Abandono Escolar		X
4	Associação Cabo Verdeana	Imigrantes		X
5	ATL	Ocupação dos Tempos Livres	X	
6	Escola das Artes	Ensino de Música	X	
7	Vasco da Gama	Desporto		X
8	CPCJ	Crianças	X	
9	Academia de Ginástica	Crianças		X
10	Intervenção Precoce	Crianças	X	
11	CAFAP	Famílias e Crianças	X	
12	CNLA	Crianças		X
13	Ginásio Clube de Sines	Crianças		X
15	Resgate	Crianças		X
16	Vasco da Gama (hóquei e ballet)	Crianças		X
17	Independentes	Crianças		X
18	Andebol Clube de Sines	Crianças		X

5.8. Problemas/Soluções - Concelho de Sines

Podemos verificar na seguinte tabela os vários problemas que foram detetados no concelho de Sines durante a realização do projeto, bem como algumas soluções que pensamos que possam solucionar esses mesmos problemas:

Problemas Detetados	Soluções Propostas
Pavilhão do IOS encontra-se com humidade e os equipamentos estão danificados	Pintura no interior e exterior e substituição dos equipamentos
Parques infantis (IOS e Alameda da Paz) encontram-se danificados e representam um perigo para a segurança das crianças	Manutenção dos parques infantis e vigilância regular por parte das entidades competentes para evitar eventuais vandalizações
Caixotes do lixo em vários pontos da cidade estão em mau estado e sujos	Substituir os mesmos
Jardim das descobertas encontra-se degradado	Arranjar os bancos de madeira, os espaços verdes, a fonte e o lago
Poucos pontos para consumo de água (bebedouros) e/ou danificados	Mais bebedouros e arranjo dos mesmos
Falta de limpeza nas ruas	Limpar regularmente e eficientemente as ruas
Poucos estabelecimentos de bar e café na avenida Vasco da Gama	Instalação de quiosques e/ou cafés

VI. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

Odemira

6.1. Dados Gerais do Município

6.1.1. Dados Sociodemográficos

O Concelho de Odemira pertence ao Baixo Alentejo e devido à sua localização geográfica está inserido numa subunidade do Alentejo, o Alentejo Litoral, que é composto pelos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

Este concelho caracteriza-se pela imensa diversidade paisagística, estendendo-se entre a planície, a serra e o mar, num total de 1720,25 km², aos quais o rio Mira e a barragem de Santa Clara, conferem um colorido especial.

Com a reorganização administrativa do nosso país, o concelho de Odemira viu o número de freguesias diminuir, das 17 freguesias existentes, 3 foram extintas e 2 foram agregadas, ficando assim constituído por 13 freguesias sendo estas: Relíquias, Sabóia, São Luís, São Martinho das Amoreiras, Vila Nova de Milfontes, Luzianes-Gare, Boavista dos Pinheiros, Longueira/Almograve, Colos, Santa Clara-a-Velha, São Salvador e Santa Maria, São Teotónio e Vale Santiago.

Figura 1 - Freguesias do concelho de Odemira



O concelho encontra-se organizado segundo três faixas territoriais/económicas distintas:

Na **faixa litoral** surgem pequenas praias que recortam as falésias e os portos de pesca tradicionais que disponibilizam as melhores riquezas gastronómicas da costa portuguesa. Dos seus 55 km de costa atlântica, 12 km são de praia. Toda a zona costeira do concelho está integrada no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

O litoral conhece a maior expressão do turismo concelhio nos seus principais aglomerados urbanos de vocação turística, sobretudo nas localidades de Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira do Mar (alojamento, empresas de animação e restauração). No litoral ocorre também o grosso da produção pecuária (fundamentalmente a produção de bovinos da raça Limousine e de Holstein Frísia) e o fundamental da produção agrícola do território, designadamente a horticultura, fruticultura e floricultura intensiva. Toda esta área beneficia da infraestrutura de rega do mira e de um micro clima assente em geada zero. Estas grandes empresas agrícolas trouxeram com elas uma alteração da realidade populacional sendo Odemira o concelho do distrito (Beja) com maior presença imigrante (Tailandeses, Búlgaros, Nepaleses, Romenos, etc.).

A **faixa central**, recortando o concelho de sul para norte, faz a transição orográfica entre a charneca, dominante na faixa litoral, e a serra, dominante na faixa interior. Neste espaço encontramos os principais aglomerados urbanos do Concelho, tais como S. Teotónio, Boavista dos Pinheiros, Odemira e S. Luís. Esta faixa central corresponde ao espaço dos serviços públicos, das principais unidades comerciais e dos principais parques de fixação de empresas.

A **faixa interior** do concelho, marcada por uma orografia bastante acidentada, é palco para a maior mancha florestal do país, seja ela autóctone (sobreiro e azinheira), seja ela exótica (como o eucalipto).

Associado a essa mancha florestal, o setor agrícola e pecuário de sequeiro extensivo (bovinicultura, ovinicultura e caprinicultura) marcam a paisagem física e económica de uma grande área do concelho que é estruturada, a sul, pela barragem de Santa Clara-a-Velha e a norte pela integração na tradicional planície alentejana.

6.1.2. Caracterização da População Residente

Em área, o concelho de Odemira é o maior concelho de todo o país, apesar de ter apenas pouco mais de 26 mil habitantes e uma densidade populacional de 14,9 habitantes/km² (de acordo com os dados dos Censos 2011).

Apresentamos em seguida os indicadores demográficos do concelho de Odemira que considerámos pertinentes para a nossa análise:

Quadro 1 – População residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e a sua evolução

Concelho de Odemira		2001	2011	Variação entre 2001 e 2011 (%)
HM		26106	26066	Variação Total -0,15
H		13299	13171	
Grupos Etários	0-14	3370	3162	-6,17
	15-24	3109	2427	-21,94
	25-64	13131	13642	3,89
	65 ou mais	6496	6835	5,22

Efetuada uma análise da população residente na década 2001/2011, podemos constatar que houve um ligeiro decréscimo da população total do concelho, de 0,15%. Verificámos ainda que a maioria da população residente pertencia à faixa etária dos 25 aos 64 anos de idade ou seja, população em idade ativa.

Ao compararmos o grupo etário dos jovens com o grupo etário dos mais idosos, constatámos que nesta década o grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade representava cerca de menos de metade da população do grupo etário dos 65 anos ou mais, o que evidencia que a população deste concelho está a ficar envelhecida (ver também índice de envelhecimento do quadro 2).

O quadro seguinte ilustra outros indicadores demográficos que sustentam a nossa análise:

Quadro 2 – Outros Indicadores Demográficos da População:

Indicadores	Odemira	Unidade	Período
Nados-vivos HM*	199	Número	2010
Nados-vivos H	102	Número	2010
Óbitos HM (*1)	354	Número	2010
Óbitos H	212	Número	2004
Taxa de natalidade	7,9	Permilagem	2010
Taxa de Mortalidade	14,1	Permilagem	2010
Taxa de Nupcialidade	2,3	Permilagem	2010
Taxa de Divórcio	1,6	Permilagem	2010
Índice de Envelhecimento	226,7	%	2010
Famílias Clássicas	11362	Número	2011

* Os nados-vivos são apresentados segundo a distribuição geográfica de residência da mãe *1 Os valores são apresentados segundo a distribuição geográfica de residência

Fonte: Site do Município de Odemira - Instituto Nacional de Estatística

O quadro seguinte ilustra a distribuição da população residente por freguesia no concelho de Odemira, no ano 2011:

Quadro 3 - Distribuição da população residente por freguesia e género, no ano de 2011

Freguesias	Total	H	M
Colos	1005	497	508
Relíquias	931	462	469
Sabóia	1152	603	549
Santa Clara-a-Velha	602	310	292
Odemira (Santa Maria)	1301	609	692
São Luís	1989	995	994
São Martinho das Amoreiras	1006	515	491
Odemira (São Salvador)	1818	884	934
São Teotónio	5527	2911	2616
Vale de Santiago	554	278	276
Vila Nova de Milfontes	5031	2480	2551
Pereiras-Gare	271	143	128
Bicos	549	287	262
Zambujeira do Mar	912	452	460
Luzianes-Gare	429	242	187
Boavista dos Pinheiros	1633	822	811
Longueira/Almograve	1356	681	675
Total do Concelho	26066	13171	12895

Conforme o quadro acima apresentado, verificámos que as freguesias onde existia um maior número de população em 2011, eram as freguesias de Vila Nova de Milfontes e S. Teotónio, sendo a freguesia de Pereiras-Gare aquela onde se verificava um menor número populacional.

6.2. Análise Sócio-Económica

No concelho de Odemira, no período de 2004-2012, o valor acrescentado bruto registou, embora com algumas flutuações, uma variação positiva de 20,9%. O setor primário foi o que registou uma evolução positiva mais assinalável, com uma variação de 58,7%.

O valor dos bens exportados pelas empresas totalizou 2.228€ *per capita*. Um valor superior a Alcácer do Sal (1.774 €), Santiago do Cacém (253 €) ou Grândola (133 €). A soma das exportações

per capita destes 4 concelhos (4.388 €) representa pouco mais de 10% das exportações *per capita* do concelho de Sines (38.756 €).

Relativamente ao volume de negócios das empresas não financeiras, Odemira está ao nível dos concelhos de Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal, mas muito inferior a Sines.

O setor primário continua a ter um peso muito expressivo na população empregada (22,9%), particularmente se comparado com o valor médio de Portugal (3,1%). Nos setores secundário e terciário, pelo contrário, Odemira regista números inferiores, quer em relação aos concelhos do Alentejo Litoral, quer da região Alentejo ou de Portugal.

O concelho de Odemira tem uma taxa de atividade de 50,2. Apenas Grândola (48,5) tem um valor mais reduzido. Ainda assim, entre 2001 e 2011, viu a taxa de atividade crescer 3,4, e diminuir a diferença que tinha em relação à generalidade dos concelhos do Alentejo Litoral ou mesmo da região Alentejo e de Portugal.

Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com o ganho médio mensal mais reduzido (854,2 €) nos trabalhadores por conta de outrem. Apenas nas atividades que se enquadram no setor primário, aparece como um dos concelhos com maior ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.

Há uma tendência geral para que os trabalhadores com níveis de escolaridade e de qualificação superiores tenham também ganhos mais elevados.

O poder de compra *per capita* no concelho de Odemira representa 71,8% da média nacional.

Contudo, quando se analisa a evolução do poder de compra *per capita* entre 1993 e 2011, percebe-se que Odemira (30,0) foi o concelho que mais progrediu no contexto do Alentejo Litoral.

6.3. Ação Social

De acordo com os dados fornecidos pelo Centro de Emprego de Sines, o número de desempregados no concelho de Odemira tem vindo a aumentar ao longo dos três anos em análise, conforme indica o quadro que se segue:

Quadro 4 - Número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines nos anos 2011, 2012 e 2013

Freguesias	2011	2012	2013
Boavista dos Pinheiros	81	74	73
Bicos	47	38	34
Colos	55	73	52
Longueira/ Almogrove	79	68	69
Luzianes-Gare	13	18	23
Odemira (Santa Maria)	43	42	48
Odemira (São Salvador)	67	54	88
Odemira (N Codificada)	6	3	5
Pereiras-Gare	14	15	17
Relíquias	30	28	35
Sabóia	42	40	44
Santa Clara-a-Velha	25	31	37
São Luís	112	144	124
São Martinho das Amoreiras	42	38	41
São Teotónio	402	356	401
Vale Santiago	40	39	36
Vila Nova de Milfontes	393	474	454
Zambujeira do Mar	40	47	48
Total	1531	1582	1629

Analisando esta problemática à escala das freguesias verificou-se que Vila Nova de Milfontes e S. Teotónio foram as freguesias onde se verificou a existência de um maior número de desempregados no período em análise.

Dados mais recentes indicam que, à data de Abril deste ano, existia um total de 1502 desempregados (a maioria residentes na freguesia de Vila Nova de Milfontes), sendo que 698 recebiam subsídio (maioritariamente residentes da freguesia de S. Teotónio) e 130 beneficiavam de RSI – Rendimento Social de Inserção (a maioria residentes na freguesia de Vila Nova de Milfontes).

Quadro 5 – Número de desempregados, subsidiados e beneficiários do RSI à data de 20 de abril de 2014

Freguesias	Desempregados	Subsidiados	RSI
Boavista dos Pinheiros	74	31	1
Colos	62	28	5
Longueira-Almograve	69	36	3
Vila Nova Milfontes	389	187	33
S. Salvador/Sta Maria	148	57	9
Relíquias	39	14	6
S. Martinho das Amoreiras	43	12	6
Sabóia	37	15	6
Santa-Clara-a-Velha	56	19	13
S. Luís	124	61	8
S. Teotónio	380	202	31
Luzianes-Gare	34	13	3
Vale de Santiago	47	23	6
Total	1502	698	130

Fonte: Centro de Emprego de Sines

Foi ainda possível recolher junto das IPSS's do concelho de Odemira, que possuem Cantina Social, dados relativos ao número de refeições diárias fornecidas no período em análise (Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes-Creche, Jardim de Infância e ATL (Infantário Lápis de Cor), Associação Humanitária D. Ana Pacheco, Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de S. Teotónio, Casa do Povo de Relíquias, Casa do Povo de S. Luís, Casa do Povo de S. Martinho das Amoreiras, Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade e Santa Casa da Misericórdia de Odemira).

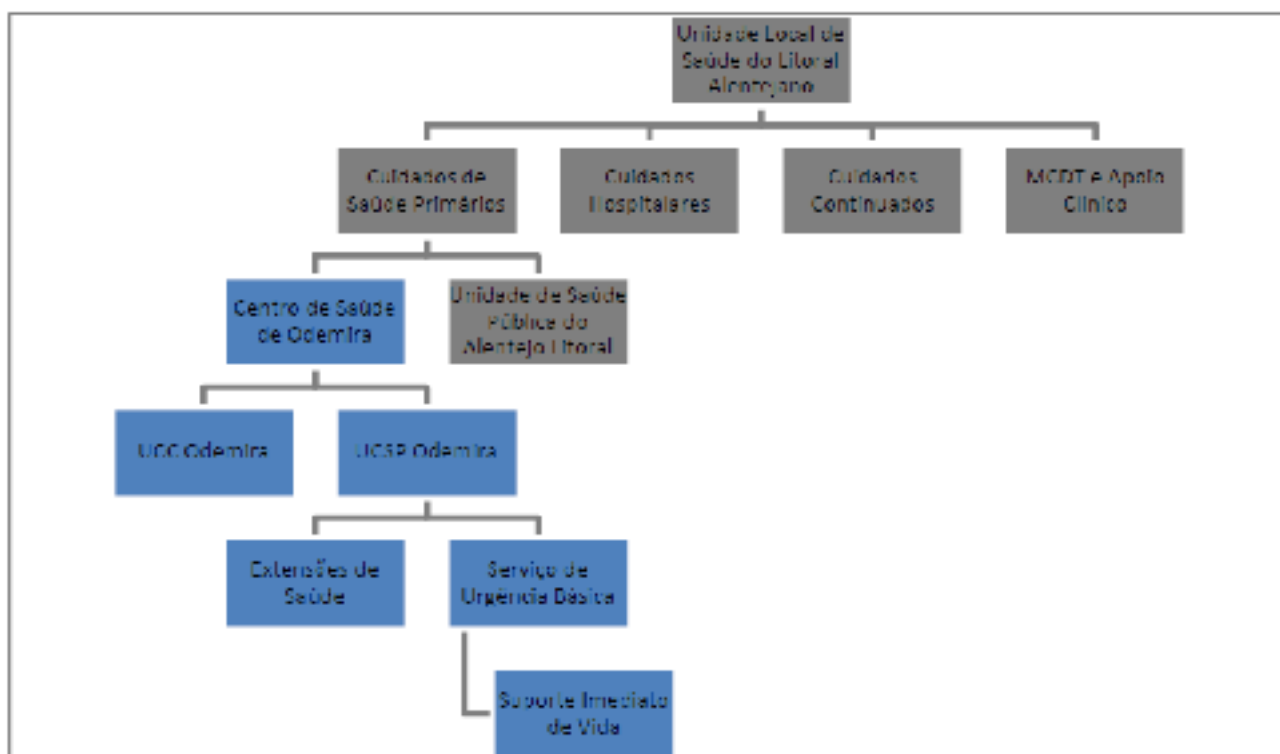
Deste modo, aferimos que no ano 2012 foram fornecidas pelas entidades acima designadas aproximadamente 156 refeições diárias. Em 2013, foram fornecidas 174 e até Março de 2014 tinham sido fornecidas aproximadamente 165 refeições diárias.

Relativamente ao FEAC - Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados, obtivemos a informação de que à data de Março de 2014 já tinham sido apoiadas 430 famílias.

6.4. Saúde

O concelho de Odemira está integrado na ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano e na Administração Regional de Saúde do Alentejo. Ao nível da sua orgânica a ULSLA tem como principais áreas operacionais os cuidados de saúde primários, os cuidados hospitalares, os cuidados continuados e os meios complementares de diagnóstico e terapêutica e apoio clínico.

Figura 2: Orgânica dos Serviços de Saúde de Odemira



Fonte: Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

Legenda:

MCOT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

É a partir do Hospital do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém, que são prestados cuidados hospitalares ao concelho de Odemira.

Esta unidade está dotada de internamento, área médica (serviço de medicina, pediatria, gastroenterologia, cardiologia, pneumologia), área cirúrgica (cirurgia geral, ortopedia, urologia, ginecologia, otorrinolaringologia, oftalmologia), cuidados intensivos, ambulatório (consulta externa, exames especiais, hospital de dia), bloco operatório de cirurgia de ambulatório, serviço de anestesiologia e serviço de urgência.

Os Cuidados Continuados incluem uma unidade de convalescença, uma equipa de gestão de altas e equipas coordenadoras locais.

Os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica e Apoio Clínico contêm serviços de imagiologia, patologia clínica, imunohemoterapia, anatomia patológica, farmácia, psicologia, nutrição e dietética, esterilização, serviço social e serviço religioso.

É nos Cuidados de Saúde Primários que estão integrados as Unidade de Saúde Pública e os Centros de Saúde (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines).

Os Centros de Saúde agregam as UCSP – Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados - e as UCC – Unidades de Cuidados na Comunidade.

A UCSP de Odemira disponibiliza aos inscritos consultas/serviços de planeamento familiar, saúde materna, registo de cardiotocógrafo e colocação de pessários, saúde infanto-juvenil, vacinação, consulta de saúde do adulto e do idoso, consulta de grupos de risco, vigilância oncológica, cuidados no domicílio, cuidados em situação de doença aguda, consulta complementar, tratamento de úlcera de perna, consulta de enfermagem do pé diabético, tratamento de feridas/úlceras e injetáveis, centro de diagnóstico pneumológico e consultas de doença mental.

As consultas de Planeamento familiar são asseguradas por um médico e uma enfermeira, na UCSP de Odemira, uma vez por semana e por uma enfermeira especialista que realiza o apoio mensal na extensão de saúde de Saboia.

De acordo com o protocolo de cooperação UCSP/Estabelecimento Prisional de Odemira, é dado apoio às mulheres (grávidas e em idade fértil) do Estabelecimento Prisional de Odemira, quer em Planeamento Familiar, quer em Saúde Materna.

A área da saúde mental é assegurada na UCSP de Odemira por um psicólogo clínico (crianças, adolescentes, adultos e idosos), todos os dias da semana, e um psiquiatra do Hospital de Santa Maria (adolescentes e adultos), uma manhã de 15 em 15 dias. É disponibilizado ao utente acompanhamento psicológico, psicoterapia e avaliação psicológica.

O acompanhamento pedopsiquiátrico é feito pela equipa da Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência de Beja, sendo a única que assegura os cuidados ao nível da psiquiatria infantil.

A dimensão do território e a dispersão populacional justificam o elevado número de extensões de saúde no concelho de Odemira. Além do atendimento do Centro de Saúde de Odemira, existem ainda 10 extensões de saúde.

Tabela 1: Extensões de saúde no concelho de Odemira

Unidades de Saúde	Localidade	Freguesia
Centro de Saúde de Odemira	Odemira	São Salvador e Santa Maria
Extensão de Saúde de Colos	Colos	Colos
Extensão de Saúde de Relíquias	Relíquias	Relíquias
Extensão de Saúde de Saboia	Saboia	Saboia
Extensão de Saúde de Santa Clara a Velha	Santa Clara a Velha	Santa Clara a Velha
Extensão de Saúde de São Luís	São Luís	São Luís
Extensão de Saúde de São Martinho das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras
Extensão de Saúde de São Teotónio	São Teotónio	São Teotónio
Extensão de Saúde de Vale de Santiago	Vale de Santiago	Vale de Santiago
Extensão de Saúde de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Extensão de Saúde de Almogrove	Almogrove	Longueira/Almogrove

O Centro de Saúde de Odemira tinha, de acordo com dados de maio de 2015, 23.915 inscritos. Destes, 5.710 (24%) não tinham médico de família. Acresce a esta dificuldade a presença significativa de população sazonal por via dos trabalhos agrícolas ou dos períodos festivos e de veraneio junto ao litoral – sobretudo junto às praias de Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar e Almogrove, pese embora, durante o período estival, e de há vários anos a esta parte, serem prestados serviços de apoio junto às praias.

A USCP de Odemira integra também a SUB – Serviço de Urgência Básica, que funciona 24 horas por dia e 7 dias por semana. O atendimento permanente é assegurado por 2 médicos (das 9h00 às 21h00), por 2 enfermeiros das 8h00 às 21h00.

A SUB dispõe de equipamento de radiologia convencional, equipamento de reanimação cardíaca, desfibrilhador e respetivos acessórios, eletrocardiógrafo de leitura automática, reflowtron (Ureia, Creatinina, CK, Hg, Amilase, Colesterol, Bilirrubina), aspiradores de secreções adulto e pediátrico e rampa de oxigénio. Inclui também serviço de observação com 4 camas, mais uma segunda sala de observações com 2 macas.

Na USCP de Odemira funciona também um SIV – Suporte Imediato de Vida (24 horas por dia, 7 dias por semana), com um enfermeiro especializado e um técnico de apoio, bem como um heliporto para situações de evacuação emergente a partir de helicóptero.

O transporte de doentes no concelho de Odemira é desde há longos anos efetuado por várias entidades locais, das quais se destacam os Bombeiros Voluntários de Odemira, de Vila Nova de Milfontes e a Cruz Vermelha em Colos, que possuem um quadro de 30 ambulâncias, ao qual acresce o efetivo de 12 ambulâncias das Juntas de Freguesia.

A UCC de Odemira (Saúde na Mira) foi inaugurada a 19 de Maio de 2011. De acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro, a UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis em situação de maior risco ou dependência física e funcional, atuando na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

Nas últimas décadas Relativamente a esperança média de vida à nascença subiu consideravelmente em Portugal, de pouco mais de 60 anos em 1960 para 80,6 anos em 2012. O Alentejo e o Alentejo Litoral acompanharam esta evolução positiva, apresentando valores muito próximos do Continente. No triénio 2010-2012, a esperança média de vida à nascença do Alentejo Litoral era ligeiramente inferior ao Continente (menos um ano).

Tabela 2: Esperança média de vida à nascença (anos), triénios 1996-1998 e 2010-2012

Esperança de Vida	Continente			ARS Alentejo			ULS Litoral Alentejano		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Triénio 1996-1998	75,8	72,2	79,4	75,7	72,2	79,5	74,9	71,2	79,2
Triénio 2010-2012	80,6	77,3	83,7	79,5	76,7	82,4	79,6	76,3	83,1

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados INE)

Segundo os dados fornecidos pela UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Odemira, a 31 de dezembro de 2013, o **número de crianças e jovens inscritos** no Centro de Saúde de Odemira, agrupava-se de acordo com os dados apresentados no seguinte quadro:

Quadro 6 – Crianças e jovens inscritos no centro de Saúde de Odemira, por grupo etário e sexo a 31 de Dezembro de 2013

Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Crianças dos 0 aos 12 meses	17	20	37
Crianças com idades compreendidas entre 1 e 2 anos	185	167	352
Crianças com idades compreendidas entre 3 e 5 anos	293	315	608
Crianças com idades compreendidas entre 6 e 9 anos	396	394	790
Crianças com idades compreendidas entre 10 e 11 anos	223	210	433
Crianças com idades compreendidas entre 12 e 14 anos	350	278	628
Crianças/Jovens com idades compreendidas entre 15 e 18 anos	441	453	894
Total	1905	1837	3742

Verificou-se que num total de 3 742 crianças e jovens inscritos nesta unidade, a maioria situa-se no grupo etário dos 15 aos 18 anos, sendo que 50,9% correspondem ao sexo masculino e 49,1% correspondem ao sexo feminino.

De acordo com o Programa Nacional de Saúde Infantil, a vigilância da saúde das crianças inicia-se com as primeiras consultas até aos 28 dias de vida, sendo este um período fulcral no despiste de alterações ao normal desenvolvimento do recém-nascido que é extremamente vulnerável e, a menos que receba cuidados básicos adequados, fica exposto a complicações cujas consequências podem ser muito graves, irreversíveis e, até mesmo letais.

De acordo com o Programa Nacional de Saúde Infantil, a vigilância da saúde das crianças inicia-se com as **primeiras consultas até aos 28 dias de vida**, sendo este um período fulcral no despiste de alterações ao normal desenvolvimento do recém-nascido que é extremamente vulnerável e, a menos que receba cuidados básicos adequados, fica exposto a complicações cujas consequências podem ser muito graves, irreversíveis e, até mesmo letais.

De acordo com os dados fornecidos pela UCSP de Odemira, no ano 2011 apenas 76% realizam as primeiras consultas até aos 28 dias de vida, tendo-se em 2012 verificado um ligeiro decréscimo para os 73% e em 2013 um novo aumento para os 78,8%.

As percentagens refletem essencialmente 2 fatores: recurso a cuidados de saúde privados e escassez de médicos de família.

O novo **Programa Nacional de Vacinação (PNV)**, aprovado pelo despacho n.º 17067/2011 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, datado de 7 de Dezembro de 2011 e publicado no Diário da República, 2ª Série – N.º. 243 – de 21 de dezembro de 2011, lembra que, a vacinação permite salvar vidas, reduzir morbimortalidade causada por doenças infetocontagiosas alvo de vacinação.

O PNV é um programa universal, gratuito e acessível a todas as pessoas presentes e Portugal. O grosso das vacinas que integram o PNV aplica-se a indivíduos presentes no país, com idade inferior a 18 anos, no entanto, as vacinas contra o tétano e a difteria (Td) são administradas durante toda a vida, de 10 em 10 anos. Com o PNV pretende-se a manutenção da eliminação da poliomielite, a eliminação do sarampo e da rubéola e a vacinação dos adultos contra o tétano e difteria.

Segundo os dados fornecidos pela UCSP – *Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Odemira*, apresentados nos quadros abaixo, é possível aferir que nos anos 2011, 2012 e 2013, nas idades consideradas chave (2 anos, 7 anos e 14 anos), apesar das taxas de imunização serem acima

dos 85% ainda não se conseguiu obter a imunidade de grupo (>95%), ficando toda a população exposta a doenças infetocontagiosas, que de outra forma se poderiam minimizar e, inclusive, erradicar. A DGS alerta que “se devem identificar assimetrias geográficas nas coberturas vacinais e a existência de bolsas populacionais com características que podem determinar níveis mais baixo de vacinação”.

A DGS alerta que “se devem identificar assimetrias geográficas nas coberturas vacinais e a existência de bolsas populacionais com características que podem determinar níveis mais baixo de vacinação”.

Em Odemira existem bolsas populacionais com características próprias, que determinam níveis mais baixos de vacinação e colocam em risco a imunidade deste concelho.

Por um lado os imigrantes, de países do leste da europa, que vêm trabalhar temporariamente para o concelho, principalmente para a freguesia de S. Teotónio (mudam frequentemente de residência e de local de trabalho e os contactos telefónicos não correspondem ao real), não valorizam a vacinação e que têm a seu cargo crianças que não se encontram em fase de frequentar a escola.

Por outro lado temos os imigrantes da Europa central com conceitos diferentes de vacinação e que habitualmente vivem em montes isolados, sem adequada identificação, não sendo fácil a aproximação a estas famílias, que no entanto têm crianças não imunizadas, integradas na comunidade escolar, podendo ser fonte de contágio/transmissão para todos aqueles com quem interagem.

Quadro 7 – Cumprimento do Programa Nacional de Vacinação nas idades 2, 7 e 14 anos, no ano 2013

Ano de Nascimento	2013
	PNV cumprido (sobre o total) %
2010 (crianças com 2 anos)	94,1
2005 (crianças com 7 anos)	91,5
1998 (crianças com 14 anos)	91,6

Fonte: UCSP de Odemira

Relativamente ao **número de crianças e jovens inscritos** nesta unidade, à data da primeira semana de Setembro de **2014**, obtivemos os seguintes dados:

Quadro 8 – Inscritos no Centro de Saúde de Odemira, por grupo etário e sexo

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Crianças com idade dos 0 aos 12 meses	71	76	147
Crianças/Jovens com idades compreendidas entre o 1 e os 18 Anos	1913	1853	3766
Total	1984	1929	3913

Fonte: UCSP de Odemira

No que diz respeito ao número de crianças acompanhadas em **consulta de Psicologia** no UCSP de Odemira, foi possível apurar que nos anos 2011, 2012 e 2013 foram atendidas em média, por cada ano em análise, 30 crianças/jovens até aos 18 anos de idade. Acrescentamos que este serviço é assegurado por apenas um psicólogo e consideramos, dado o número de casos existentes, que esta resposta se torna insuficiente.

Embora existam algumas entidades de primeira linha que também têm este tipo de resposta no concelho, nomeadamente os agrupamentos de escolas, existe depois a necessidade de uma intervenção a nível clínico e por vezes psiquiátrico, que ao nível do concelho de Odemira não existe, tendo estas crianças e jovens que se deslocar a Beja ou Setúbal para o fazer. Sabemos que por razões de transporte e custos associados a esta deslocação, muitas famílias acabam por não cumprir um plano de consultas desejável mas sim possível.

Relativamente ao número de crianças/jovens acompanhadas pelo serviço de pedopsiquiatria na ULSBA – Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (Beja), conseguimos apurar que no ano **2013**, foram consultadas um total de 31 crianças/jovens, com prevalência do sexo masculino (67%) sobre o sexo feminino (32%), sendo no grupo etário dos 10 aos 15 anos, que se verificou o maior número de consultas. Apesar dos dados do ano **2014** apenas refletirem a recorrência a este serviço nos primeiros cinco meses do ano, podemos desde já verificar que a estatística existente acompanha a tendência do ano analisado anteriormente.

Quadro 9 – Número de crianças/jovens consultados no serviço de pedopsiquiatria na ULSBA, por grupo etário e sexo.

		Grupos Etários				
	Feminino	2013 (Janeiro a Dezembro)			2014 (Janeiro a Maio)	
		Masculino	Total		Feminino	Masculino
0-5	0	1	1		0	0
5-10	0	3	3		0	2
10-15	8	11	19		5	7
15-20	2	6	8		1	5
Total	10	21	31		6	14

Fonte: UCSP de Odemira

Relativamente ao número de **tentativas de suicídio** em jovens até aos 18 anos de idade, apuraram-se 3 casos no ano de 2013. Dois dos casos foram sinalizados para o *NACJR – Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco* de Odemira e todas as situações encontram-se com acompanhamento psicológico.

O número de **gravidezes na adolescência** (até aos 18 anos) é outra temática a ter em conta uma vez que em 2013 houve um aumento no número de casos registados.

Segundo os dados obtidos, em 2011 foram registados 3 casos que resultaram em 3 partos com sucesso. Em 2012 não houve registo de gravidezes na adolescência, mas em 2013 registaram-se 5 casos, tendo todos culminado em IVG's (Interrupções Voluntárias da Gravidez).

6.5. Educação

A escola assume desde cedo, logo a seguir à família, uma responsabilidade no desenvolvimento integral da criança e do jovem. Nos estabelecimentos de ensino e educação as crianças e jovens passam a maior parte das suas horas do dia, ao longo de vários anos.

Carta Educativa:

De acordo com o decreto-lei n.º7/2003 de 15 de Janeiro a carta educativa deve conter (artigo 18º) “a caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e

equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública.”

Deve ainda apontar as medidas a adotar, a sua calendarização, estimativa de custos, fontes de financiamento e entidades responsáveis pela execução das medidas. Em termos de conceito, de acordo com o mesmo decreto-lei, a carta educativa (artigo 10º) “é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer...” o que remete para a possibilidade/legitimidade e/ou obrigatoriedade de introduzirmos os equipamentos com potencial educador e de incluirmos os equipamentos da rede privada, tenham, ou não, contrato de associação para serviço público.

Em termos de objeto, ainda de acordo com o mesmo decreto-lei, a carta educativa (artigo 12º) deve identificar os edifícios, as ofertas educativas (incluindo da educação extra-escolar), os recursos humanos, deve incidir sobre a concretização da ação social escolar no município e deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o ministério da educação.

Neste sentido, e considerando que todo este “capítulo”, para além da componente específica da carta educativa, é parte integrante do Odemira Território Educativo, pretende-se que dê resposta ao objetivo geral 3. Ao nível de toda a base de componente física e logística, garantir a qualidade dos espaços escolares nas dimensões estrutural (climatização, segurança, etc...), equipamentos (tecnológicos, mobiliário, etc...) e de recursos didáticos (livros, programas, jogos, etc...), bem como garantir o “acesso” de todas(os) as(os) alunas(os) em condições de equidade.

Rede Escolar - Diagnóstico Estratégico:

A rede escolar do concelho de Odemira tem sofrido nos últimos anos diversas alterações em consequência de três grandes fatores: a evolução demográfica nas localidades do concelho; a reorganização da rede escolar resultante das orientações propostas desde 1977 (SEAAE/SEOP/77 que aconselhara o encerramento de Escolas com menos de 10 alunas/os), aprofundadas na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 onde é referida a pertinência do ajustamento da rede “às características e necessidades regionais” (art. 39º - 1, da Lei n. 46/86, de 14 de Outubro); e, a imposição, a partir de 2005, concretizadas na proposta de encerramento das Escolas de 1º ciclo com menos de 21 alunas/os, na Resolução do Conselho de Ministros 44/2010; e os investimentos na rede escolar efetuados pelo Município de Odemira.

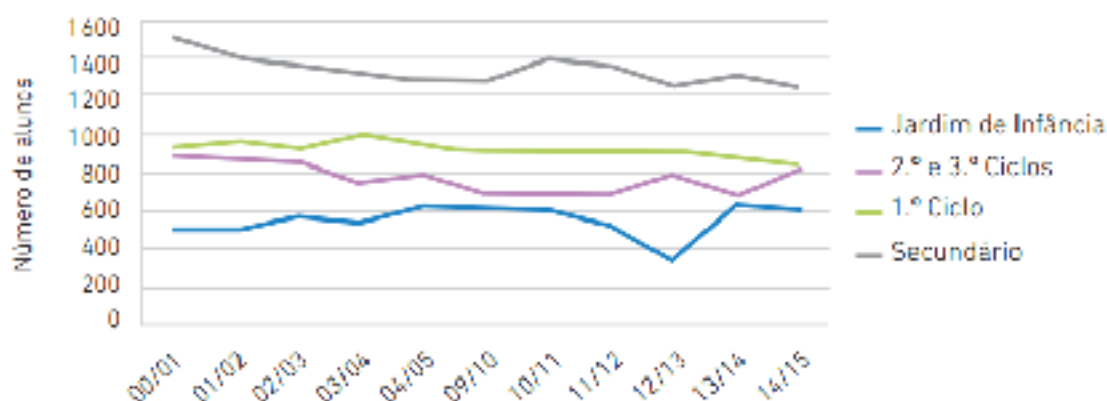
Número de alunos Jardim de Infância 2.º e 3.º Ciclos 1.º Ciclo Secundário Atualmente, a Rede Escolar de Odemira, é composta por quatro agrupamentos verticais de escolas (Colos,

Odemira, Sabóia e São Teotónio) com os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao terceiro ciclo, e, secundário no caso de Odemira; um agrupamento horizontal (Vila Nova de Milfontes) com os níveis de pré-escolar e primeiro ciclo; uma escola não-agrupada com contrato de associação (Colégio Nossa Sr.º da Graça, Vila Nova de Milfontes – JI, 2º/3º, Sec.); uma escola profissional (EPO-Escola Profissional de Odemira) com os níveis 2, 3 e 4 do quadro nacional de qualificações; existem ainda três respostas de JI da rede privada e quatro respostas, na mesma rede privada, de creche (nas vertentes creche e JI - Lápis de Cor em Vila Nova de Milfontes, Jardim de Infância Nossa Sra. da Piedade em Boavista dos Pinheiros e em Odemira, e, só na vertente creche - “Os Calculinhos” em São Teotónio). Existem assim um total de 4 creches, 24 JI (20 da rede pública), 19 Escolas de 1º Ciclo, 5 Escolas de 2/3 Ciclo, 2 Escolas Secundárias e 1 Escola Profissional. Importa, desde logo, fazer uma análise à evolução do número de alunos e de escolas ao longo dos últimos anos utilizando os dados constantes na carta educativa, agora revista, e nos dados internos registados, correspondentes à da evolução do número de alunos no concelho de Odemira desde o ano 2000 até 2014.

Quadro 10. Quadro de evolução do número de alunos e da rede escolar entre 2000 e 2014

Indicador	Pré-Escolar		1.º Ciclo		2.º e 3.º Ciclos		Secundário	
	2000	2014	2000	2014	2000	2014	2000	2014
Nº de Alunos	503	612	936	849	1504	1250	898	804
Nº de Escolas	25	24	50	16	5	6	3	3

6.5.1. Evolução dos Alunos em Odemira



Numa análise simplista, e sem olhar para cada uma dos territórios educativos em particular, importa registar que houve uma perda, no total, de aproximadamente 300 alunos/as durante o período, o que significa uma perda de 8,5% dos alunos.

Se fizermos um paralelismo com a perda de população num período aproximadamente idêntico chegamos à conclusão que a perda de alunos/as é mais significativa do que a perda de população o que está em linha com o índice de envelhecimento registado.

Importa ainda sublinhar, que pode significar que na base (pré-escolar e 1º ciclo) houve um aumento do número de alunos, ao contrário do registado no topo (2º, 3º ciclos e secundário).

Como o crescimento está associado ao pré-escolar pode, decorrer do aumento do interesse dos pais pela educação e/ou aumento da necessidade de recurso aos serviços externos de apoio familiar na infância, face a novas necessidades laborais das famílias conjugadas com um, possível, decréscimo das possibilidades de apoio inter-familiares.

Tendo em conta o quadro evolutivo, e antes de entrarmos no diagnóstico, importa agora apresentar, de forma resumida, o cenário atual da rede como a base para o diagnóstico estratégico e para a proposta de rede escolar

O “Território Educativo do Centro” é constituído por três freguesias (Santa Maria/S. Salvador; Boavista dos Pinheiros e Longueira/Almograve), e desdobra-se nas seguintes escolas: Agrupamento de Escolas de Odemira; Escola Profissional de Odemira; e Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade.

O “Território Educativo do Interior Sul” é constituído por três freguesias (Sabóia, Luzianes Gare e Santa Clara-a-Velha) e desdobra-se no conjunto de escolas que compõem o Agrupamento de Escolas de Sabóia.

O “Território Educativo do Interior Norte” é constituído por quatro freguesias (Colos, Vale Santiago, Relíquias e S. Martinho das Amoreiras) e desdobra-se no conjunto de escolas que compõem o Agrupamento de Escolas de Colos.

O “Território Educativo do Litoral Norte” é constituído por duas freguesias (Vila Nova de Milfontes e S. Luís) e desdobra-se no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, no Colégio Nossa Senhora da Graça e no Colégio Lápis de Cor.

O “Território Educativo do Litoral Sul” é constituído por uma freguesia (São Teotónio) e desdobra-se no Agrupamento de Escolas de São Teotónio e pela Sociedade Recreativa São Teotoniense com os “Os Calculinhos”.

Do ponto de vista das ofertas formativas, deve ser considerado que, circunstancialmente, por força das políticas educativas atuais, para além das ofertas de ensino regular nas várias escolas do concelho, o Agrupamento de Escolas de Colos oferece ensino vocacional básico e secundário, o

Agrupamento de Escolas de Odemira oferece ensino profissional de secundário e o Colégio Nossa Senhora da Graça oferece ensino vocacional e profissional de secundário.

A Escola Profissional de Odemira oferece ensino vocacional básico e secundário e ensino profissional de nível IV (não dispondo de ensino regular). Considerando o tempo em que vigorará este documento (2015 a 2020) entendeu-se, com base na evolução do número de alunos e com base no quadro atual (os alunos que durante este tempo irão frequentar o ensino de segundo, terceiro ciclos e secundário já estão na escola), construir/criar um quadro diagnóstico estratégico para a rede de ensino pré-escolar e de primeiro ciclo.

O diagnóstico estratégico, parte da construção de uma fórmula própria (dinâmica e atualizável) de cálculo de previsibilidade no que toca à população escolar dos JI e EB1 do concelho baseada na natalidade por área de residência (nados vivos) e no histórico da evolução do número de alunas/os. Esta fórmula contabilizou a existência de ofertas privadas que distorcem a relação direta local de nascimento – JI de acolhimento e sucessiva entrega na previsível EB1. Naturalmente, estas dinâmicas têm também que ver com os movimentos pendulares do local de residência para o local de trabalho, fundamentalmente, da mãe.

A necessidade de construir uma fórmula atualizável decorre das variações provocadas pelas populações imigrantes que, em grande medida distorcem, em determinados locais, as expectativas médias de nascimentos e de entradas no JI.

6.5.2. Ação Social Escolar Municipal

A realidade do Município de Odemira, em termos de ação social escolar, parte da sua diversidade de contextos que sugerem diferentes enquadramentos em termos de dificuldades das famílias. Por um lado, temos a componente de oferta de empregos com vínculos precários e com remunerações baixas o que cria contextos familiares de pobreza isto, na certeza de que nos tempos atuais não basta ter emprego para não se ser pobre.

Por outro lado, temos mesmo situações de desemprego de longa duração em bolsas específicas do território que geram problemas graves de destruturação familiar e contextos familiares, a que as crianças e jovens “são sujeitos” que, em nada, contribuem para percursos escolares regulares. Finalmente, temos fenómenos de novos residentes (não é uma situação nova mas que tem tido uma mutação e impactos significativos) que, ou por questões de entendimento sobre modelos de ensino/aprendizagem, culturais e/ou económicas, tem contribuído para a necessidade de

alargar os apoios de âmbito social e têm gerado contextos adversos aos modelos dominantes de ensino-aprendizagem no concelho.

Neste sentido, a ação social escolar municipal tem por base um regulamento que gere o acesso e a atribuição de apoios às famílias, que passa pela comparticipação nas refeições, material e livros escolares, transportes (gratuito para todos os alunos até à conclusão da escolaridade obrigatória), atividades de apoio à família e apoio a atividades nas pausas letivas.

Para além destas questões de apoio direto à frequência escolar, importa referir a componente indireta de apoio às famílias (priorizadas a famílias com crianças e jovens em idade escolar) nas componentes de acesso a equipamentos municipais (piscinas, etc), serviços municipais (água, etc) e no apoio ao arrendamento, de modo a proporcionar uma habitação condigna aos mais desfavorecidos.

Os valores globais de crianças e jovens em situação de apoio, pela ação social escolar, são em média de 36% nos últimos nove anos, o que revela um contexto de dificuldades no concelho de Odemira. O maior número, em termos percentuais, de apoios no âmbito da ação social escolar verifica-se no território educativo do litoral sul (44,04%) e é menos incidente no território educativo do interior sul (26,07%).

No âmbito da educação, já muito caminho foi feito neste domínio, ainda que as competências descentralizadas para os Municípios tenham tido sempre o princípio da subsidiariedade “musculada”, na certeza de que o Estado Central nunca transferiu as verbas necessárias à continuidade do serviço/tarefa que anteriormente prestava, seja por via da quantidade seja por via do tempo em que disponibilizou a verba correspondente.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Odemira apenas assumiu as competências que, por lei, foram sendo transferidas e participou em ações que foi considerando de relevo entrar por via de candidaturas e/ou acordos com a chancela da Associação Nacional de Municípios. Propostas de delegação de competências, por acordos diretos entre a Administração Central e o Município, nunca foram aceites porque as propostas que continham nunca respeitaram a especificidade e a realidade do concelho de Odemira.

Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação - Carta Educativa 53 surge agora o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que assume o formato de delegação de competências para os municípios, através da celebração de contratos interadministrativos, também no domínio da educação, mais concretamente ao nível da gestão escolar e das práticas educativas, ao nível da gestão curricular e pedagógica, ao nível da gestão dos recursos humanos e ao nível da gestão orçamental, financeira e dos equipamentos de toda a rede escolar no município.

A partir desta proposta, considera o Município de Odemira, que existe uma base negocial que pode, objetivamente, resultar na realização de contrato de delegação de competências, desde que sejam cumpridas, de partida, as seguintes condições:

- Que a presente proposta de rede escolar seja aprovada sem quaisquer reservas e/ou condicionantes de curto ou médio prazo. Que, enquanto vigorar esta carta educativa (2020), tem que prevalecer, por razões de estabilidade e compromisso, a rede nela constante;
- Que seja cumprido, previamente, o rácio de assistentes técnicos e assistentes operacionais nos termos do previsto na Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro e na Portaria n.º 29/2015 de 12 de fevereiro, com contratos efetivos de trabalho (não em modelos temporários de vínculo precário), que seja considerado o lugar e não a pessoa em concreto, do ponto de vista da continuidade do lugar, seja por motivos de baixas prolongadas e/ou por reforma;
- Que seja garantido o financiamento (pelo quadro comunitário ou orçamento de estado) das componentes de investimento previstas na presente proposta de rede, designadamente a construção dos centros escolares de São Teotónio, S. Luís e Almogrove;
- Que todas as componentes, no domínio da educação, previstas no Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, sejam objeto de negociação direta e que esse processo, no domínio da educação, não obrigue à aceitação da delegação de competências nos domínios da saúde, cultura e segurança social, igualmente previstas nesse diploma.

6.5.3. Transportes Escolares

6.5.3.1. Transportes Escolares realizados pelo Município

O Município de Odemira assegura o transporte de aproximadamente 196 alunos(as) cujas residências são de vários pontos do concelho. São realizados diariamente diversos circuitos, variando consoante o dia da semana e os horários dos(as) alunos(as).

Não sendo itinerários fixos diários, não foi possível calcular o número total de quilómetros realizados, no entanto pode-se assegurar que são de facto muitos, dada a extensão territorial do concelho de Odemira (1720km²).

Para o efeito, o Município de Odemira dispõe de 3 autocarros (2 são de 27 lugares e 1 de 15 lugares) e 4 carrinhas de 9 lugares (onde só podem circular 6 crianças devido ao uso obrigatório de cadeira de segurança).

Considera-se que seria importante adquirir pelo menos mais um autocarro de 26 lugares de forma a agilizar melhor o transporte dos(as) alunos(as).

6.5.3.2. Transportes Escolares realizados pela Rodoviária

Os circuitos realizados pela Rodoviária do Alentejo permitem a deslocação de qualquer cidadão dentro do concelho de Odemira e/ou para outros concelhos.

Considera-se importante adicionar mais um trajeto (Odemira-Vila Nova de Milfontes) de forma a permitir a deslocação de alunos(as) que queiram frequentar o Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes.

6.5.4. Odemira Território Educativo

O documento Odemira Território Educativo enquadra uma proposta de reformulação da “Rede de Educação” em Odemira, para o período 2015-2020, com base nos trabalhos desenvolvidos para a revisão da Carta Educativa. Define como visão para a educação a construção de “Odemira como um território educativo, dentro e fora da Escola, promovendo o potencial das estruturas educativas formais e não formais”.

A promoção do sucesso escolar afirma-se como o desígnio central, mobilizador de toda a estratégia do território, assente em três ideias-chave: promoção da escola e das competências da comunidade escolar/educativa; promoção de um ambiente escolar adequado em termos logísticos; e valorização do contexto (pessoas e saberes) territorial.

Objetivos do Odemira Território Educativo:

- Promover a verticalização das dimensões consideradas estruturantes;
- Valorizar o pessoal docente e não docente;
- Promover as competências pessoais de toda a comunidade escolar e educativa;
- Valorizar as competências locais, em domínios chave para o desenvolvimento do território;
- Aumentar o capital de conhecimento do/sobre o território;
- Promover o alargamento de espaços e de entidades consideradas como parte da comunidade educativa do concelho;

- Garantir a qualidade dos espaços escolares nas dimensões estruturais (climatização, segurança,...) e de recursos didáticos (livros, programas, jogos, entre outros);
- Garantir o acesso de todas(os) as(os) alunas(os) em condições de equidade.

Fonte: Odemira Território Educativo

6.6. Habitação

Em 2011, o concelho de Odemira registava um total de 18.849 edifícios (tabela 3). Se analisarmos as diferentes épocas de construção, verifica-se que quase 60% dos edifícios são posteriores a 1971 e que 32,0% foram construídos entre 1991 e 2011. Longueira/Almograve (46,6%), Vila Nova de Milfontes (46,5%) e Boavista dos Pinheiros (44,8%)⁷³, são as freguesias que registaram um maior crescimento do número de edifícios, desde 1991. No polo oposto encontramos Luzianes-Gare (8,3%), Santa Clara-a-Velha (14,2%) e Vale de Santiago (16,0%).

Tabela 3 : Edifícios (nº) por localização geográfica e época de construção

Freguesia	Total	Antes 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011	< 20 anos (%)
Boavista dos Pinheiros	745	39	32	92	248	334	44,8
Colos	745	172	115	148	146	164	22,0
Longueira/Almograve	1127	14	30	160	398	525	46,6
Luzianes-Gare	409	185	93	83	14	34	8,3
Relíquias	763	40	57	126	238	302	39,6
Sabóia	878	140	212	133	140	253	28,8
Santa Clara-a-Velha	879	164	276	190	124	125	14,2
São Salvador e Santa Maria	1752	159	128	563	483	319	18,2
São Luís	1701	216	327	401	319	438	25,7
São Martinho das Amoreiras	958	288	139	127	153	251	26,2
São Teotónio	4090	111	292	1022	1270	1395	34,1
Vale de Santiago	846	167	225	190	129	135	16,0
Vila Nova de Milfontes	3556	31	97	427	1348	1653	46,5
Total	18849	1726	2023	3662	5010	6028	32,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

A década de 90 foi, no concelho de Odemira, bastante dinâmica em termos de construção de novos edifícios. Contudo em 2011, o número de edifícios licenciados em Odemira registou um decréscimo de 64,91% face a 2001, e os edifícios construídos nos últimos dez anos uma redução de 31,98%. A crise nacional e internacional, com impacto nas condições de vida das famílias e no acesso ao crédito, terá tido uma responsabilidade determinante na diminuição do número de edifícios licenciados.

Tabela 4 : Edifícios licenciados, edifícios construídos nos últimos 10 anos e idade média dos edifícios, Odemira, 2001-2011

Odemira	2001	2011	Variação (%)
Edifícios Licenciados (nº)	285	100	-64,91
Edifícios construídos nos últimos 10 anos (%)	24,14	16,42	-31,98
Idade média dos edifícios (anos)	35,02	40,77	16,42

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Em Odemira, existem 1,3 pessoas por cada alojamento familiar. Apenas Grândola (1,2), apresenta um número inferior. O Baixo Alentejo apresenta o valor mais elevado (2,5), superior a Portugal 1,8 e ao Alentejo de 1,6.

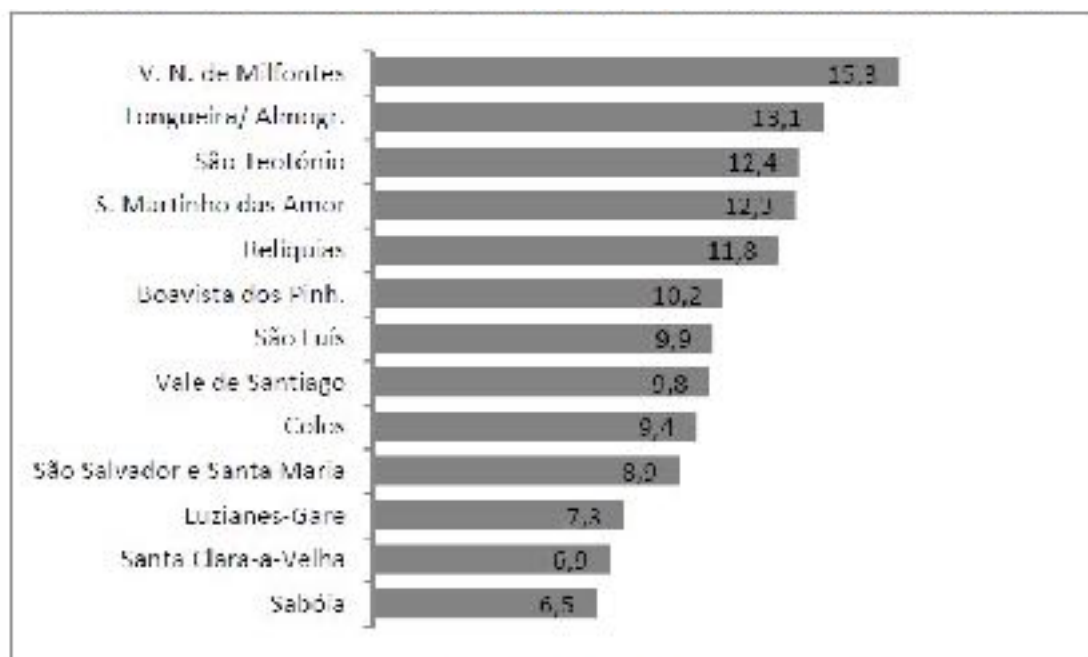
Também nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, Odemira tem um dos valores mais baixos (52,0%), só ultrapassado por Grândola (49,0%).

A vocação turística destes dois concelhos e o êxodo rural nas freguesias do interior poderão explicar esta posição. Portugal Continental (68,0%) e Sines (66,8%) apresentam valores claramente superiores.

Em 2011, os alojamentos sobrelotados em Odemira representavam 11,2% . No Alentejo Litoral, apenas Sines (13,4%) tinha uma percentagem maior. Ambos os concelhos apresentavam um valor superior a Portugal Continental (10,9%).

A figura seguinte analisa este indicador por freguesias do concelho de Odemira. Existe uma tendência para que a percentagem de alojamentos sobrelotados seja maior no litoral (certamente associado ao custo das habitações) – Vila Nova de Milfontes (15,3%), Longueira/Almograve (13,1%) e São Teotónio (12,4%) – do que no interior. Saboia (6,5%), Santa Clara-a-Velha (6,9%) e Luzianes-Gare (7,3%), são as freguesias com menor sobrelotação nos alojamentos.

Figura 3: Alojamentos sobrelotados (% em relação ao n.º de alojamentos familiares clássicos - residência habitual), por freguesias do concelho de Odemira, 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Odemira possui a maior percentagem de alojamentos familiares de residência habitual sem pelo menos uma infra-estrutura básica e de alojamentos familiares de residência habitual sem retrete e sistema de drenagem de águas residuais. Todos os outros concelhos do Alentejo Litoral apresentam valores muito residuais em ambos os indicadores.

Os edifícios muito degradados representam, em Odemira, 2,5% do total existente. Por sua vez, os edifícios com necessidade de reparação exibem um valor de 26,2%.

Em ambos os indicadores Odemira tem uma percentagem inferior ao Alentejo Litoral, e, no segundo, a Portugal Continental.

Em relação aos edifícios com necessidade de reparação, mantém-se a mesma tendência, com os edifícios das freguesias do litoral melhor conservados do que os edifícios das freguesias do litoral.

6.7. Mobilidade

Em 2011, 12.275 pessoas no concelho de Odemira realizavam deslocações pendulares diárias por motivo de estudo ou de trabalho (tabela 23). A maioria destas deslocações pendulares

(90,9%) eram intraconcelhias, à semelhança do que ocorre em todos os outros concelhos do Alentejo Litoral.

Tabela 5 : Movimentos pendulares (por motivo de trabalho ou estudo) em 2001 e 2011

Concelhos	População que realiza deslocações pendulares			População que realiza deslocações intraconcelhias			População que realiza deslocações interconcelhias		
	2001	2011	Var.01/11	2001	2011	Var.01/11	2001	2011	Var.01/11
Alcácer do Sal	7.657	6.804	-11,1%	6.360	5.728	-9,9%	1.297	1.076	-17,0%
Grândola	7.184	7.289	1,5%	6.306	6.124	-2,9%	878	1.165	32,7%
Santiago do Cacém	16.624	16.003	-3,7%	12.687	11.872	-5,4%	3.937	4.131	4,9%
Sines	7.780	8.433	8,4%	7.172	7.826	9,1%	608	607	-0,2%
Odemira	12.275	12.514	1,9%	11.042	11.160	1,1%	1.233	1.354	9,8%
Alentejo Litoral	51.520	51.043	-0,9%	43.576	42.710	-2,0%	7.953	8.333	4,8%

Fonte: Figueira de Sousa – Planeamento de Transportes e Mobilidade
Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001 e Censos 2011

É notória a fixação da população ativa e estudantil em Sines e Odemira, com respetivamente 92,8% e 90,9% das deslocações a realizarem-se no interior dos concelhos.

A tabela 5 mostra também o decréscimo das deslocações intraconcelhias no Alentejo Litoral (2,0%) – Sines (9,1%) e Odemira (1,1%) são exceções a esta tendência regional – assim como um acréscimo das deslocações interconcelhias (4,8%). Os concelhos de Grândola (32,7%) e Odemira (9,8%) apresentam o maior crescimento das deslocações pendulares interconcelhias.

A análise da oferta de transporte público rodoviário intraconcelhio em Odemira (tabela 6), permite perceber que, não obstante uma cobertura territorial que assegura ligações aos principais aglomerados populacionais, a cobertura temporal e da frequência de serviço evidenciam algumas debilidades globais da oferta de transporte público, nomeadamente: as frequências de serviço relativamente reduzidas, com escassez de oferta durante o dia e com várias carreiras a apresentarem apenas uma ligação por dia e por sentido de circulação; a redução substancial da oferta fora do período escolar, agravando as condições de mobilidade da população em geral; a inexistência de serviço de transporte durante o fim-de-semana.

Tabela 6: Oferta de transporte público rodoviário intraconcelhio (Rodoviária do Alentejo) em Odemira

Linha	Origem-Destino	Nº médio de circulações em dia útil, nos dois sentidos	Número de paragens	Fim de Semana
8057	Aldeia das Amoreiras - Odemira	4	18	Não
8784	Cercal - Odemira	3	25	Não
8964	Cercal – Odemira (via VN Milfontes)	19	9	Não
8137	Corte Malhão – S Martinho Amoreiras	2 (Só às quintas-feira)	4	Não
8928	Odemira – Taipas do Meio	5	16	Não
8993	Luzianes - Saboia	2	8	Não
8074	Monte da Estrada - Odemira	2	10	Não
8371	Odemira - Saboia	2	10	Não
8100	Odemira – Praia da Zambujeira	10	7	Não
8947	São Teotónio - Saboia	2	10	Não
8411	São Teotónio – São Teotónio (circular)	2	9	Não

Fonte: Figueira de Sousa – Planeamento de Transportes e Mobilidade

No que respeita à oferta do transporte público rodoviário interconcelhio (tabela 6), apenas 4 linhas (8923, 8942, 8128 e 8214) servem diretamente o concelho de Odemira, apresentando as mesmas debilidades globais identificadas na tabela anterior.

Quanto ao transporte ferroviário, o território do Alentejo Litoral é servido pela Linha do Sul, que estabelece a ligação entre Lisboa e Tunes. Para além dos serviços Alfa Pendular, são atualmente disponibilizados os serviços intercity Lisboa-Faro, que efetuam paragem nas estações/apeadeiros de Grândola, Ermidas do Sado, Funcheira (que serve o concelho de Odemira, apesar de localizado no concelho de Ourique), e Santa Clara/Saboia.

O facto de as estações estarem relativamente distantes dos principais aglomerados urbanos (apenas em Grândola a sede do concelho é servida por estação ferroviária), a par da reduzida frequência do serviço (3 circulações diárias no sentido Lisboa-Faro e 4 circulações diárias no sentido Faro-Lisboa), contribui para que este modo de mobilidade não seja encarado, pela esmagadora maioria da população, nas suas deslocações pendulares, como uma alternativa a considerar.

A exiguidade da oferta de transportes públicos contribui para a elevada dependência em relação ao automóvel individual. Em Odemira, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (Censos 2001 e 2011), a proporção de utilização de automóvel nas deslocações passou de 39,5% em 2001 para 56,9% em 2011.

Num concelho com as características de Odemira (grandes distâncias, orografia difícil, baixa densidade populacional, população dispersa e isolada, envelhecimento da população), a mobilidade é um fator com peso na qualidade de vida das pessoas. A existência de vários lugares não cobertos por serviços regulares de transporte público, em conjugação com o facto de a população não dispor

comummente de automóvel individual, condiciona de forma significativa a sua mobilidade, nomeadamente no que se refere ao acesso a equipamentos, bens e serviços.

6.8. Cidadania e Participação

As associações são espaços de participação e cidadania por excelência. Através delas os cidadãos têm a oportunidade de satisfazer as suas necessidades individuais e contribuírem de forma ativa para o bem-comum da comunidade. No concelho de Odemira existem 159 associações sedeadas (tabela 7). A maioria pertence ao sector das associações culturais, recreativas e desportivas (44,7%). Os sectores das associações humanitárias e de carácter social (21,4%) e das associações de caçadores e pescadores (11,9%) seguem-se como os mais expressivos.

Tabela 7: Associações com sede no concelho de Odemira, por setor e freguesia

Setores	Nº	Freguesias	Nº
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	71	São Salvador e Santa Maria	37
Associações Humanitárias e de Carácter Social	34	São Teotónio	25
Associações de Caçadores e Pescadores	19	Vila Nova de Milfontes	22
Associações de Desenvolvimento	11	São Luís	12
Associações do Setor Agrícola	6	Colos	10
Associações Juvenis	6	Santa Clara-a-Velha	10
Associações de Moradores	5	Vale de Santiago	10
Associações de Pais	5	São Martinho das Amoreiras	9
Associações Columbófilas	2	Saboia	8
		Relíquias	7
		Boavista dos Pinheiros	4
		Longueira/Almograve	3
		Luziares-Gare	2
Concelho de Odemira	159	Concelho de Odemira	159

Fonte: Município de Odemira, julho 2015

Todas as freguesias do concelho têm associações. A freguesia correspondente à sede do concelho junta o maior número de associações (37), seguido de São Teotónio (25), de Vila Nova de Milfontes (22) e de São Luís (12).

Tabela 8: Conselhos / Comissões Municipais no concelho de Odemira

Designação
Conselho Local de Ação Social
Comissões Sociais Inter-freguesias / Comissão Social de Freguesia
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Comissão Municipal do Idoso
Comissão Municipal do Imigrante
Conselho Municipal de Educação
Conselho Municipal da Juventude
Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico
Conselho Cinegético Municipal
Comissão Municipal de Segurança
Comissão Municipal de Proteção Civil
Comissão Municipal de Defesa de Florestas Contra Incêndios

Fonte: |Município de Odemira

A tabela 8 dá conta dos Conselhos/Comissões Municipais existentes no concelho de Odemira.

Em geral, são espaços que proporcionam a outras entidades, que não apenas os representantes do município, a possibilidade de participarem de forma ativa na construção de propostas políticas para o território e no acompanhamento da sua implementação. Odemira reúne, além dos conselhos ou comissões mais comuns, outros que nem todos os concelhos possuem, nomeadamente, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico, o Conselho Municipal de Juventude, a Comissão Municipal do Idoso e a Comissão Municipal do Imigrante.

Importa realçar, da mesma forma, algumas das principais iniciativas/projetos de promoção da cidadania e participação no concelho de Odemira, designadamente, o orçamento participativo, a assembleia municipal jovem, os conselheiros municipais jovens e as brisas do atlântico (promovidos pelo Município de Odemira), e o orçamento participativo jovem (promovido pela Freguesia de São Teotónio).

6.9. Grupos Sociais Prioritários

6.9.1. Crianças e Jovens

A realização de sessões *Spiral* com os jovens abrangeu 31 jovens de 3 grupos distintos:

- Os jovens que frequentam o ensino básico em Vila Nova de Milfontes (Básico Litoral);

- Os jovens que frequentam o ensino básico em Saboia (Básico Interior);
- Os jovens licenciados ou a frequentar o ensino superior (Superior).

Os jovens que participaram nas sessões associam sobretudo o bem-estar (tabela 9) a “equilíbrio físico e saúde” (17,6%), “amizade e amigos” (15,3%), “vida de família/relações familiares” (14,1%) e “equilíbrios pessoais em geral” (12,9%), ainda que as componentes não tenham, em todos os grupos, a mesma ordem ou o mesmo peso. Nos jovens do interior prevalece a “amizade e os amigos”⁹³ (17,6%), seguido do “equilíbrio físico e saúde” (14,7%) e da “vida de família/relações familiares” (11,8%). Nos jovens do litoral o “equilíbrio físico e saúde” (17,9%) e a “vida de família/relações familiares” (15,4%). Nos jovens do Ensino Superior, os “equilíbrios pessoais em geral”⁹⁶ (21,7%) e o “equilíbrio físico e saúde” (13,0%).

Tabela 9 - Jovens - O que é para si o bem-estar?

Grupos	Dimensões de bem-estar	F	%	Componentes de bem-estar	F	%
Básico Interior	D - Relações Pessoais	11	32,3	D03 - Amizade/amigos	6	17,5
	F - Equilíbrios pessoais	8	23,5	F01 - Equilíbrio físico e saúde	5	14,7
	G- Sentimentos de Bem Estar/Mal Estar	7	20,6	D02 - Vida de família/rel familiares	4	11,8
Básico Litoral	A - Meios de Subsistência	12	30,9	F01 - Equilíbrio físico e saúde	7	17,9
	D - Relações Pessoais	12	30,9	D02 - Vida de família/rel familiares	6	15,4
	F - Equilíbrios pessoais	12	30,9			
Ensino Superior	F - Equilíbrios pessoais	9	39,0	F00 - Equilíbrios pessoais em geral	5	21,7
	D - Relações Pessoais	4	17,4	F01 - Equilíbrio físico e saúde	3	13,0
	G- Sentimentos de Bem Estar/Mal Estar	4	17,4			
Jovens Total	D - Relações Pessoais	31	36,5	F01 - Equilíbrio físico e saúde	15	17,5
	F - Equilíbrios pessoais	29	34,1	D03 - Amizade/amigos	13	15,3
	A - Meios de Subsistência	17	20,1	D02 - Vida de família/rel familiares	12	14,1
				F00 - Equilíbrios pessoais em geral	11	12,9

Relativamente às dimensões de bem-estar, são as “relações pessoais” (36,5%) e os “equilíbrios pessoais” (34,1%), que apresentam maior peso no conjunto dos jovens participantes, seguido dos “meios de subsistência” (20,1%). As “relações pessoais” têm um peso mais expressivo nos jovens do interior e os “equilíbrios pessoais” nos jovens do ensino superior.

Os participantes jovens indicam sobretudo os problemas de saúde (19,3%) quando têm que responder à questão “o que é para si o mal-estar?” (tabela 9). É nos grupos de jovens do interior

(27,8%) e do litoral (14,3%) que a componente “equilíbrio físico e saúde” é mais referenciada. As “relações pessoais em geral” (7,2%) e a “vida de família/relações familiares” (7,2%) merecem também algumas referências.

Nas dimensões de bem-estar, prevalece no conjunto dos jovens “os meios de subsistência” (33,6%), as “relações pessoais” (26,4%) e os “equilíbrios pessoais” (26,4%). Os “meios de subsistência” têm maior peso nos jovens do litoral (37,5%), os “equilíbrios pessoais” nos jovens do interior (38,9%) e as “relações pessoais” nos jovens do ensino superior (40,0%).

6.9.2. Famílias

No concelho de Odemira, quase um terço das famílias clássicas (30,2%) são unipessoais. Trata-se de um valor substancialmente superior face aos restantes concelhos do Alentejo Litoral. Em Portugal existem (21,4%) e no Baixo Alentejo (24,9%).

Entre 2001 e 2011, Odemira foi o concelho que registou o maior crescimento percentual (6,5%) das famílias clássicas unipessoais seguido de Sines (5,7%), Santiago do Cacém (5,4%), Grândola (4,1%) e Alcácer do Sal (2,3%).

Se a análise recair sobre as famílias clássicas unipessoais, constata-se que em Odemira (51,1%) das mesmas integram indivíduos com mais de 65 anos. Embora com um valor superior à média nacional (46,9%), é, mesmo assim, inferior ao do Baixo Alentejo (58,1%) e da maioria dos concelhos do Alentejo Litoral.

Na última década (2001-2011), o concelho de Odemira conheceu o maior decréscimo (-9,3%) na evolução das famílias clássicas unipessoais com mais de 65 anos, no Baixo Alentejo o decréscimo foi de (7,6%) e em Portugal de (3,9%).

A realização de sessões Spiral com as famílias carenciadas envolveu 18 participantes distribuídos por dois grupos homogéneos: famílias beneficiárias de rendimento social de inserção ou de ação social, residentes na freguesia de Vila Nova de Milfontes (Litoral) e famílias beneficiárias de rendimentos social de inserção ou de ação social, residentes nas freguesias de colos e relíquias (Interior).

Perante a questão “o que é para si o bem-estar?”, as componentes de bem-estar mais mencionadas são “emprego/trabalho/atividade” (18,5%), “equilíbrio físico e saúde” (13,6%), “serviços à pessoa” (11,1%) e “poder de compra/acesso às finanças” (10,9%).

As famílias do litoral fazem mais referência aos “serviços à pessoa” (17,4%), ao “emprego/trabalho/atividade” (15,2%), “equilíbrio físico e saúde” (13,0%) e “poder de compra/acesso às

finanças” (10,9%). As famílias do interior indicam sobretudo as componentes “emprego/trabalho/atividade” (22,9%) e “equilíbrio físico e saúde” (14,3%).

Tabela 10 - Famílias - O que é para si o bem-estar?

Grupos	Dimensões de bem-estar	F	%	Componentes de bem-estar	F	%
Famílias Litoral	A – Meios de Subsistência	28	60,9	A09 - Serviços à pessoa	8	17,4
	F – Equilíbrios pessoais	30	21,7	A06 - Emprego/trabalho/atividade	7	15,2
	D – Relações Pessoais	4	8,7	F01 - Equilíbrio físico e saúde	6	13,0
				A08 - Poder de compra/ac. às finanças	5	10,9
Famílias Interior	A – Meios de Subsistência	18	51,6	A06 - Emprego/trabalho/atividade	8	22,9
	F – Equilíbrios pessoais	6	17,2	F01 - Equilíbrio físico e saúde	5	14,3
	D – Relações Pessoais	5	14,4			
Famílias Total	A – Meios de Subsistência	46	55,8	A06 - Emprego/trabalho/atividade	15	18,5
	F – Equilíbrios pessoais	36	19,7	F01 - Equilíbrio físico e saúde	11	13,6
				A09 - Serviços à pessoa	9	11,1
	D – Relações Pessoais	9	11,1	A08 - Poder de compra/Ac. às finanças	8	9,9

A dimensão de bem-estar “meios de subsistência” (56,8%) é, de longe, a mais presente nas referências dos dois grupos de famílias. É também aquela que se destaca nas famílias do litoral (60,9%) e nas famílias do interior (51,6%), a grande distância de todas as outras.

Face à questão “o que é para si o mal-estar?” (tabela 10), a componente que apresenta mais referências é “emprego/trabalho/atividade” (25,3%). Esta situação é comum nas famílias do litoral (17,0%) e nas famílias do interior (35,7%). Nas famílias do litoral são também relevantes as componentes “infra-estruturas, equipamentos e redes” (11,3%), “acesso aos meios de subsistência em geral” (9,4%), “cuidados e medicamentos” (9,4%), “serviços à pessoa” (9,4%) e “mobilidade” (9,4%).

6.10. Cultura e Lazer

6.10.1. Biblioteca Municipal de Odemira

No centro da vila, em pleno centro histórico, e em funcionamento desde 2000, a Biblioteca Municipal de Odemira constitui o grande equipamento cultural de Odemira. O edifício localiza-se

no interior do que resta das muralhas do antigo castelo de Odemira, tendo sido construído de raiz entre 1997 e 1999.

Inaugurada a 5 de setembro de 2000, recebeu o nome do Nobel da Literatura José Saramago. Integra o universo das bibliotecas apoiadas pela DGLB no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Trata-se de uma Biblioteca tipo BM2, com uma área total de 1553 m² e servindo uma população de aproximadamente 25.000 habitantes.

A Biblioteca ocupa um espaço de 4 pisos (sendo um de acesso restrito), constituído por um conjunto articulado de áreas funcionais que se dividem em secção de audiovisuais, auditório (com capacidade para 70 pessoas), atendimento/serviço de empréstimo domiciliário, secção de adultos, secção infanto-juvenil, sala da Hora do Conto, Bebeteca e cafetaria.

6.10.1.1. Serviços da Biblioteca Municipal de Odemira

A Biblioteca Municipal de Odemira possui os seguintes serviços:

- Acolhimento, orientação e apoio aos utilizadores;
- Consulta e leitura presenciais;
- Livre acesso ao Fundo Documental;
- Fundo Local;
- Empréstimo domiciliário / Empréstimo coletivo para instituições;
- Catálogo Bibliográfico informatizado;
- Acesso à Internet;
- Acesso à Internet sem fios (Sistema Wireless);
- Pontos de acesso informáticos de leitura para invisuais;
- Audição de Música;
- Visionamento de filmes;
- Jogos Multimédia;
- Apoio às Bibliotecas Escolares do Concelho;
- Fotocópias e Impressão de documentos;
- Venda de publicações municipais;
- Exposições culturais;
- Animação Cultural;
- Animação do Livro e da Leitura;
- Visitas Guiadas

6.10.2. Cineteatro Camacho Costa

O Cineteatro de Odemira ostenta o nome do ator Camacho Costa, falecido em 2003, tendo reaberto ao público em setembro de 2005 depois de mais de uma década fechado.

A vila e o concelho voltaram a ter uma sala de espetáculos nobre, depois de muitos anos de portas fechadas, tendo o equipamento capacidade para 276 espectadores e é gerido pela Câmara Municipal.

Projeção de cinema e a realização de encontros, seminários e conferências são as iniciativas mais frequentes do renovado Cineteatro.

Durante as obras de remodelação foram encontrados vestígios arqueológicos que levaram à realização de escavações. Essas pesquisas detetaram vestígios da Idade do Ferro e da época romana, nomeadamente o fosso da muralha antiga da vila, escavado na rocha e datado dos séculos II a III ou IV a.C., segundo a autarquia. Ânforas produzidas no Mediterrâneo Ocidental, louças finas (consideradas artigos de luxo na antiguidade), moedas romanas e outras peças em bronze, bem como ossadas de animais, foram outros dos materiais encontrados. Estes materiais foram estudados e retirados, para serem futuramente colocados num museu, tendo o local sido novamente tapado, para que avançassem as restantes obras de remodelação do Cineteatro.

O Cineteatro de Odemira oferece excelentes condições para a realização de eventos de cariz recreativo-cultural (cinema e espetáculos diversos) mas também de conferências, seminários, colóquios, etc.

6.10.3. Quintal da Música

De iniciativa municipal, o Quintal da Música procura preservar a memória de uma antiga unidade industrial local, adaptando o espaço a uma nova função, sem alterar nem a fachada nem o alçado do edifício.

Candidatado ao Programa PRODER, gerido pela ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, no âmbito da “Medida Melhoria da Qualidade de Vida - Conservação e Valorização do Património Rural”, representa um investimento de 166.186,66 euros, com uma participação comunitária elegível de 99.712,00 euros.

Inaugurado em junho de 2015 o Quintal da Música é um espaço cultural de referência vocacionado para a produção, formação e promoção da música, localizado na vila de Odemira

junto à zona ribeirinha, no antigo Matadouro, constituído como espaço-esplanada dotado de palco, áreas de apoio (receção, bar e camarins) e estúdios individuais dedicados ao ensino.

Este novo equipamento cultural tem uma programação própria, com especial incidência durante o período de Verão, mas de utilização ao longo de todo o ano, no âmbito do ensino da música.

6.10.4. Grupos Culturais

Agregado à estratégia de produção de cultura o município trabalha com um conjunto de atores locais, designadamente com os nossos grupos corais, grupos musicais de diferentes áreas, grupos de teatro e associações culturais e artísticas do concelho.

Este conjunto de atores revela que o território é rico em cultura, rico em massa crítica capaz de se constituir como reservatório das tradições, bem como condutor de processos de inovação dessas mesmas tradições para responder a novas solicitações e novos públicos.

É todo este espectro de atores que é o alvo de políticas de apoio à produção de cultura do concelho de Odemira.

Alguns Grupos Culturais:

- Banda Filarmónica;
- Grupos de Música Popular da Sociedade Recreativa S. Teotoniense;
- Grupos de Música Popular da Associação Multicultural de Odemira;
- Grupos de Teatro - Três em Pipa (Teatro para a infância)
- Bandas Rock;
- Entre outros.

6.11. Prioridades Estratégicas do Diagnóstico Social de Odemira

Neste ponto são identificadas as prioridades estratégicas e respetivos objetivos que devem estruturar e dar coerência aos planos operacionais a definir em seio de Conselho Local de Ação Social. A opção pelas prioridades estratégicas resulta dos contributos dos parceiros e dos públicos-alvo (sessões *spiral*) nas diversas sessões participativas realizadas durante o período de conceção do

diagnóstico social, mas também da necessidade de compatibilizar o enquadramento estratégico dos documentos locais com os planos supralocais (intermunicipais, regionais e nacionais).

As quatro primeiras opções estratégicas traduzem a assunção, pelos parceiros do Conselho Local de Ação Social de Odemira, dos quatro grupos populacionais que, dadas as suas características e especificidades, devem continuar a merecer uma atenção privilegiada nos instrumentos de planeamento da rede social.

No contexto nacional¹³⁸, em 2013, 31,6% dos jovens até aos 17 anos encontravam-se em risco de pobreza (fonte: Pordata), assumindo-se como o grupo etário, no conjunto da população, mais exposto à pobreza. Em Odemira, o absentismo e insucesso escolar, a escassez de alternativas de ocupação de tempos livres e a exposição de um número considerável de casos a situações de risco ou perigo, são razões mais do que suficientes para dedicar às crianças e jovens uma atenção muito especial.

As famílias prioritárias não representam mais prioridade que 5 % da população total do concelho. Contudo, são famílias que apresentam diversas fragilidades – materiais, competências pessoais e profissionais, auto-estima, acesso ao mercado de trabalho, habitacionais – e uma enorme dificuldade de autonomização face aos apoios dos serviços públicos (Rendimento Social de Inserção, Apoios de Ação Social). Em muitas situações, são famílias com um longo histórico de percursos de exclusão e de relação com os serviços de apoio social, que passam de geração em geração. Mas há também situações novas, de famílias monoparentais, sobretudo com carências de cariz económico.

A imigração traduz uma realidade específica do concelho de Odemira e ganhou uma expressão mais forte nos últimos anos, com o crescimento assinalável da atividade agrícola intensiva. Contrariando a tendência geral verificada no país e na região, entre 2008 e 2014 a população estrangeira no total da população passou de 7,5% para 12,7% (+ 59%). O crescimento demasiadamente rápido deste fenómeno, tem tido um impacto social significativo em algumas comunidades do concelho, que não estavam devidamente preparadas para o acolhimento de um número tão considerável de imigrantes. A imigração representa um enorme desafio para Odemira nos próximos anos perante a previsão de que o número de imigrantes no concelho não cesse de aumentar.

6.12. Visita à Sede de Concelho de Odemira

A nossa visita à sede do conselho tinha por objetivo uma primeira análise e observação dos espaços que a cidade de Odemira nos pode oferecer, como cidade promotora da saúde, aos nossos olhos, ou seja, aos olhos das crianças.

Queremos aqui salientar que apesar de sermos alunas do conselho de Odemira, não conhecíamos a sede de conselho – Odemira. Esta foi uma das primeiras dificuldades que sentimos na realização deste projeto. A cidade de Odemira foi uma descoberta para nós, os espaços que observamos foram na sua maioria a primeira vez que os visitámos, o que nos leva a sentir que poderíamos ter realizado uma abordagem mais específica, caso conhecêssemos melhor a cidade de Odemira.

Esta visita permitiu-nos averiguar se a nossa sede de conselho que é Odemira nos pode proporcionar boas condições quer na organização dos espaços urbanos, mobilidade, proteção contra o perigo, de lazer, saúde, bem-estar, entre outras.

A visita foi proporcionada e organizada pela autarquia e suas Interlocutoras, bem como, pela Coordenadora as equipas de Saúde Escolar. Inicialmente visitámos o centro de saúde, onde conversámos sobre as nossas ideias e discutimos várias opiniões sobre como deveríamos realizar este projeto.

Seguidamente deslocámos – nos a vários locais tais como a Zona Ribeirinha, o Parque Infantil, a Biblioteca José Saramago, as Escolas EB 2/3, a Escola Secundária e a Profissional, a Piscina Municipal e o Jardim Sousa Prado.



Zona Ribeirinha



Zona Ribeirinha



Zona Ribeirinha



Zona Ribeirinha



Parque Infantil



Odemira



Biblioteca Municipal

A representante da **Biblioteca Municipal** fez-nos uma visita guiada e mostrou-nos as diversas atividades realizadas para cativar os jovens e as crianças a frequentarem este espaço. Foram igualmente mencionados alguns dos problemas sentidos.

Por fim conversámos com duas representantes/Interlocutoras da Câmara Municipal em conjunto com a Enfermeira Maria Duarte Alexandre – Coordenadora da Saúde Escolar, sobre o projeto que iríamos desenvolver. Esta partilha ajudou-nos a compreender mais sobre a base do nosso projeto e a informação recebida foi muito importante para a elaboração do mesmo. A experiência foi muito enriquecedora em todas as suas dimensões.

Alguns problemas diagnosticados:

A acessibilidade aos diferentes espaços que visitámos foi para nós, um dos problemas mais comuns.

A rede de transportes que permite uma maior acessibilidade também foi referida como um problema diagnosticado. O facto de o nosso concelho ter uma área muito extensa não permite uma rede de transportes mais eficiente. As distâncias entre as diferentes localidades do concelho são consideráveis.

Sendo nós alunas do concelho de Odemira, estamos a uma distância de 29km da sede de concelho. Os horários dos transportes são insuficientes para dar resposta a quem necessite de se deslocar pontualmente, comprometendo assim uma maior mobilidade e acessibilidade à sede de concelho.

A Zona Ribeirinha é uma extensa área que possui espaços muito agradáveis com vários pontos de beleza natural de grande biodiversidade. No entanto, estes espaços podem ser valorizados e capacitados de infraestruturas que potenciem estas áreas a fim de torná-las mais agradáveis para as crianças e jovens e atrair mais a sua utilização. A salientar: poucos pontos de consumo de água – bebedouros; poucas estruturas de recolha de lixo; ausência de estruturas de suporte à recolha de dejetos dos animais.

A pavimentação do Parque Infantil que visitámos não nos pareceu adequada, podendo mesmo representar perigo para as crianças.

Outro ponto que queremos salientar é a comum falta de civismo, as crianças e os jovens necessitam de formação cívica e de sensibilização para se tornarem mais responsáveis e cooperativos dentro da sua comunidade.

Algumas propostas/soluções:

- Aumentar a rede de transportes e melhorar a acessibilidade à sede de concelho;
- Alargar os horários de acesso aos transportes públicos;
- Promover a acessibilidade à Piscina Municipal a outras crianças/jovens que residam fora da cidade, que por falta de transportes não podem utilizar este recurso;
- Melhorar as infraestruturas na Zona Ribeirinha, aumentar o número de bebedouros, caixotes do lixo e criar postos de acesso a sacos de lixo para os dejetos dos animais;
- Criação de projetos que ocupem os tempos livres das crianças/jovens de forma saudável e diversificada utilizando os espaços da Zona Ribeirinha;
- Alargar os horários dos serviços da Biblioteca Municipal;
- Desenvolver programas de promoção de competências sociais, como voluntariado, desporto, cultura e o envolvimento das famílias em atividades comunitárias.

VII. Litoral Alentejano aos Olhos das Crianças

Conclusão

Sedes de Concelho Amigas das Crianças

O nosso projeto, como foi referido inicialmente, procura dar ênfase às crianças e jovens e à aplicação dos seus direitos no contexto mais próximo da sua vida quotidiana – o município.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal de **Alcácer do Sal** tem procurado investir no município a vários níveis, principalmente ao nível do melhoramento da qualidade das intervenções urbanas, contribuindo para uma terra mais aprazível, e da segurança. No geral, o espaço tem sido bem aproveitado. Foram colocados bancos e árvores ao longo de toda a baixa, houve uma melhoria no piso da cidade, uma substituição da muralha do rio que já se encontrava degradada, entre outros.

Apesar do défice na oferta de atividades e desportos para os tempos livres, o concelho de Alcácer do Sal possui diversos espaços culturais, disponíveis para os seus habitantes e visitantes, como é o caso do Auditório Municipal de Alcácer do Sal, do Auditório Municipal da Comporta (aberto apenas em iniciativas programadas), da Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal, da Cripta Arqueológica de Alcácer do Sal, do Museu Etnográfico do Torrão e do Museu Municipal Pedro Nunes (encerrado para obras de requalificação).

O município deveria continuar a apostar na melhoria de alguns estabelecimentos de ensino, substituindo mobiliário antiquado e/ou degradado por outro mais adequado a uma sala de aula do século XXI.

Por outro lado, acreditamos que é de extrema importância a criação de um espaço de apoio à deficiência, como é o caso da CERCI. Atualmente, o número de pessoas a possuir as mais diversas deficiências tem vindo a aumentar, pelo que cresce também a necessidade de permanecer num local que defenda a inclusão social e as mais diversas formas de vivência em comum, bem como aposte numa melhor qualidade de vida.

Acreditamos ainda que o município deve empenhar-se em tornar Alcácer do Sal um concelho inclusivo, como por exemplo colocando rampas em todos os estabelecimentos públicos e fazendo uma manutenção sistemática dos percursos dos deficientes visuais.

De referir também o que para nós é uma das grandes lacunas - os transportes públicos. Não só pensamos que deveriam ser alargados os percursos para outras localidades, como também deveriam existir horários mais flexíveis.

No que respeita o município de **Grândola**, este possui diferentes iniciativas na sua sede de concelho que garantem a proteção das crianças da exploração, da violência e do abuso, que asseguram os seus serviços básicos, como a saúde, educação e abrigo e a não discriminação e a igualdade de acesso a todos os serviços. Desta forma, concluímos que Grândola tem trabalhado para fazer cumprir três dos quatro princípios base da Convenção dos Direitos das Crianças: não discriminação; interesse superior da criança; e sobrevivência e desenvolvimento.

O município de Grândola tem disponíveis várias instituições e estabelecimentos direcionados para as crianças, dos quais destacamos a Ludoteca. Este espaço é excelente para brincar, socializar, aprender diferentes valores, como os de amizade e respeito. No entanto, encontra-se geralmente sobrelotado, sendo necessária a sua expansão e a contratação de mais funcionários.

Outro serviço muito importante que se encontra atualmente bastante sobrelotado é a CERCÍ. Como referimos anteriormente, a CERCÍ tinha em janeiro de 2016 uma taxa de utilização de 108% e 50 pessoas em lista de espera para o CAO e 51 para o Lar Residencial. Este espaço também necessita de ser expandido o mais rapidamente possível.

A ESAIC é uma escola que necessita urgentemente de intervenção, uma vez que algumas salas de aula não têm vidro em todas as janelas; as cortinas que existem deixam passar quase toda a luz solar; os projetores e os computadores são muito antigos e muitas vezes não trabalham corretamente; muitas casas de banho estão avariadas; e existe falta de climatização, que por sua vez sujeita os alunos ao desenvolvimento de constipações, gripes, entre outras doenças.

Muitos dos problemas das escolas de Grândola são agravados devido ao comportamento incorreto por parte de alguns alunos, que vandalizam os equipamentos disponíveis. Tem-se verificado um aumento no consumo de drogas, sendo que já existem crianças do 1.º ciclo a consumir estas substâncias ilegais.

Tem-se registado também um aumento do número de crianças medicadas nas escolas. O número de crianças com hiperatividade e défice de atenção tem aumentado, tal como o número de crianças que tomam medicação por não saberem lidar com a ansiedade e a frustração. Neste último caso, muitas vezes é realizada automedicação por parte dos pais.

A falta de profissionais de saúde conduz a um deficiente investimento na promoção da saúde e prevenção da doença e à falta de apoio a muitas crianças e cidadãos de outras faixas etárias, nomeadamente na área da saúde mental, na qual se vão registando cada vez mais casos.

Nas escolas existe também uma grande falta de assistentes operacionais, o que leva por sua vez à fraca vigilância das crianças.

Muitas crianças e jovens apresentam um baixo rendimento escolar devido à falta de envolvimento familiar, enquanto que outras são excessivamente protegidas pelos pais, e, por isso, não conseguem pensar por si mesmos e têm que tomar medicação para lidar com a frustração.

Outra problemática da saúde que tem vindo a aumentar são os problemas visuais. A sua causa centra-se provavelmente no grande número de horas que as crianças e jovens passam a olhar para ecrãs.

De forma a contrariar este comportamento prejudicial para a saúde, é necessário construir mais espaços verdes e seguros que apelem à saída das crianças de casa e que as levem a largar os computadores e os telemóveis.

Relativamente a ***Santiago do Cacém***, este é um concelho que possui condições suficientes para continuar a caminhar na direção de se tornar “amiga das crianças”.

Após a análise dos dados obtidos no estudo deste município, apelamos à: resolução da falta de atividades de tempos livres (lúdicas ou desportivas) fora da escola; e ao melhoramento das acessibilidades e da manutenção de alguns espaços verdes e parques infantis.

Este projeto permitiu também promover os nossos conhecimentos acerca do concelho de ***Odemira***, e caracterizar a estrutura sócio-económica do mesmo.

Pelas observações que realizámos, identificámos alguns aspetos menos positivos e que poderão ser melhorados num futuro próximo, pelo que apresentámos algumas propostas a ter em conta na resolução desses mesmos problemas.

Tendo em conta a grande dimensão deste concelho e as particularidades que lhes estão associadas, podemos concluir que Odemira tenta proporcionar a todas as crianças uma cidade segura, desenvolvida e ambientalmente sustentável; um local onde os mais novos tenham acesso à saúde e à educação, espaços para crescer e tempo para serem crianças.

O Projeto que ajudámos a construir, incentiva à participação dos cidadãos mais jovens na vida da comunidade, prevê a adoção de políticas administrativas e de gestão territorial que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, e em particular das crianças, bem como a criação de condições favoráveis a um desenvolvimento saudável.

Quando aceitámos este desafio, sentimo-nos privilegiadas por poder dar voz à nossa visão enquanto crianças e jovens no sentido de melhorar a comunidade onde estamos inseridas, promovendo a aplicação dos direitos das crianças nas decisões políticas e programas do nosso município.

É exatamente assim que queremos que todas as crianças e jovens de Portugal se sintam. Para que as nossas cidades sejam ainda mais promotoras de saúde na ótica das crianças e jovens, é importante que oiçam todos os seus habitantes. Acreditamos que não só o município mas todo o concelho poderia beneficiar com a opinião da sua população, inclusive a das crianças, principalmente nos aspetos que lhes dizem diretamente respeito.

Com este projeto, gostaríamos também de defender os interesses das crianças do nosso concelho, pois consideramos que, por vezes, estas conseguem ser mais sensíveis e diretas nas suas apreciações.

Em conclusão: **«são as nossas sedes de concelho promotoras de saúde na ótica das crianças e jovens?»**

Após refletirmos sobre as conclusões obtidas relativamente às sedes de concelho do Litoral Alentejano, a nossa resposta é afirmativa.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os intervenientes deste projeto: às professoras coordenadoras do *Projeto de Educação para a Saúde* nas diferentes escolas do Litoral Alentejano, aos/às interlocutores/ras das autarquias e aos/às profissionais de saúde.

Um agradecimento muito especial à coordenadora das equipas de saúde escolar, Enfermeira Maria Duarte Alexandre, pela motivação, partilha e apoio incondicional.

O nosso bem haja,

Beatriz Dias
Carmo Abranches
Daniela Silva
Diana Simões
Emília Nunes
Eva Assunção
Inês Nunes
Isabel Alexandre
Jéssica Guerreiro
Marisa Nóbrega